ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO

PAVIMENTAÇÃO DA PR-239: PITANGA – MATO RICO

PARANÁ

2017

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3
2. PRINCÍPIOS DO PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO (PAR) 6
3. OBJETIVO DO PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO 6
4. MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL 7
5. CONDIÇÕES DA LINHA DE BASE DO PAR 11
5.1 METODOLOGIA 12
5.1.1 Cadastro Físico 12
5.1.2 Cadastro Socioeconômico 13
5.1.3 Comunicação com as Partes Interessadas 16
5.1.4 Atualização do PAR 18
5.2 CADASTRO FÍSICO DE PROPRIEDADES – PAVIMENTAÇÃO DA PR-239 18
6. IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS DO REASSENTAMENTO SOBRE AS PESSOAS, PROPRIEDADES E MODOS DE VIDA 37
7. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DATA DE CORTE 41
8. MATRIZ DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS 43
9. MEDIDAS DE RESTAURAÇÃO DOS MODOS DE VIDA (RESTAURAÇÃO ECONÔMICA, PRODUTIVA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL) 53
10. MECANISMO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES 54
11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 56
12. CRONOGRAMA E CUSTO ESTIMADO 56
13. EQUIPE 59

1. INTRODUÇÃO

A construção, ampliação e pavimentação de rodovias tem capacidade de gerar interferência em bens e imóveis privados e públicos que podem acarretar o deslocamento físico ou econômico das pessoas.

Isso ocorre porque a definição da faixa de domínio pode incidir sobre propriedades. Neste caso, é possível que essa faixa gere interfira, total ou parcialmente em residências, impedindo a permanência da família na mesma propriedade, e/ou na geração de renda da família (quando, por exemplo, a parte afetada for área rural produtiva ou imóvel comercial).

O BID define na OP 710 todos os requisitos a serem atendidos no que diz respeito ao reassentamento involuntário de famílias. Por reassentamento involuntário, a OP 710 define todo deslocamento físico (realocação ou desalojamento) ou econômico (perda de bens ou de acesso a bens ocasionando perda de fontes de renda ou de outros meios de subsistência) involuntário de pessoas em decorrência de um projeto do Banco, sendo, portanto, aplicável a todas as operações financiadas pelo BID, tanto públicas, quanto privadas.

O deslocamento involuntário significa que o proprietário não tem direito de recusar a negociação. Isso ocorre nos casos em que é usada a prerrogativa do Decreto de Utilidade Pública - DUP.

Por meio de subsistência, devem ser entendidos todos os tipos de meios utilizados por indivíduos, famílias e comunidades para seu sustento, como renda salarial, agricultura, pesca, forragem, outros meios de subsistência baseados em recursos naturais, pequenos comércios e escambo.

O objetivo da política é minimizar as alterações prejudiciais no modo de vida das pessoas que vivem na área de influência do projeto, evitando ou, ao menos, diminuindo, a necessidade de deslocamento físico. Nos casos em que esse deslocamento for necessário, a política busca garantir que as pessoas sejam tratadas de maneira equitativa e, quando possível, usufruam dos benefícios gerados pelos projetos que requerem o reassentamento.

Nos casos em que o reassentamento for inevitável para a continuidade do projeto, é fundamental a elaboração de um Plano de Reassentamento específico, com base neste Marco de Gestão, que considere as especificidades do projeto e das partes interessadas afetadas.

O Marco de Ação para Reassentamento Involuntário e Desapropriação contém as diretrizes e orientações para o desenvolvimento e implementação do Plano de Ação para o Reassentamento (PAR), que deverá ser desenvolvido para cada projeto que contar com casos de reassentamento.

O processo atualmente adotado pelo SEIL/DER busca atender aos requisitos legais brasileiros no que se refere à desapropriação e reintegração de posse. Todavia, como apontado no item 4, os requisitos do BID são mais restritivos que a legislação brasileira.

Dessa forma, todos os projetos com potencial de reassentamento físico ou econômico deverão considerar o Marco de Ação para Reassentamento Involuntário e Desapropriação para a elaboração e implementação do Plano de Ação para o Reassentamento Involuntário, PAR.

O documento Estudo Ambiental Estratégico contém informações sobre o atual processo adotado pelo SEIL/DER para desapropriação e integração de posse, descritos na Instrução Normativa nº 016. Como o processo atual tem foco no atendimento aos requisitos nacionais, ainda não endereça todos os temas requeridos pelo BID.

O Cadastro Físico das Propriedades afetadas foi realizado quando da elaboração do Projeto de Desapropriação, constante no Projeto de Engenharia, e as fichas cadastrais que contemplam as características físicas das propriedades, como área, uso e fotografias serão apresentadas no Anexo A deste PAR. Para o empreendimento em questão, foi aplicado o questionário socioeconômico, porém as informações estão sendo processadas e analisadas para compor o PAR. No que se refere às Consultas com as Partes Interessadas, o detalhamento pode ser verificado no Item 5.1 desse Plano.

O BID requereu a SEIL/PR o desenvolvimento de um Plano de Ação de Reassentamento (PAR) com as informações obtidas até o momento. A partir dos

resultados provenientes da análise do cadastro socioeconômico, serão classificados os afetados, identificados os impactos, propostas as medidas de compensação, estabelecidas as medidas de restauração dos modos de vida e monitoramento e avaliação, quando aplicáveis, Com as atualizações dos cadastros físico e socioeconômico, e consequente atualização do PAR, a ser realizado antes de se iniciarem os procedimentos de desapropriação, os elegíveis serão enquadrados individualmente.

O Projeto de Pavimentação e Implantação de Melhorias em trecho rodoviário da rodovia estadual PR-239 consiste na pavimentação e ampliação de rodovia já existente, em uma extensão de 43,15 km, com o intuito de promover melhorias das condições de tráfego e segurança dos usuários da via, suprir a demanda do aumento do fluxo de veículos, considerando, inclusive, a demanda futura e melhorar as condições de vida da população do município Mato Rico e do distrito de Barra Bonita, pertencente ao município de Pitanga.

O Município de Mato Rico encontra-se entre os municípios com o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado do Paraná. Um dos fatores que contribuem para isto é a falta de acesso asfáltico ao município. Neste sentido a pavimentação fomentará o seu desenvolvimento econômico e social.

O Cadastro Físico Preliminar de Propriedades elaborado no Projeto de Engenharia, apontou a afetação de 218 propriedades ao longo do trecho, sendo que serão atingidas 69 residência e/ou edificação. Contudo, tais dados serão validados quando da atualização do PAR.

Durante o projeto de engenharia, foram realizados esforços para evitar a interferência em propriedades lindeiras. Por se tratar de pavimentação de estrada existente, optou-se por utilizar o traçado atual, salvo em algumas situações onde houve necessidade de efetuar adequação na geometria da rodovia, como por exemplo, adequar raios de curvas, ou seja, alterações pontuais. Ainda, está em estudo a possibilidade de se implantar uma variante na área urbana de Pitanga (Distrito de Barra Bonita), para diminuir a afetação de cerca de 90 propriedades.

2. PRINCÍPIOS DO PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO (PAR)

O Plano de Ação de Reassentamento - PAR tem como princípios:

- Manter de padrões mínimos de vida e acesso à terra, recursos naturais e serviços, tais como água potável, saneamento, infraestrutura comunitária, titulação de terras, que sejam, ao menos, equivalentes ou superiores aos que as partes interessadas tinham anteriormente;
- Incluir o processo de reassentamento como uma oportunidade de desenvolvimento comunitário sustentável (meios e qualidade de vida da população deslocada sejam notavelmente melhorados);
- Incluir a promoção da restauração de atividades e bens afetados através da proporção de direitos de compensação justos, oportunos, como recomendam as normas interacionais ou em dinheiro quando não houver tal alternativa;
- Incluir a identificação e apoio aos mais vulneráveis para que possam participar plenamente do processo e com igualdade de benefícios;
- Desenvolver um processo participativo com os afetados e autoridades competentes;
- Continuar apoiando os afetados após o deslocamento para assegurar a recomposição sustentável dos modos de vida e a melhoria da qualidade de vida; e
- Trabalhar de maneira global e culturalmente apropriada.

3. OBJETIVO DO PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO

O objetivo do PAR é estabelecer uma ferramenta para gestão dos impactos socioeconômicos resultantes do deslocamento físico e econômico das pessoas afetadas pelas obras de Pavimentação da Rodovia PR-239, abrangendo os municípios de Pitanga e Mato Rico.

O PAR contempla as ações voltadas para a compensação e mitigação dos transtornos temporários e/ou permanentes causados pelas obras, considerando as

exigências legais e institucionais para que os afetados não sofram perdas patrimoniais ou deterioração da qualidade de vida.

4. MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL

O Plano de Ação de Reassentamento deve ser desenvolvido de acordo com o quadro legal e institucional listado abaixo e outros porventura identificados posteriormente.

- Legislação Federal
  - Constituição Federal Brasileira/1988, capítulo I – dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos;
  - Lei Federal 10.406/2001 – Código Civil, Livro III – regulamenta a posse e propriedade da terra e atribui direitos aqueles que não possuem escritura ou posse formal da terra;
  - Lei Federal 4.504/1964 - Dispõe sobre Estatuto da Terra, e dá outras providências;
  - Lei 6938/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
  - Lei Federal n° 6.766/79 – Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências – área “Non aedificandi”;
  - Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;
  - Decreto n° 62.504/68 – Dispõe sobre o Desmembramento em função da Desapropriação;
  - Decreto nº 6.040/07 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que engloba parte da população afetada, tais como indígenas, pescadores e ribeirinhos. Tem como objetivo principal:
    a. Garantia dos direitos costumeiros para a população tradicional, considerando suas características essenciais,

acesso a recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

b. Reconhecimento, proteção e promoção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais; e
c. Apoio e garantia da inclusão produtiva com a promoção de tecnologias adequadas, respeitando o sistema de organização social da comunidade.

Esses mecanismos jurídicos visam garantir que o grupo culturalmente diferenciado, e que é reconhecido como tal, mantenha suas formas próprias de organização social, de uso e ocupação dos territórios e os recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, bem como seus direitos costumeiros.

- Legislação Estadual
  - Decreto nº 5.445, de 31-07-89, que aprova o Regulamento e a Estrutura do Departamento de Estradas de Rodagem;
  - Lei nº 8.924, de 28-12-88, que dispõe sobre a cobrança da Contribuição e Melhorias;
  - Decreto nº 4.333 de 07-12-88, que regulamenta o uso da faixa de domínio de rodovias estaduais;
  - De acordo com o art. 5°, inc. VII da lei Complementar Estadual 40/87 (Lei Orgânica da PGE/PR) foram editados os Decretos Estaduais nº 703/83 e 1.047, de 23-06-83, que transfere à Procuradoria Geral do Estado as atribuições de representar em Juízo o Departamento de Estradas de Rodagem - DER e/ou o Estado do Paraná, nas ações de desapropriações diretas e indiretas, referentes a faixas de domínio para construção de rodovias e ações de usucapião, nos termos do seu artigo 3º;
  - Regimento Interno do DER/PR, Deliberação nº 622-89, 24-10-89.

Provimento nº 260, da Corregedoria Geral do Estado;

- Regulamento do DER/PR, Decreto n° 2458/2000;
- A Decisão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná nos autos nº 214.0045902.8/000, obriga o poder público a elaborar a planta e o memorial descritivo apenas da área a ser desapropriada;
- Manual Técnico – Procedimentos para Avaliação de Imóveis, de Março de 2017;
- Instrução Normativa nº 016, referente à Desapropriação, Liberação da Faixa de Domínio, última versão de 16.03.2015; e

- Outras normas e referências importantes para a construção desse marco são:
  - ABNT NBR 14653-3 – Avaliação de bens;
  - ABNT – NBR 13.133 – Execução de levantamento topográfico;
  - OP-710 – Reassentamento Involuntário;
  - OP-102 – Acesso à Informação;
  - OP-761 – Igualdade de Gênero em Desenvolvimento;
  - OP-765 – Povos Indígenas;
  - Padrões de desempenho sobre sustentabilidade ambiental, estabelecidos pela Corporação Financeira Internacional (IFC, 2012);
  - Quadro legal geral do Brasil que decorre da ratificação da Convenção da ONU sobre Direitos Humanos (Declaração Universal de Direitos Humanos), Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e demais convenções que tratam de aspectos específicos relacionados à garantia de direitos humanos fundamentais, tais como a Convenção OIT nº 169/89;
  - Princípios Orientadores para empresas sobre direitos humanos e Quadro de referência de reporte em direitos humanos (UN *Guiding Principles on Business and Human Rights* – Relatório

Ruggie), iniciativa da ONU;

- Direitos humanos no setor de mineração: integrando a devida diligência relacionada a direitos humanos em processos de gestão de risco corporativo (*Integrating human rights due diligence into corporate risk management processes – ICMM – International Council on Mining and Metals*);
- RAFI – *Human Rights Reporting and Assurance Frameworks Initiative*;
- ISO 26000; e
- AA1000 *Stakeholder Engagement Standard* (AA1000SES).

Tanto o BID quanto a legislação brasileira requerem a avaliação socioeconômica dos afetados por um processo de reassentamento, a definição de uma linha de corte e os direitos de compensação aos afetados.

Em geral, os requerimentos do BID são mais restritivos que a legislação brasileira. A legislação brasileira não determina ações para minimizar ou evitar deslocamento físico ou econômico, especialmente em grupos vulneráveis. Tampouco há requisitos na legislação brasileira que requeiram um processo formal de identificação, consulta e engajamento com *stakeholders*.

Os processos participativos resumem-se, em geral, às audiências públicas durante os processos de licenciamento ou incluídos como condicionante de licenças. Não há especificamente na legislação brasileira o requerimento específico de um mecanismo de queixas e reclamações, embora este instrumento se apresente como demandas no âmbito das ações de comunicação social requeridas nos termos de referências dos processos de licenciamento ambiental.

No que se referem à elegibilidade, os requerimentos do BID recomendam que sejam considerados no processo de reassentamento os proprietários formais e informais. O Código Civil Brasileiro estabelece direitos para os ocupantes sem direitos formais a terra, desde que a posse seja prolongada, pacífica, ininterrupta, e nos prazos estabelecidos pela lei (usucapião). Todavia, dada a complexidade do arcabouço legal e consequente burocracia que o envolve, os requerimentos do BID

tornam-se mais restritivos.

5. CONDIÇÕES DA LINHA DE BASE DO PAR

A constituição da Linha de Base Social é fundamental para a construção de conhecimento a respeito de todas as partes interessadas que possam ser, de alguma forma, afetadas e impactadas pelo Projeto, que possam ter algum grau de influência sobre o Projeto e sobre outras partes interessadas, ou que tenham algum tipo de interesse em relação ao Projeto.

A construção da Linha de Base Social possibilita:

- Definição dos impactos e dos riscos, e, por consequência, implementação de medidas de gestão que garantam que as partes interessadas usufruam ao máximo dos impactos positivos decorrentes do Projeto, e que não sejam afetadas, ou o sejam o mínimo necessário, pelos seus impactos negativos e riscos;
- Estabelecimento de um perfil das partes afetadas e identificação de grupos vulneráveis que demandem ações específicas de gestão de impactos, relacionamento e engajamento;
- Definição das ações de relacionamento e de engajamento mais adequadas de acordo com cada público; e
- Antecipar-se e evitar conflitos que possam ocorrer com as partes afetadas.

Para a construção adequada da linha de base faz-se necessário o desenvolvimento do Cadastro Físico das Propriedades e do Cadastro Socioeconômico de seus moradores.

É importante considerar que todos os afetados devem ser contemplados por estes cadastros, sejam esses proprietários, posseiros ou ocupantes.

Os cadastros podem ser realizados conjuntamente numa mesma etapa,

durante o Projeto Executivo de Engenharia.

Os cadastros objetivam:

- Identificar o tipo de público a ser contemplado pelo Plano de Reassentamento e construir uma linha de base social e de um perfil básico, para a posterior definição das ações mais adequadas para cada parte afetada; e
- Dimensionar os custos de desapropriação e reintegração e fornecer subsídios para definição das alternativas de reposição de perdas ou de promoção de melhorias das condições de vida dos afetados, principalmente, daqueles vulneráveis.

5.1 METODOLOGIA

5.1.1 Cadastro Físico

O Cadastro Físico das Propriedades deve conter informações suficientes para o cálculo da indenização, tal qual os critérios definidos pela IN 16, compreendendo:

- Levantamento de todas as propriedades afetadas pela faixa de domínio dos projetos, com a localização e a identificação das matrículas e das benfeitorias e edificações a serem removidas, bem como o nome do proprietário e a identificação das famílias que ocupam e/ou residem na propriedade, independentemente de seu vínculo com o proprietário. Desse modo, famílias de trabalhadores, arrendatários e outros vínculos devem ser consideradas;
- Data da realização do cadastro, de modo que as informações obtidas sejam utilizadas como referências nos contatos e processos posteriores, evitando assim, quaisquer responsabilidades, caso o total de pessoas e propriedades aumente durante o desenvolvimento do projeto;
- Descrição de todas as propriedades afetadas, área total da propriedade e área afetada pelo projeto, topografia, uso da propriedade (agrícola, residencial, comercial ou misto); tipologia de

ocupação e padrões das construções, zoneamento aprovado para o local, caso exista;

- Detalhamento do uso econômico da área, como por exemplo, uso agrícola e pecuária (quantidade de culturas, área ocupada por cada cultura, quantidade de animais por tipo) e detalhamento da área comercial como equipamentos, móveis, espaço ocupado, número de empregados, etc.;
- Descrição das edificações e benfeitorias existentes na propriedade: usos, área, cômodos, detalhes dos materiais empregados e estado de conservação;
- Registro fotográfico das fachadas e outros detalhes que possam subsidiar a definição dos valores de mercado da propriedade; e
- Identificação no Registro de Imóveis e Cadastro Municipal, para levantar os valores de impostos pagos pelo proprietário e comparar os dados existentes na ficha cadastral do imóvel.

5.1.2 Cadastro Socioeconômico

O Cadastro Socioeconômico propõe-se a quantificar e caracterizar o universo de famílias afetadas pelo projeto, a partir das seguintes tipologias: proprietário residente, não residente, famílias agregadas, inquilinos e demais categorias de ocupantes. Ressalta-se que todas as famílias identificadas na propriedade devem ser cadastradas.

A metodologia de levantamento das informações demandadas assemelha-se a um levantamento censitário. Por esse motivo, caso o tempo entre a pesquisa e a efetivação do projeto seja elevado, sugere-se que seja realizado novo levantamento para atualização das informações previamente levantadas.

O cadastro socioeconômico deve incluir:

- Listagem de todos os proprietários e residentes (formais, informais, legais ou ocupantes irregulares);
- Dimensão demográfica: nº de pessoas da família, idade de cada um

deles, gênero, composição do grupo familiar, grau de parentesco, problemas de saúde;

- Dimensão econômica: perfil da renda, ocupação dos membros da família, lugar de trabalho, relevância do imóvel na composição da renda, estratégia de subsistência, etc.;
- Dimensão social: acesso a serviços aos serviços públicos e privados de saúde, educação, correlação com outras famílias vizinhas, forma de organização social, tempo de residência no local, etc.; e
- Expectativa da população afetada referente ao projeto e a compensação (permuta, pagamento em dinheiro, etc.).

As informações devem ser suficientes para geração de uma linha de base que permita a descrição das características sociais, econômicas, demográfica e cultural da população afetada, a identificação de impactos do processo de deslocamento físico e econômico e a definição dos parâmetros de monitoramento das condições de vida após o deslocamento. Também deve possibilitar a identificação de impactos significativos nos modos de vida de cada família para orientar as medidas para minimizar tais impactos a serem tomadas antes, durante e após o processo de deslocamento físico ou econômico.

O cadastro socioeconômico também deverá levantar informações que permitam a identificação de pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade.

Para isso, pode ser adotada a metodologia[1] do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) por meio da qual é possível chegar aos índices de vulnerabilidade das famílias afetadas pelos projetos e intervenções rodoviárias. A metodologia define como vulneráveis:

- *Vulnerabilidade Socioeconômica*: (i) Família registrada no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; (ii) Edificação pesquisada localizada às margens de córrego/rio em situação de risco e/ou ao lado de lixões/aterros sanitários/valas de

[1]Metodologia – Pesquisa Básica de Vulnerabilidade Socioeconômica. Disponível em: <https://189.9.128.64/download/planejamento-e-pesquisa/desapropriacao-e-reassentamento/metodologia.pdf>.

esgoto; (iii) renda per capita até R$ 85,00 por mês; e

- *Classe Especial de Vulnerabilidade*: Mesmo sendo classificadas como não vulneráveis socioeconomicamente, são unidades familiares que possuem no imóvel/edifício em questão a única moradia, e pesando a imprudência em demandar a reintegração de posse, uma vez que tal ação ensejaria o "deslocamento" de um problema social de déficit habitacional e estaria em desconformidade com os direitos à moradia e à dignidade humana.

Outro exemplo de vulneráveis são as mulheres, especialmente quando estão na condição de chefes de família. Isso porque a sua condição de gênero pode agravar outros tipos de vulnerabilidade social e econômica, e dificultar melhorias em sua qualidade de vida. Também podem ser considerados vulneráveis portadores de deficiência e crianças em situação de risco social.

Após a definição da vulnerabilidade, deverá ser feita análise tendo em vista os riscos e impactos decorrentes dos projetos para cada família.

Dessa maneira, é fundamental que o PAR a ser elaborado para os projetos tenha informações precisas a respeito desse público, do seu grau de vulnerabilidade social e em relação ao projeto e ao processo de reassentamento, para que sejam propostas medidas e ações específicas.

No caso de famílias afetadas que não estejam em situação de vulnerabilidade e que tenham poder aquisitivo suficiente para a recomposição de suas condições de vida dispensando quaisquer tipos de auxílio externo, poderá ser adotado processo indenizatório simples, em conformidade com os dispositivos constitucionais e legislação específica, desde que em comum acordo entre as partes. Ainda assim, deverá ser realizado monitoramento posterior para casos específicos, conforme detalhado adiante.

É importante que a linha de base contenha as evidências referente a consulta com os afetados, como registros fotográficos das consultas, questionários utilizados, mapas com a localização das propriedades afetadas etc.

5.1.3 Comunicação com as Partes Interessadas

Em atendimento ao Marco de Relações Comunitárias e para a elaboração deste PAR, foi realizado um levantamento preliminar de informações e comunicação com os afetados, conforme documentos descritos abaixo:

- Consulta pública realizada em 04/05/2017, no município de Mato Rico, com objetivo de informar a comunidade sobre o Programa BID I Integração e apresentar as principais características do Projeto de Pavimentação da PR-239. Contou com a participação de 341 pessoas, seguida de aplicação de questionário de consulta com os presentes (Anexo B);
- Consulta pública realizada em 04/07/2017, no município de Mato Rico, com 102 participantes. Foram apresentadas as principais características do Projeto de Engenharia, com enfoque mais detalhado nos procedimentos de desapropriação e medidas de compensação aos afetados diretamente pelo projeto. Também foi informado que serão realizados os cadastros socioeconômico para os afetados de modo que, com as informações obtidas, se possa prever as melhores medidas de compensação e restauração para cada caso (Anexo C);
- Relatório Ambiental Simplificado (RAS) elaborado em 2013 e apresentado ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para obtenção da e Licença de Instalação (LI);
- Cadastro Físico Preliminar de Propriedades identificadas na área do Projeto, quando da elaboração do Projeto de Desapropriação (Fev/2014);
- Aplicação do Cadastro Socioeconômico na primeira quinzena de julho de 2017, cujo modelo do questionário aplicado encontra-se no Anexo D; e
- Mapeamento e análise de partes interessadas, cujos resultados estão

apresentados no Anexo E deste relatório[2].

As estratégias de comunicação com as Partes Interessadas acompanharão o planejamento para a obra de Pavimentação da PR-239, desde o lançamento do Edital para a Obra até posteriormente a finalização da mesma.

Para o estabelecimento da comunicação com as Partes Interessadas, serão utilizados os seguintes mecanismos de comunicação já existentes, tais como:

- Mídias do Governo do Estado do Paraná: (Agência Estadual de Notícias, DER, SEIL), Redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube) e canais de radio e telecomunicação (TV E-Paraná);
- Mídias Locais: TV, Rádio e Jornal;
- Superintendências e Escritório Regionais do DER: são atores para o relacionamento com a comunidade, ficando à disposição em horário comercial (atendimento presencial e telefônico), para informar sobre as etapas do projeto e andamento das obras;
- Programa de Comunicação Social: previsto no Estudo Ambiental do empreendimento, onde a empresa executora é incumbida de estabelecer um relacionamento com os afetados, informando das ações que serão executadas na obra.

A comunicação com as partes diretamente afetadas é feita no âmbito dos procedimentos de desapropriação por meio da Comissão Técnica-Jurídica designada para o empreendimento. A referida Comissão se dirige ao proprietário afetado, onde são apresentados os critérios e a metodologia de avalição e esclarecidas as dúvidas a respeito do valor proposto para indenização. Também são apresentadas as medidas e soluções encontradas a serem executadas a respeito de acessos a propriedades e outros problemas técnicos.

Após a Liberação da Faixa de Domínio, será efetuado o monitoramento

[2] Para elaboração do PAR foi levado em consideração os proprietários diretamente afetados pelo empreendimento.

pessoal dos afetados, conforme os critérios estabelecidos no PAR.

5.1.4 Atualização do PAR

O PAR será atualizado em até 90 (noventa) dias antes de iniciar os procedimentos de desapropriação, com a atualização do Cadastro Físico das Propriedades e a incorporação dos resultados provenientes do Cadastro Socioeconômico já realizado. Tais informações são necessárias para identificar o tipo de público a ser contemplado pelo Plano de Reassentamento, de um perfil básico, para a posterior definição das ações mais adequadas para cada parte afetada.

5.2 CADASTRO FÍSICO DE PROPRIEDADES – PAVIMENTAÇÃO DA PR-239

Para o Projeto de Pavimentação da Rodovia PR-239, as informações do Cadastro Físico de Propriedades elaborado para o Projeto de Desapropriação em fevereiro de 2014 são preliminares, visto que, está em estudo a viabilidade para implantação de uma variante e redução da Faixa de Domínio no distrito de Barra Bonita, reduzindo os impactos sobre o modo de vida desta comunidade.

A partir dos dados do projeto atual serão atingidas 218 propriedades, sendo que 90 estão localizadas no distrito de Barra Bonita. Está em estudo a implantação de uma variante na área urbana do referido distrito, com objetivo de minimizar a afetação em 45 propriedades, que contemplam 11 residências e mais 11 outras edificações. Para a área rural deste distrito está em análise a possibilidade de redução da largura da Faixa de Domínio previamente definida, de forma a minimizar os impactos em mais 45 propriedades que contemplam 11 residências.

Diante do exposto e, com base nas informações obtidas por meio do Cadastro Físico Preliminar elaborado no Projeto de Desapropriação (Anexo A), apresentam-se os seguintes Quadros:

- Quadro 1: Síntese do Cadastro Físico Preliminar para os Municípios de Pitanga e Mato Rico; e

- Quadro 2: Síntese do Cadastro Físico Preliminar do Distrito de Barra Bonita.

Quadro 1. Síntese do Cadastro Físico Preliminar das Propriedades de Pitanga e Mato Rico (exceto distrito de Barra Bonita).

Quantidade de Proprietários	nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
1	P001	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	3.360,28	-	Residencial
2	P002	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	8.288,00	3.870,41	47%	Pasto
3	P003	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	96.800,00	19.143,97	20%	Agrícola
4	P004	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	242.000,00	7.605,14	3%	Vegetação
5	P005	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	24.200,00	18.767,49	78%	Misto - Vegetação e Pasto
6	P006	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	242.000,00	18.461,83 11.523,46	12%	Pasto
7	P007	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	24.200,00	67,94 1.232,78	5%	Vegetação
8	P008	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	71.020,00	10.187,60 9.432,35	28%	Misto - Agrícola, Misto - Pasto e Vegetação
9	P011	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	58.818,00	2.413,20 5.175,10	13%	Misto - Agrícola, Misto - Pasto e Vegetação
10	P012	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	64.365,00	4.332,60 8.389,86	20%	Misto - Agrícola e Vegetação
	P015	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	438.600,00	5.765,94	4%	Misto -

Quantidade de Proprietários	nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
		[redacted]		[redacted]			8.638,46		Agrícola e Vegetação
							1.041,00		
	P017		Propriedade		Pitanga	163.000,00	9.383,89	6%	Misto - Agrícola e Vegetação
11	P013		Propriedade		Pitanga	427.000,00	4.156,74	1%	Misto - Agrícola e Vegetação
12	P014		Propriedade		Pitanga	-	8.671,92	-	Agrícola
							833,37		
13	P016		Propriedade		Pitanga	336.624,00	11.053,67	12%	Agrícola
							26.577,62		
							1.851,28		
							717,11		
14	P018		Propriedade		Pitanga	586.850,00	4.586,30	3%	Misto - Agrícola e Vegetação
							2.742,67		
							2.493,29		
							6.691,36		
15	P019		Propriedade		Pitanga	295.246,00	3.053,75	3%	Agrícola
							4.692,17		
16	P020		Propriedade		Pitanga	193.000,00	5.409,94	7%	Misto - Agrícola e Vegetação
							8.015,14		
17	P021		Propriedade		Pitanga	193.000,00	9.442,74	9%	Misto - Agrícola e Vegetação
							7.756,52		
18	P022-A		Propriedade		Pitanga	-	8.739,00	-	Misto - Agrícola e Vegetação
							353,83		
	P022-B		Propriedade		Pitanga	193.000,00	5.904,77	3%	Misto -

Quantidade de Proprietários	nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
		[redacted]		[redacted]					Agrícola e Vegetação
19	P023		Propriedade		Pitanga	168.000,00	2.489,97 6.496,34	5%	Misto - Agrícola e Vegetação
20	P024-A		Propriedade		Pitanga	193.000,00	3.671,47	2%	Agrícola
	P024-B		Propriedade		Pitanga	-	17.291,70	-	Agrícola
21	P025		Propriedade		Pitanga	154.880,00	14.344,37 13.088,42	18%	Agrícola
22	P030		Propriedade		Pitanga	-	8.715,62 11.175,57	-	Agrícola
23	P031		Propriedade		Pitanga	-	2.596,72 391,31 17.071,83 12.272,12 1.168,56	-	Misto - Pasto e Vegetação
	P034		Propriedade		Pitanga	-	1.214,40	-	Misto - Pasto e Vegetação
24	P032		Propriedade		Pitanga	429.617,00	10.892,38 965,80	3%	Misto - Pasto e Vegetação
	P047		Propriedade		Pitanga	167.660,00	4.593,47	3%	Misto - Agrícola, Misto - Pasto e

Quantidade de Proprietários	nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
		[redacted]		[redacted]					Vegetação
25	P033		Propriedade		Pitanga	25.718,00	598,79 9.539,63	39%	Agrícola
	P035		Propriedade		Pitanga	-	5.054,32	-	Misto - Agrícola e Vegetação
26	P036		Propriedade		Pitanga	-	8.101,74 6.342,60	-	Agrícola
27	P037		Propriedade		Pitanga	11.346,00	3.503,65	31%	Vegetação
28	P038		Propriedade		Pitanga	-	8.723,32	-	Misto - Agrícola e Vegetação
29	P039-A		Propriedade		Pitanga	4.980,00	3.813,94	77%	Vegetação
	P039-B		Propriedade		Pitanga	-	4.103,55	-	Vegetação
30	P040-A		Propriedade		Pitanga	145.000,00	23.029,94	16%	Agrícola
	P040-B		Propriedade		Pitanga	-	2.043,76	-	Vegetação
31	P041		Propriedade		Pitanga	-	12.986,23	-	Misto - Agrícola e Vegetação
32	P043		Posse Usucapião		Pitanga	-	3.361,80	-	Misto - Pasto e Vegetação
33	P044		Propriedade		Pitanga	350.000,00	17.364,68 32.030,45	14%	Misto - Pasto e Vegetação
34	P045		Propriedade		Pitanga	408.000,00	12.157,38 35.782,60	12%	Misto - Pasto e Vegetação

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Quantidade de Proprietários	nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
35	P046	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	126.666,00	2.197,82	2%	Vegetação
36	P048	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	548.000,00	4.483,95 3.077,82 16.225,03	4%	Misto - Agrícola, Misto - Pasto e Vegetação
37	P051-A	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	3.676,59		Vegetação
	P051-B	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	116.000,00	3.244,44	3%	Vegetação
38	P052	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	1.560,01	-	Pasto
39	P053	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	1.274,44	-	Pasto
40	P054	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	1.602,23	-	Pasto
41	P055	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	13.138,47	-	Pasto
42	P056	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	975.000,00	51,38 14.310,09	1%	Vegetação
43	P057	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	335.000,00	8.244,74	2%	Vegetação
	P057-A	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	6.634,73	-	Vegetação
44	P058	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	370.000,00	9.689,46	3%	Misto - Pasto e Vegetação
45	P059	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	17.650,65 13.095,80	-	Misto - Agrícola e Vegetação
46	P062-A	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	6.342,89	-	Agrícola
47	P062-B	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	280.000,00	25.048,86	9%	Agrícola
48	P063	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	8.985,35	-	Agrícola
49	P064	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	24.200,00	5.603,48	23%	Pasto
50	P065	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	4.858,77	-	Pasto
51	P066	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	55.000,00	1.775,37	12%	Pasto

Quantidade de Proprietários	nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
		[redacted]		[redacted]			2.286,84		
							2.644,90		
52	P067		Propriedade		Pitanga	12.100,00	375,00	3%	Pasto
53	P068		Propriedade		Pitanga	302.500,00	325,74	0%	Vegetação
54	P069		Propriedade		Pitanga	331.250,00	2.334,35	5%	Misto - Agrícola e Pasto
							12.397,04		
							617,33		
55	P070		Propriedade		Pitanga	187.495,00	8.224,50	12%	Agrícola
							13.827,15		
56	P071		Propriedade		Pitanga	-	15.685,59	-	Misto - Agrícola e Pasto
							2.850,94		
							3.274,63		
57	P072-A		Propriedade		Pitanga	4.737.246,00	42.561,14	1%	Pasto
	P072-B		Propriedade		Pitanga	-	17.342,83	-	Pasto
							679,50		
	P076		Propriedade		Pitanga	250.000,00	10.015,32	4%	Pasto
58	P073		Propriedade	L	Pitanga	400.000,00	11.646,06	3%	Pasto
59	P074-A		Propriedade		Pitanga	194.000,00	5.885,05	3%	Pasto
	P074-B		Propriedade		Pitanga	-	4.162,57	-	Pasto
60	P075		Propriedade		Pitanga	-	5.727,21	-	Pasto

Quantidade de Proprietários	nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
		[redacted]		[redacted]					
61	P077		Propriedade		Pitanga	242.000,00	12.274,21 21.132,39	14%	Pasto
62	P079		Propriedade		Pitanga	98.957,14	2.039,71	2%	Pasto
63	P081		Propriedade		Pitanga	-	31.577,57	-	Misto - Pasto e Vegetação
64	P082		Propriedade		Pitanga	2.282.500,00	4.307,18 1.898,32 11.204,43 83,77 28.267,78 449,02 8.366,70	2%	Pasto
65	P083		Propriedade		Pitanga	-	1.471,39	-	Sem Uso
66	P084		Propriedade		Pitanga	290.000,00	33.182,78	11%	Pasto
67	P085		Propriedade		Pitanga	-	472,02 26.303,69	-	Pasto
68	P086		Propriedade		Pitanga	121.000,00	5.851,70 8.045,40	31%	Misto - Pasto e Vegetação
69	P087		Propriedade		Pitanga	-	23.241,18		Misto - Pasto

Quantidade de Proprietários	nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
		[redacted]		[redacted]			203,29		e Vegetação
70	P088		Propriedade		Pitanga	970.000,00	6.702,16 137,50 1.161,94 2.274,27 1.671,72	1%	Misto - Pasto e Vegetação
71	P089		Propriedade		Pitanga	-	5.564,72	-	Pasto
72	P091		Propriedade		Pitanga	-	3.891,00 282,81 12.553,74 2.539,33	-	Misto - Pasto e Vegetação
73	P092		Propriedade		Pitanga	-	724,77	-	Pasto
74	P093		Propriedade		Pitanga	48.000,00	16.210,79 2.706,45	39%	Pasto
75	P094		Propriedade		Pitanga	25.638,00	89,61 283,90	1%	Misto - Agrícola, Misto - Pasto e Vegetação
76	P097		Propriedade		Pitanga	48.000,00	3.025,25 6.319,90	19%	Misto - Pasto e Vegetação
77	P098		Propriedade		Pitanga	193.000,00	5.364,11	10%	Pasto

Quantidade de Proprietários	nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
		[redacted]		[redacted]			14.123,76		
78	P099		Propriedade		Pitanga	119.105,00	5.479,14 4.666,76	9%	Pasto
79	P100		Propriedade		Pitanga	102.500,00	3.336,68 6.943,28	10%	Pasto
80	P101		Propriedade		Pitanga	1.002.000,00	25.552,48 4.730,83	3%	Misto - Pasto e Vegetação
81	P102		Propriedade		Pitanga	726.000,00	44.531,85 15.525,01	8%	Misto - Pasto e Vegetação
82	P104		Propriedade		Pitanga	-	1.096,43	-	Pasto
83	P105		Propriedade		Pitanga	486.000,00	9.629,94	2%	Vegetação
84	P202		Propriedade		Pitanga	6.050,00	1.588,43	26%	Vegetação
85	P203		Propriedade		Pitanga	-	2.016,15 1.336,02	-	Misto - Pasto e Vegetação
86	P204		Propriedade		Pitanga	135.334,00	4.670,58 2.879,56	6%	Agrícola
87	P205		Propriedade		Pitanga	734.100,00	12.496,59 32.874,03	6%	Misto - Agrícola, Misto - Pasto e Vegetação
88	P206		Propriedade		Pitanga	182.000,00	8.582,50 4.261,17	7%	Agrícola
89	P208		Propriedade		Pitanga	304.646,00	4.638,26	2%	Misto - Agrícola e Vegetação
90	P212		Propriedade		Mato Rico	-	1.368,06 11.001,77	-	Pasto

Quantidade de Proprietários	nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
		[redacted]		[redacted]			17.562,89 2.430,61 2.193,01		
91	P216	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Mato Rico	387.000,00	18.041,69	5%	Pasto
92	P215	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Mato Rico	-	13.680,99	-	Pasto
93	P217	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Mato Rico	-	2.277,18	-	Vegetação
94	P218	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Mato Rico	-	7.606,47 2.934,76 3.256,12	-	Misto - Pasto e Vegetação
95	P219	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Mato Rico	-	839,28	-	Vegetação
96	P220-A	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Mato Rico	121.000,00	2.439,40 2.456,30	4%	Misto - Agrícola e Vegetação
	P220-B	[redacted]	Posse	[redacted]	Mato Rico	-	3.243,77 6.075,72	-	Misto - Agrícola e Vegetação
97	P221	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Mato Rico	263.000,00	5.504,12 2.024,54 3.367,10	4%	Misto - Agrícola e Vegetação
98	P222	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Mato Rico	-	7.165,38 5.977,01	-	Pasto
99	P223	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Mato Rico	96.800,00	6.996,06	7%	Pasto
100	P225	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Mato Rico	-	6.396,25 2.159,32	-	Pasto

Quantidade de Proprietários	nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
101	P226	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Mato Rico	276.000,00	2.152,06 1.067,94	1%	Vegetação
102	P227		Propriedade		Mato Rico	-	20.797,44	-	Pasto
103	P228		Propriedade		Mato Rico	-	47.112,60 591,84	-	Misto - Agrícola e Vegetação
104	P229		Propriedade		Mato Rico	34.431,00	9.518,45	28%	Pasto
105	P230-A		Propriedade		Mato Rico	23.927,00	20.322,52	85%	Pasto
	P230-B		Propriedade		Mato Rico	23.566,00	4.513,79	19%	Pasto
106	P231		Propriedade		Mato Rico	30.523,00	11.323,85	37%	Misto - Pasto e Vegetação
107	P232		Propriedade		Mato Rico	-	2.164,25	-	Vegetação
108	P233		Propriedade		Mato Rico	-	10.161,32	-	Pasto
109	P234-A		Propriedade		Mato Rico	-	380,82	-	Pasto
	P234-B		Propriedade		Mato Rico	-	382,39	-	Pasto
110	P235		Propriedade		Mato Rico	-	345,15	-	Residencial

Quadro 2. Síntese do Cadastro Físico Preliminar das Propriedades do Distrito de Barra Bonita.

Quantidade de Proprietários	Nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
1	P107	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	1.203.000,00	25.070,76 20.353,35	4%	Pasto
2	P110	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	29.040,00	1.324,11 1.241,05	9%	Agrícola
3	P111	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	1.301,83 1.005,84	-	Agrícola
	P111-A	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	880,36 786,34	-	Agrícola
	P111-B	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	24.200,00	1.602,13 941,17	11%	Agrícola
4	P112	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	1.563,88 2.843,09	-	Pasto
5	P113	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	30.250,00	6.541,92 10.732,40 122,50	57%	Misto - Agrícola, Misto - Pasto e Vegetação
6	P114	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	6.383,84 661,74 972,42	-	Misto - Agrícola e Pasto
7	P115	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	21.780,00	1.136,14 515,04	8%	Pasto
8	P116	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	33.880,00	2.424,02 2.016,20	13%	Misto - Agrícola e Vegetação
9	P117	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	8.856,93	2.950,72	33%	Agrícola
10	P118	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	21.150,00	4.191,24	20%	Misto - Agrícola e Vegetação

Quantidade de Proprietários	Nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
	P119	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	1.774,32	-	Pasto
	P153-A		Propriedade		Pitanga	800,00	223,90	28%	Residencial
	P153-B		Propriedade		Pitanga	2.150,00	390,89	18%	Residencial
11	P120		Propriedade		Pitanga	4.800,00	2.231,82	46%	Misto - Agrícola e Vegetação
12	P121		Posse usucapião		Pitanga	14.787,00	2.164,51 367,27 205,71	19%	Misto - Pasto e Vegetação
13	P122		Propriedade		Pitanga	-	730,37	-	Público
14	P123-A		Posse usucapião		Pitanga	5.230,00	3.705,49	71%	Misto - Pasto e Vegetação
	P123-B		Propriedade		Pitanga	-	165,48	-	
15	P124		Propriedade		Pitanga	7.170,00	1.751,57	24%	Residencial
16	P125		Propriedade		Pitanga	-	3.240,68	-	Misto - Agrícola e Pasto
	P137		Propriedade		Pitanga	4.000,00	802,29 132,44	23%	Misto - Agrícola e Pasto
17	P126		Posse usucapião		Pitanga	-	744,51	-	Residencial
18	P127		Propriedade		Pitanga	-	3.798,32	-	Vegetação
19	P128		Propriedade		Pitanga	-	1.168,95	-	Residencial
20	P129		Propriedade		Pitanga	3.200,00	1.594,86	50%	Residencial
21	P130		Propriedade		Pitanga	3.200,00	1.378,46	43%	Residencial
22	P131		Propriedade		Pitanga	-	381,49	-	Residencial
23	P132		Propriedade		Pitanga	-	1.564,50	-	Misto - Agrícola e Pasto

Quantidade de Proprietários	Nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
		[redacted]		[redacted]			2.371,05		
24	P133	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	1.086,73 348,90	-	Residencial
25	P134	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	281,31 281,69 474,51	-	Residencial
26	P135	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	1.323,86	-	Residencial
27	P136	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	499,72	-	Residencial
28	P138	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	2.280,00	444,75	20%	Residencial
29	P139	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	1.855,02 616,84	-	Residencial
30	P140	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	112,72	-	Residencial
31	P141-A	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	393,45	-	Residencial
32	P141-B	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	122,88 340,85	-	Residencial
33	P142	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	166,64	-	Residencial
	P145	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	217,07	-	Residencial
34	P143	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	204,88	-	Residencial
35	P144	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	308,16	-	Residencial
36	P146	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	450,56	-	Residencial
37	P147	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	365,44	-	Residencial
38	P148	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	3.200,00	912,00	29%	Residencial
39	P150	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	111,93	-	Residencial

Quantidade de Proprietários	Nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
40	P151	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	106,48	-	Residencial
41	P152		Propriedade		Pitanga	-	154,41	-	Residencial
42	P154		Propriedade		Pitanga	5.600,00	293,77	5%	Residencial
43	P155		Propriedade		Pitanga	-	396,95	-	Residencial
44	P157		Propriedade		Pitanga	-	151,48	-	Residencial
45	P158-A		Propriedade		Pitanga	800,00	184,37	23%	Residencial
	P158-B		Propriedade		Pitanga	-	399,62	-	Residencial
46	P161		Propriedade		Pitanga	-	25,92	-	Residencial
47	P162		Propriedade		Pitanga	1.600,00	285,93	18%	Residencial
48	P163		Propriedade		Pitanga	1.600,00	134,32	8%	Residencial
	P179		Propriedade		Pitanga	393.150,00	6.335,87 7.201,57	3%	Pasto
49	P164		Propriedade		Pitanga	8.000,00	401,68	5%	Comercial
50	P165		Propriedade		Pitanga	-	71,11	-	Residencial
51	P166		Propriedade		Pitanga	-	50,14	-	Público
52	P167		Propriedade		Pitanga	2.400,00	163,29	7%	Residencial
53	P168		Propriedade		Pitanga	-	135,34	-	Comercial
54	P169		Propriedade		Pitanga	-	12,11	-	Público
55	P170		Propriedade		Pitanga	-	232,24	-	Residencial
56	P171		Propriedade		Pitanga	-	221,19	-	Residencial
57	P172		Propriedade		Pitanga	-	48,44	-	Residencial

Quantidade de Proprietários	Nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
58	P173	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	239,41	-	Residencial
59	P174		Propriedade		Pitanga	-	292,83	-	Residencial
60	P175-A		Propriedade		Pitanga	4.800,00	553,21	12%	Residencial
	P175-B		Propriedade		Pitanga	-	101,06	-	Residencial
61	P176		Propriedade		Pitanga	-	272,72	-	Residencial
62	P177		Propriedade		Pitanga	-	645,81	-	Residencial
63	P178		Propriedade		Pitanga	-	1.170,87	-	Residencial
64	P180		Propriedade		Pitanga	57.475,00	1.037,16	4%	Agrícola
							1.409,88		
65	P181		Propriedade		Pitanga	-	1.238,00	-	Pasto
							1.197,42		
66	P182		Propriedade		Pitanga	-	979,06	-	Pasto
67	P183		Propriedade		Pitanga	72.600,00	4.721,80	11%	Pasto
							3.581,01		
68	P184		Propriedade		Pitanga	91.050,00	4.239,75	5%	Silvicultura
69	P185		Propriedade		Pitanga	334.000,00	1.590,31	1%	Vegetação
							2.662,25		
70	P187		Propriedade		Pitanga	48.400,00	88,61	4%	Vegetação
							1.109,23		
							648,12		
71	P188		Propriedade		Pitanga	48.000,00	950,06	2%	Vegetação
							580,25	-	
72	P189		Propriedade		Pitanga	38.000,00	4.442,37	21%	Agrícola
							3.463,56		

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Quantidade de Proprietários	Nº. Cadastro	Matrícula	Situação	Nome do Registro	Município	Área Total da Matrícula (m²)	Área a Desapropriar (m²)	% de área desapropriada em relação à área total da matrícula	Uso da Área
73	P190	[redacted]	Propriedade	[redacted]	Pitanga	-	575,49 540,67	-	Pasto
74	P191		Propriedade		Pitanga	330.000,00	387,25 14.062,28 3.666,90	0%	Misto - Pasto e Vegetação
75	P195		Propriedade		Pitanga	192.400,00	3.993,51 3.097,41	4%	Misto - Pasto e Vegetação
76	P197		Posse usucapião		Pitanga	-	5.185,82	-	Pasto
77	P198		Propriedade		Pitanga	-	7.095,42	-	Vegetação
78	P199		Propriedade		Pitanga	902.000,00	12.576,55	1%	Misto - Pasto e Vegetação
79	P200		Propriedade		Pitanga	193.600,00	64.829,90 4.445,66 3.316,54 20,18	38%	Misto - Pasto e Vegetação
80	P201		Propriedade		Pitanga	1.064.000,00	6.635,17	1%	Agrícola

Os Quadros 3 e 4 abaixo contém informações resumidas do total de áreas afetadas.

Quadro 3. Quadro resumo das áreas afetadas em Pitanga e Mato Rico (exceto Distrito de Barra Bonita).

Total de proprietários	Área com matrícula	Área sem matrícula	Total de moradias
110	81	45	25

Quadro 4. Quadro resumo das áreas afetadas no Distrito de Barra Bonita.

Total de proprietários	Área com matrícula	Área sem matrícula	Total de moradias
80	39	48	22

6. IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS DO REASSENTAMENTO SOBRE AS PESSOAS, PROPRIEDADES E MODOS DE VIDA

Os dados relatados acima indicam a tendência de deslocamento físico e econômico decorrente do projeto. Analisando o projeto de desapropriação preliminar, identificou-se a interferência em 47 edificações de uso residencial, ocupadas por proprietários, que poderão ser impactados por deslocamento físico e/ou econômico. Reforça-se que, quando da atualização do PAR, os dados serão confirmados ou adequados.

Os dados produtivos levantados até o momento indicam que, com as possíveis perdas de áreas com atividades econômicas, o impacto poderá ser suficiente para caracterizar o deslocamento econômico. Salienta-se que, quando da atualização do PAR, os dados serão confirmados ou adequados.

A pavimentação da rodovia não tem interferência direta nas propriedades de comunidades tradicionais ou indígenas, razão pela qual elas não estão incluídas no PAR.

Após análise e compilação dos dados do Cadastro Socioeconômico e atualização do Cadastro Físico das Propriedades, as informações obtidas serão

analisadas considerando a ocorrência dos seguintes impactos potenciais:

- Interferências na infraestrutura urbana e rural;
- Interferências em terras com usos residencial, comercial, agropecuário e turístico;
- Interferências na produção agropecuária;
- Interferências nas atividades comerciais;
- Interferências nos modos de vida;
- Interferência no patrimônio histórico, cultural e natural;
- Interferências na valorização das residências e terras; e
- Violação de direitos humanos.

Os dois cadastros serão confrontados e comparados para se chegar a uma Análise do Risco de Empobrecimento, que deverá conter informações sobre:

- Níveis de riscos do projeto decorrentes dos impactos diretos do reassentamento (perda de moradia e terra cultivável, mudanças no emprego, alterações na renda e no acesso a recursos e aos meios de produção, possibilidade de exclusão social etc.);
- Existência de atividades comerciais e de serviços cuja viabilidade seja prejudicada pelo projeto;
- Potencial de desarticulação de redes sociais; e
- Perda do acesso à educação.

Especial atenção deverá ser dada a questões relacionadas a gênero e etnia.

Após a avaliação dos impactos e das condições de trabalho, habilitação e elegibilidade das famílias, define-se:

- Número de proprietários a serem desapropriados ou indenizados, com a estimativa dos recursos destinados a este fim; e
- Número total de famílias habilitadas ao reassentamento: proprietários, famílias agregadas, ocupantes por arrendamento ou outro tipo de contrato, invasores, entre outros.

Com o cadastro físico preliminar, foi possível caracterizar os tipos de impactos para o empreendimento em pauta, considerando que serão atingidas 218 áreas. Dentre os impactos levantados até o momento, identificou-se a "perda de terreno rural/urbano", com ou sem exploração econômica, "perda de edificação com atividade econômica", "perda de moradia por interrupção de contrato de aluguel", "perda de emprego" e "perda de residência", podendo já serem indicadas, previamente, as medidas compensatórias para o referido impacto. Reitera-se que, quando da atualização do PAR, os dados serão confirmados ou adequados.

Os Quadros 5 e 6 apresentam a síntese dos possíveis impactos levantados até o momento, e respectivas medidas.

Quadro 5. Possíveis Impactos afetadas em Pitanga e Mato Rico (exceto Distrito de Barra Bonita).

Tipo de Afetação	Quantidade	Medidas
Perda de Terreno Rural/Urbano	110 proprietários	Indenização do valor de mercado da terra nua; Indenização de benfeitorias, quando aplicável / houver[3]; Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável[4]; Assistência técnica e suporte para restauração de atividade econômica.
Perda de residência	25 residências	Indenização do valor de mercado da edificação; Caso constate-se que se trata de perda de residência (única moradia), além da indenização do valor de mercado da edificação, serão propostas as seguintes medidas compensatórias: - Em caso de família sociovulnerável reconstrução de nova moradia; - Apoio no restabelecimento de acesso a serviços públicos em caso de família

[3] Indenização de benfeitorias, quando aplicável / houver: O "Quando Aplicável" refere-se para os casos em que a área a ser desapropriada é passível de exploração econômica.
[4] Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável: O "Quando Aplicável" refere-se para os casos em que a propriedade é passível de exploração econômica, porém a área atingida (a ser desapropriada) não tem a comprovação de que é utilizada para tal fim.

Tipo de Afetação	Quantidade	Medidas
		vulnerável. - Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis.
Perda de edificação com atividade econômica	-	Indenização do valor de mercado da edificação; Compensação monetária com base na projeção de lucro.
Perda de moradia por interrupção de contrato de aluguel	-	Auxílio mudança; Auxílio na identificação de outra moradia.
Perda de emprego	-	Auxílio para recolocação no mercado de trabalho; Orientação para procurar uma capacitação técnica a fim de aprimorar suas habilidades.

Quadro 6. Possíveis Impactos das áreas afetadas no Distrito de Barra Bonita.

Tipo de Afetação	Quantidade	Medidas
Perda de Terreno Rural/Urbano	80 proprietários	Indenização do valor de mercado da terra nua; Indenização de benfeitorias, quando aplicável / houver[5]; Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável[6]; Assistência técnica e suporte para restauração de atividade econômica.
Perda de residência	22 residências	Indenização do valor de mercado da edificação; Caso constate-se que se trata de perda de residência (única moradia), além da indenização do valor de mercado da edificação, serão propostas as seguintes medidas compensatórias: - Em caso de família sociovulnerável reconstrução de nova moradia;

[5] Indenização de benfeitorias, quando aplicável / houver: O "Quando Aplicável" refere-se para os casos em que a área a ser desapropriada é passível de exploração econômica.
[6] Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável: O "Quando Aplicável" refere-se para os casos em que a propriedade é passível de exploração econômica, porém a área atingida (a ser desapropriada) não tem a comprovação de que é utilizada para tal fim.

Tipo de Afetação	Quantidade	Medidas
		- Apoio no restabelecimento de acesso a serviços públicos em caso de família vulnerável. - Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis.
Perda de edificação com atividade econômica	-	Indenização do valor de mercado da edificação; Compensação monetária com base na projeção de lucro.
Perda de moradia por interrupção de contrato de aluguel	-	Auxílio mudança; Auxílio na identificação de outra moradia.
Perda de emprego	-	Auxílio para recolocação no mercado de trabalho; Orientação para procurar uma capacitação técnica a fim de aprimorar suas habilidades.

Com o Cadastro Físico e Socioeconômico atualizados poder-se-á chegar à uma análise de risco de empobrecimento. Todavia, com as informações levantadas até o momento, já é possível traçar um perfil preliminar de afetação, conforme descrito anteriormente.

7. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DATA DE CORTE

A definição de elegíveis deve ser definida em conjunto com os afetados e seus critérios devem compor o PAR.

Os atores devem cumprir as seguintes condições mínimas para serem considerados elegíveis, como por exemplo:

- Tenham propriedade ou interesses legítimos e comprovados sobre bens imóveis situados no perímetro identificado como afetado. Deverão ser considerados aqueles que:
  - Tenham propriedade legal e formal e direito de uso reconhecido pela legislação brasileira; e
  - Propriedade informal ou tradicional e direitos de uso reconhecidos pela legislação brasileira.

- Comprovarem desenvolvimento de atividades econômicas e produtivas no perímetro afetado, como por exemplo:
  - Perda ou suspenção de emprego realizado dentro da área;
  - Atividades Agrícolas;
  - Atividades Pecuárias;
  - Atividade Extrativista;
  - Pesca;
  - Turismo;
  - Comércio; e
  - Indústria.

- Tenham perda de acessos físicos e acesso aos recursos naturais, tais como água, resultante do projeto; e

- Forem incluídos nos cadastros, até a data de corte, a ser estabelecida dentro do PAR.

O PAR não deve considerar elegíveis bens afetados de instituições públicas de domínio privado (como p.ex. Ministérios, Secretarias, Prefeituras, etc.). Os impactos nestas deverão ser negociados diretamente entre a SEIL/DER e a parte afetada.

A data de corte será definida como sendo o último dos seguintes atos a serem executados pela SEIL/DER, podendo ser: i) a realização do Cadastro Físico das Propriedades; ii) a realização do Cadastro Socioeconômico, ou iii) a emissão da Declaração de Utilidade Pública - DUP.

Para o empreendimento em Pauta, a data de corte está definida como sendo a data da emissão do Decreto de Utilidade Pública – DUP, que será providenciado após finalização da revisão do Projeto de Engenharia, em função da possibilidade de se implantar uma variante no Distrito de Barra Bonita.

8. MATRIZ DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Uma vez estabelecidos critérios gerais de elegibilidade, foi desenvolvida uma matriz de compensação, parte integrante deste PAR.

A matriz de compensação a seguir deve ser usada unicamente como ponto de partida para as discussões com os afetados e deverá ser revisada pela SEIL/DER como resultado das atividades anteriormente descritas.

Elementos básicos a serem abordados na matriz de compensação incluem:

- Terrenos, casas e outros;
- Infraestrutura de serviços;
- Edifícios institucionais; e
- Recomposição dos modos de vida.

A reparação pode ocorrer por uma das formas a seguir ou por um conjunto dessas:

- Indenização financeira;
- Indenização por outro bem equivalente;
- Medidas específicas para grupos vulneráveis; e
- Outros subsídios.

O Quadro 3 apresenta uma matriz base de medidas compensatórias para o Programa BID I Integração. Quando da atualização deste PAR, a matriz a ser apresentada será específica para o projeto de Pavimentação da PR-239, considerando o tipo de impacto e a condição socioeconômica dos afetados.

Quadro 03. Matriz Base de Medidas Compensatórias para o Programa BID I Integração.

PARTE INTERESSADA	TIPO DE IMPACTO		COMPENSAÇÃO
PROPRIETÁRIO OU POSSEIRO (USUCAPIÃO)[7]	Perda de terrenos (urbano/rural)	Terra passível de exploração econômica	Indenização do valor de mercado da terra nua. Indenização de benfeitorias. Compensação monetária com base na projeção de lucro[8], quando aplicável[9]. Assistência técnica e suporte para restauração de atividade econômica.
		Terra sem exploração econômica	Indenização do valor de mercado da terra nua. Indenização de possíveis benfeitorias.
	Perda de residência principal		Indenização do valor de mercado da edificação
	Perda de residência secundaria	Residência uso próprio/cedida	Indenização do valor de mercado da edificação residencial

[7] Proprietário ou Posseiro (Usucapião): Conforme Decreto Lei nº. 3.365, é elegível para receber a compensação proposta àquele que comprova o domínio ou que tem "usucapião" (transitado em julgado da Ação de Usucapião) sobre a propriedade.
[8] Compensação monetária com base na projeção de lucro: O cálculo para compensação monetária considera diversas variáveis e a projeção de lucro dependerá da atividade econômica desenvolvida sobre a propriedade atingida e será calculado em função de sua rentabilidade.
[9] Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável: O “Quando Aplicável” refere-se para os casos em que a propriedade é passível de exploração econômica, porém a área atingida (a ser desapropriada) não tem a comprovação de que é utilizada para tal fim.

PARTE INTERESSADA	TIPO DE IMPACTO		COMPENSAÇÃO
	Perda da residência (única moradia)		Indenização do valor de mercado da edificação. Em caso de família sociovulnerável reconstrução de nova moradia. Apoio no restabelecimento de acesso a serviços públicos em caso de família vulnerável. Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis.
	Perda de edificação com atividade econômica	Uso próprio /Alugado (comercio/atividade industrial/residência)	Indenização do valor de mercado da edificação. Compensação monetária com base na projeção de lucro.
	Interrupção temporária da atividade econômica	Uso próprio /Alugado (comercio/atividade industrial/residência)	Compensação monetária com base na projeção de lucro
POSSEIRO[10]	Supressão de área (urbano/rural)	Terra passível de exploração econômica	Indenização de benfeitorias. Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável. Assistência técnica e suporte para restauração de atividade econômica.
		Terra sem exploração econômica	Indenização de possíveis benfeitorias
	Perda de residência principal		Indenização do valor de mercado da edificação

[10] Posseiro: É aquele que não tem comprovação de domínio, mas que ocupa a propriedade.

PARTE INTERESSADA	TIPO DE IMPACTO		COMPENSAÇÃO
	Perda de residência secundaria	Residência uso próprio/cedida	Indenização do valor de mercado da edificação
	Perda da residência (única moradia)		Indenização do valor de mercado da edificação. Em caso de família sociovulnerável reconstrução de nova moradia. Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis afetadas.
	Perda de edificação com atividade econômica	Uso próprio /Alugado (comercio/atividade industrial/residência)	Indenização do valor de mercado da edificação. Compensação monetária com base na projeção de lucro.
	Interrupção temporária da atividade econômica	Uso próprio /Alugado (comercio/atividade industrial/residência)	Compensação monetária com base na projeção de lucro
ARRENDATÁRIO[11]	Perda de renda por diminuição da área do imóvel		Indenização de benfeitorias. Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável.

[11] Arrendatário: Contrato de Cessão de um fator de produção (rural ou urbano) pelo qual seu proprietário o entrega à outro para ser explorado mediante determinada remuneração.

PARTE INTERESSADA	TIPO DE IMPACTO	COMPENSAÇÃO
INQUILINO/LOCATÁRIO[12]	Perda de moradia por interrupção de contrato de aluguel	Auxílio mudança. Auxílio na identificação de outra moradia.
	Perda do ponto comercial por interrupção de contrato de aluguel	Auxílio mudança. Compensação monetária com base nas perdas e danos. Em caso de família vulnerável, assistência técnica e capacitação para melhorar a atividade econômica em outro lugar.
CEDIDO (FUNCIONÁRIO/NÃO FUNCIONÁRIO)[13]	Perda de moradia	Reconstrução da edificação em área remanescente, quando possível, desde que o proprietário da edificação concorde com a permuta da indenização. Quando não houver acordo para permuta da indenização pela reconstrução da edificação pelo proprietário, auxílio aluguel por tempo determinado em caso de família sociovulnerável. Auxílio mudança. Auxílio na identificação de outra moradia. Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis afetadas.

[12] Inquilino/Locatário: Indivíduo que reside ou faz uso comercial sob regime de contrato de aluguel.
[13] Cedido (Funcionário/Não Funcionário): É aquele que faz uso residencial (moradia) de imóvel cedido, podendo ser ou não funcionário do proprietário, onde é realizado um acordo entre as partes, não se configurando como contrato de aluguel.

PARTE INTERESSADA	TIPO DE IMPACTO	COMPENSAÇÃO
FUNCIONÁRIOS[14]	Perda de emprego	Auxílio para recolocação no mercado de trabalho. Orientação para procurar uma capacitação técnica a fim de aprimorar suas habilidades.

[14] Funcionário: É aquele que exerce trabalho remunerado.

A seguir, são expostas as considerações a respeito dos critérios utilizados para a definição das medidas de compensação propostas.

A desapropriação é instituto jurídico mediante o qual a “autoridade pública competente, em casos expressos em lei e mediante indenização, determina que a propriedade individual seja transferida a quem dela se utilize em interesse da coletividade". No que diz respeito à proteção ao direito de propriedade, o inciso XXIV, do art. 5º, do texto da Constituição Federal, decreta que competirá à legislação infraconstitucional disciplinar o procedimento de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro. Desde que cumprido o que rege o Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, e mediante justa e prévia indenização prevista no texto constitucional, a desapropriação é considerada legítima.

Portanto, para a execução da obra é realizada antecipadamente a liberação da faixa de domínio que consiste basicamente na aplicação dos procedimentos de desapropriação. Nos casos em que o proprietário estiver de acordo com a indenização proposta, mediante a assinatura do Termo de Concordância, parte-se para o empenho do valor, e após a retirada das Certidões Negativas e Positivas do imóvel, efetua-se efetivamente o pagamento administrativo em conta. Na Escritura de Desapropriação deve constar a cláusula de que caso o pagamento do DER/PR não ocorra em até 72 horas em conta corrente, os efeitos da escritura serão nulos, servindo a própria escritura como recibo de pagamento para ambas as partes. Após, será providenciada a abertura de matrícula própria para a nova área e deverá constar a informação de que parte do imóvel foi desapropriado pelo Poder Público em nome do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná. Todas as custas cartoriais para regularizar a área desapropriada são de responsabilidade do órgão executor e a regularização da área remanescente fica a cargo do proprietário, quando este julgar conveniente fazê-la.

Quando houver oposição ao valor proposto pela indenização ou exigência descabida de parte do particular no momento da negociação, ou dúvida fundada sobre o

domínio, será promovida a desapropriação judicial, através da propositura da Ação de Imissão de Posse e mediante depósito judicial prévio referente ao valor avaliado pela Comissão. Tal ação é proposta por intermédio da Procuradoria Geral do Estado (Lei Complementar Estadual 40/87(Lei Orgânica da PGE/PR)), a qual se oficiará expondo os fatos e fundamentos jurídicos, juntados o decreto expropriatório do Diário Oficial, a planta/memorial descritivo da área efetiva ocupada e demais documentos que devem compor a Instrução Processual. Neste caso, o desapropriado poderá levantar até 80% do valor do depósito feito para o fim previsto de desapropriação e no art. 15, observado o processo estabelecido no art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365.

Prevista a indenização prévia e justa, o fundamental é que haja um ressarcimento ao proprietário, colocando-se no valor a ser indenizado um montante que lhe permita adquirir um bem com atributos e características semelhantes ao que foi desapropriado. Quando se fala em recomposição patrimonial justa pelo desfalque que resulta da desapropriação, exclui-se qualquer enriquecimento indevido do titular do bem, assim como qualquer empobrecimento que lhe deixe em situação econômica inferior à intervenção do Estado.

- Nos casos em que a posse não seja constituída em ação de "usucapião" com procedimento judicial já finalizado, haverá a indenização das benfeitorias e edificações atingidas na área a ser desapropriada. A indenização pela terra nua somente caberá àquele que comprovar o domínio ou que tiver "usucapião" (transitado em julgado da Ação de Usucapião) sobre a propriedade. O Decreto-Lei nº 3.365/41 (art. 34) estabelece que o levantamento do valor do depósito judicial prévio dependerá da prova da propriedade do bem expropriado e que, na hipótese de existir dúvida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito (no juízo onde tramita a Ação de Desapropriação).

- Nos casos em que o proprietário do imóvel a ser desapropriado não for encontrado ou for desconhecido, caberá procedimento judicial e a propositura da ação de imissão de posse mediante depósito judicial prévio referente ao valor definido do bem.

- Se tratando de situações onde o proprietário descrito na respectiva matrícula já for falecido, caberá pagamento administrativo (caso concordante), apenas nos casos onde o inventário já estiver consolidado, para garantia de que o pagamento será feito a quem realmente deve receber e como prova de que não existem mais herdeiros sobre o imóvel. Neste procedimento é realizado depósito em conta corrente de cada herdeiro com o valor correspondente a sua fração do imóvel (determinada no formal de partilha) ou pagamento único em conta mediante procuração assinada e reconhecida por todos. Caso o inventário ainda esteja em andamento, ou não tenha sido realizado, parte-se para o procedimento judicial com a propositura da ação de imissão de posse mediante depósito judicial prévio.

- A nomeação de um advogado para integrar a Comissão Técnica-Jurídica do DER/PR, dentre outras finalidades, vem do intuito de dar o devido auxílio aos afetados nas questões que regem os procedimentos que serão utilizados pelo Estado nas desapropriações. Desta forma, alguns dos critérios que podem comprometer o pagamento amigável, caso concordem com o valor avaliado e as medidas compensatórias propostas, poderão ser previstos e previamente regularizados.

- A indenização monetária é o principal mecanismo de compensação para os casos de perda de parte da propriedade afetada e os custos de relocação ou substituição de bens no remanescente das instalações existentes, caso estes sejam atingidos.

- Há casos onde a área afetada pela desapropriação é muito pequena em relação ao tamanho da propriedade, ou se o proprietário tiver o simples interesse, ciente das condições de melhoria e de valoração que a rodovia trará ao seu remanescente, ou ainda, diante da negociação opte por permutar o valor a ser indenizado por alguma melhoria em sua propriedade (quando possível), é realizada a doação da área para o DER/PR, condicionada a assinatura do Termo de Compromisso de Doação. Deste modo, é procedida a Escritura Pública de Doação e posterior Registro, sem ônus indenizatórios para o Estado.

- Quando houver afetação de comércios, se priorizará a indenização prévia pelo valor de mercado ao proprietário, deste modo, viabilizando a reconstrução da edificação em área remanescente da propriedade a tempo que o comerciante possa se restabelecer na nova construção sem risco de interrupção da atividade comercial e não havendo a necessidade de pagamento de lucros cessantes.

- Caso não seja possível esperar o restabelecimento dos comércios em nova construção, por questões de cronograma das obras, se pagará pelos lucros cessantes ao comerciante pelo prazo de até 03 (três) meses até este se restabelecer, considerando para fins de cálculo indenizatório da compensação monetária, a análise objetiva dos rendimentos comerciais.

- No caso de inquilino/locatário residencial que terá o imóvel objeto de desapropriação, este será notificado com antecedência de 90 dias antes da efetiva desocupação, sob nenhum ônus para as partes no caso de rescisão antecipada do contrato de aluguel. Ainda, será oferecido auxílio mudança e auxílio na identificação de outra moradia.

- Partindo da análise feita pela Comissão de Avaliação-Desapropriação em relação ao Cadastro Físico de cada propriedade no momento de sua valoração e levando em consideração as características e a extensão da sua área remanescente, podem-se prever os critérios adotados para considerar que uma área é inaproveitável. Considera-se inaproveitável uma área de terra em que não é possível sua exploração econômica de forma rentável ou que não será possível efetuar qualquer edificação de uso residencial ou comercial. Desta forma, nos casos em que for identificado que uma propriedade será integralmente desapropriada, será oferecida no momento da negociação com a parte afetada, uma orientação para procurar um novo bem com características similares, cabendo a ela aceitar ou não.

9. MEDIDAS DE RESTAURAÇÃO DOS MODOS DE VIDA (RESTAURAÇÃO ECONÔMICA, PRODUTIVA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL)

O estabelecimento das medidas de restauração dos modos de vida será necessário caso sejam identificados impactos de perda de renda ou emprego, perda produtiva significativa, pessoas em situação de vulnerabilidade, impactos no relacionamento que formam o tecido social ou outros impactos em direitos humanos.

Com base no Cadastro Físico Preliminar de Propriedades, constatou-se que:

- Foram identificados usos múltiplos nas propriedades afetadas, como uso agrícola, pecuária, ovinocultura, caprinocultura, comercial, residencial e misto.
- A menor propriedade identificada até o momento possui 800 m² de área total, terá 28% da sua área afetada e localiza-se na área urbana do distrito de Barra Bonita.
- A propriedade com maior afetação (85%) possui aproximadamente 24 mil m² e localiza-se na área rural do município de Mato Rico. Após a conclusão da revisão cadastral e com a compilação dos dados do Cadastro Socioeconômico, será definido se o atingimento será total ou parcial, considerando os critérios estabelecidos neste PAR.
- 76% das propriedades localizam-se em área rural e 24% em área urbana. Dentre as rurais, 102 propriedades possuem áreas com exploração econômica.
- 60 propriedades apresentam algum tipo de edificação, tais como currais, barracões, residências, dentre outras. Destas, 02 são utilizadas por igrejas e 01 por uma escola municipal.
- Prevê-se o atingimento em 47 residências. Contudo, quando da finalização do cadastro físico, será possível definir a necessidade de deslocamento físico ou a reconstrução da moradia nas áreas remanescentes das propriedades afetadas. Especificamente para as residências localizadas no Distrito de Barra Bonita, há possibilidade de redução do número de afetações, em virtude dos estudos em andamento.

Entretanto, com as informações que serão obtidas com a finalização do Cadastro

Físico e a compilação das informações do Cadastro Socioeconômico, possíveis outros impactos poderão ser identificados e terão medidas de restauração dos modos de vida propostas quando da atualização do PAR.

10. MECANISMO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

Faz parte do Marco de Relações Comunitárias a instituição de um Mecanismo de Queixas que possibilite que as partes interessadas entrem em contato com os responsáveis pela implementação do Programa e dos projetos, sempre que julgarem necessário, para o registro das suas questões, sugestões, críticas e reclamações, e para o encaminhamento de dúvidas.

Ressalta-se que a finalidade desse Mecanismo é receber as questões das partes interessadas e encaminhá-las internamente de modo a garantir que sejam respondidas e que essas respostas sejam enviadas aos solicitantes no menor tempo possível e que sejam rastreáveis pelos interlocutores e tenha seus resultados avaliados.

O DER possui um canal permanente de comunicação com a sociedade através da Ouvidoria da Controladoria Geral do Estado, CGE. A Ouvidoria está estruturada de modo a atender aos preceitos do Marco de Relações Comunitárias, caracterizando-se em um espaço de integração do DER com o cidadão, as entidades representativas e demais partes interessadas.

A Ouvidoria da CGE atua como canal de comunicação entre a população e o governo do Estado do Paraná, visando receber e dar encaminhamento a solicitações, sugestões, reclamações, denúncias e elogios sobre ações e programas do Poder Executivo estadual.

O acesso dos cidadãos à Ouvidoria da CGE pode ser realizado de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 18h, das seguintes formas:

- Via telefone – 0800-411113;
- Envio de cartas ou atendimento presencial – Rua Mateus Leme, 2018, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, CEP 80.530-010;

- Portal CGE (www.cge.pr.gov.br), SEIL (www.infraestrutura.pr.gov.br) e DER (www.der.pr.gov.br), por intermédio do acesso à Ouvidoria (margem esquerda do site), no link “Registre sua reivindicação”.

Ao final de cada registro é disponibilizado ao cidadão um número de atendimento e um código de consulta. Com estes dados é possível acompanhar o andamento desse registro por telefone, através do serviço 0800, ou pelo Portal CGE (www.cge.pr.gov.br), também por intermédio do acesso à Ouvidoria, mas pelo link “Consulte sua reivindicação”. O tempo de resposta é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.

Nos Portais dos respectivos órgãos e entidades que integram a Rede de Ouvidores do Poder Executivo estadual ou, ainda, no site da CGE – na opção Ouvidoria (margem esquerda), existe uma lista com nomes e telefones dos servidores que integram essa rede, bem como o link de acesso aos sites destes. Neste acesso pode-se encontrar o nome e o contato direto com os ouvidores do DER.

Além disso, para o Programa BID foi criado um serviço de atendimento ao público através do telefone 0800-410111 que direciona o solicitante para as diversas ações previstas no Programa seja de responsabilidade da SEIL ou do DER.

Nesta obra, o DER disponibilizará uma URNA para queixas, que ficará a disposição no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 18:00 de segunda-feira a sexta-feira, no Escritório Regional Centro Oeste, situado na Avenida Manoel Ribas, nº 2.699, Guarapuava - Paraná.

As equipes de campo, que estarão responsáveis pelo relacionamento com os afetados ou que cujas atividades tenham interface com os afetados, serão treinadas para receber, registrar e encaminhar as manifestações para o mecanismo disponível, facilitando o acesso da população afetada.

O Mecanismo de Queixas e Reclamações permanecerá em funcionamento desde a etapa de planejamento do projeto antecedente às obras de implantação, seguindo pelo período de obras e durante toda a operação das vias, sendo uma importante ferramenta para acompanhamento das partes interessadas e para o monitoramento e análise periódica, da eficácia da gestão dos assuntos de interesses destas partes.

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

As medidas de monitoramento e avaliação devem ser utilizadas para verificar impactos decorrentes da desapropriação/reintegração e a sua adaptação e inserção à nova realidade social e habitacional.

Quando houver afetação de públicos vulneráveis, perda significativa de áreas produtivas e perda da única moradia, as medidas de monitoramento e avaliação deverão ser desenvolvidas desde o início do procedimento de desapropriação e perdurar até no máximo 05 anos após a etapa de liberação da faixa de domínio. Caso constatado o restabelecimento dos modos de vida dos afetados antes de findar o prazo de 05 anos, o monitoramento se dará por concluído.

Para os demais casos em que haja deslocamento físico, o monitoramento será realizado até que se constate o restabelecimento do modo de vida do afetado.

Caso identifique-se, quando da análise do Cadastro Socioeconômico, a necessidade de se propor monitoramento e avaliação, estes serão propostos quando da atualização do PAR.

12. CRONOGRAMA E CUSTO ESTIMADO

O Cadastro Físico das Propriedades é iniciado no Projeto Básico de Engenharia e finalizado no projeto durante o Projeto Executivo de Engenharia.

Durante a fase do Projeto Executivo de Engenharia serão realizados o Cadastro Físico das Propriedades e o Cadastro Socioeconômico dos seus proprietários e usuários, que comporão o PAR e refinarão o cronograma e orçamento inicialmente definidos.

O Cronograma do PAR apresenta que o início das frentes de serviço da obra somente poderão ocorrer após a Liberação da Faixa de Domínio.

O custo estimado do PAR deve considerar os custos necessários para a negociação dos imóveis, os custos necessários para o apoio à mudança das famílias e os projetos e programas socioeconômicos necessários para garantir o restabelecimento das novas condições de vida das famílias, onde aplicável.

Para a elaboração do Plano de Ação de Reassentamento para a Pavimentação da PR-239, foram estimados os custos referentes a desapropriação de áreas de terras, benfeitorias e possíveis edificações que serão atingidas pela obra. Foi estimado um custo previsto de R$ 6.901.402,14 (seis milhões, novecentos e um mil, quatrocentos e dois reais e quatorze centavos) referente as indenizações, sem considerar possíveis doações de áreas e benfeitorias.

Importante destacar que quando da instrução processual administrativa serão determinadas as características de forma pontual de cada propriedade/imóvel atingido, portanto esse valor é passível de alterações, além da possibilidade de ter havido especulação imobiliária gerando valorização do preço dos imóveis nesta região.

Caso sejam identificados grupos vulneráveis afetados, necessidade para o apoio a mudança das famílias e projetos e programas socioeconômicos necessários para garantir o restabelecimento dessas pessoas, o orçamento será revisado para considerar a devida reparação desses grupos e apoio necessários para o restabelecimento de sua condição de vida, conforme medidas definidas na matriz de compensação proposta, de modo que não haverá interferência nos níveis de compensação recebida.

O cronograma inicialmente estimado para o projeto é apresentado no Quadro 4.

Quadro 04. Cronograma.

Etapas	**Mês**											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
1. Atualização do PAR												
2. Avaliação e valoração dos bens												
3. Negociação com os proprietários												
4. Liberação da Faixa de Domínio												
5. Monitoramento e avaliação												

Nota: O mês 1 deste cronograma representa a conclusão da atualização do PAR.

A seguir, apresenta-se breve descritivo das etapas:

Etapa 1. Atualização do PAR:

Conforme descrito anteriormente, a atualização do PAR, que contempla atualização dos cadastros físico e socioeconômico, acontecerá em até 90 dias antes de se iniciar os procedimentos de desapropriação.

Etapa 2. Avaliação e Valoração dos Bens:

A referida etapa contempla, principalmente, a elaboração de Laudo de Avaliação e/ou Parecer Técnico Avaliatório, onde é atribuído o valor a ser indenizado individualmente, de forma justa e contemporânea.

Etapa 3. Negociação com os Proprietários:

A referida etapa contempla a comunicação direta com os afetados, onde são apresentados os critérios e a metodologia de avalição e esclarecidas as dúvidas a respeito do valor proposto para indenização. Também são apresentadas as medidas e soluções encontradas a serem executadas a respeito de acessos a propriedades e outros problemas técnicos.

Havendo concordância, procede-se para a proposta de procedimento administrativo para pagamento da indenização mediante a assinatura e reconhecimento de Termo de Concordância. Posteriormente, os procedimentos são encaminhados à Diretoria Administrativa Financeira do DER/PR par providenciar o efetivo depósito em conta corrente do proprietário e efetivada a escritura de desapropriação e registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Área Desapropriada em nome da SEIL/DER.

Nos casos em que não há concordância, parte-se para o procedimento de Desapropriação Direta – Sem Concordância, mediante depósito judicial prévio e com a propositura da Ação de Imissão de Posse, a ser realizada pela Procuradoria Geral do Estado do Paraná (PGE/PR).

Nos casos em que for identificado que uma propriedade será integralmente desapropriada, será oferecida orientação para procurar um novo bem com características

similares, cabendo à parte afetada aceitar ou não.

Etapa 4. Liberação da Faixa de Domínio:

Nesta referida etapa é possível o início das atividades para implantação da obra, como desmate, remoção de cercas, edificações, dentre outras.

Etapa 5. Monitoramento e Avaliação:

O Item “11. Monitoramento e Avaliação” contempla os critérios estabelecidos para realização da referida etapa.

13. EQUIPE

O processo de planejamento do reassentamento requer uma equipe técnica especializada dedicada ao projeto. A liderança por profissionais experientes é essencial para buscar a adesão aos padrões internacionais e nacionais, construção de consenso e planejamento participativo.

A equipe para atuação no processo de reassentamento deverá ser multidisciplinar e composta por representantes de diferentes áreas do SEIL/DER.

Com a efetivação da assinatura do contrato de empréstimo com o BID, o DER contará com o apoio de uma unidade Gerenciadora, a qual terá no corpo técnico, profissionais nas seguintes áreas:

Equipe Técnica	Atividades
Coordenador da Equipe de Apoio	Dará suporte direto ao Coordenador da UGP na coordenação das atividades da equipe de Apoio ao PROGRAMA.
Engenheiro de Obras Viárias	Dará apoio na gestão das atividades relacionadas ao andamento das obras incluídas no PROGRAMA.
Especialista Ambiental	Dará apoio nas atividades ambientais relacionadas à todas as obras, projetos e estudos.
Especialista Administrativo/Financeiro	Apoiará o acompanhamento da gestão administrativa financeira do contrato.

Equipe Técnica	Atividades
Advogado	Dará apoio as atividades de âmbito jurídico relacionadas ao PROGRAMA.
Consultores Especiais	Serão contratados sob demandas de serviços especiais e temporários para as áreas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e hidroviárias.
Engenheiro de Planejamento	Dará suporte ao Coordenador em todas as atividades de gestão relacionadas com o planejamento e controle físico do PROGRAMA.
Engenheiro de Projetos	Fará o acompanhamento físico e dará suporte técnico para os projetos desenvolvidos no PROGRAMA.
Especialista em Desapropriações	Dará suporte nas etapas de projetos e de execução dos programas de desapropriações de áreas urbanas e rurais;
Especialista Social	Dará apoio nas atividades relacionadas às questões sociais que envolvem a implantação das obras do PROGRAMA;
Assistente Técnico	Auxiliará os engenheiros nas atividades técnicas das obras, projetos e estudos;
Assistente administrativo	Auxiliará nas atividades administrativas rotineiras relacionadas ao PROGRAMA;
Auxiliar de escritório/Campo/Motorista	Auxiliará os engenheiros nas atividades necessárias para acompanhamento das obras em desenvolvimento.
Secretária	Dará suporte à equipe de coordenação do PROGRAMA

ANEXOS

- Anexo A - Cadastro Físico das Propriedades
- Anexo B - Consulta Pública - 04/05/2017
- Anexo C - Consulta Pública -04/07/2017
- Anexo D - Modelo de Questionário Socioeconômico aplicado
- Anexo E - Mapeamento das partes interessadas

Anexo A

Relatório das Consultas

PROGRAMA BID I - INTEGRAÇÃO

CONSULTAS PÚBLICAS

RELATÓRIO SÍNTESE

Maio/2017

1 - APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo descrever as atividades relacionadas às Consultas Públicas realizadas no âmbito do Programa BID I – Integração, compreendendo as etapas pré-consultas (divulgação e organização), realização das Consultas (registros audiovisuais) e pós-consultas (Memória de Reunião e site).

As mesmas foram realizadas pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER em atendimento às Políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, visando apresentar e discutir com a comunidade, a sociedade civil organizada e demais representantes das regiões envolvidas, informações sobre os empreendimentos rodoviários a serem executados em parceria com este Banco.

O principal propósito foi divulgar e colher opiniões e sugestões, além de dirimir dúvidas e oportunizar o amplo conhecimento das obras a serem realizadas, dando transparência a todo processo.

As consultas de que trata esta etapa referem-se à amostra representativa de cada tipo de obra que será realizada ao longo do Programa, conforme cronograma destacado abaixo, sendo que o presente Relatório Preliminar apresenta a documentação e os resultados das sete Consultas Presenciais até então realizadas, as quais seguiram a mesma metodologia quanto às formas de divulgação e na sua realização.

O Relatório estrutura-se da seguinte forma: na primeira seção apresenta-se um Relatório Síntese das Consultas Públicas por meio do qual se descrevem o público alvo, os principais processos de divulgação (anterior, durante e posterior) à realização das mesmas, bem como a execução das Consultas públicas.

Em anexo apresentam-se os Relatórios de cada Consulta Pública da amostra, na seguinte sequência: Marechal Cândido Rondon, Coronel Domingos Soares, São Mateus do Sul, Irati, Mato Rico, Castro e Colombo.

Cada Relatório contém, em arquivos distintos:

- ✓ Memória (ata) da Reunião da Consulta Pública,
- ✓ Lista de convidados;
- ✓ Convites (ofícios) enviados e recebidos;
- ✓ Divulgação - cartazes e fotos de divulgação (pré e pós evento);

- ✓ Roteiro da Consulta Pública;
- ✓ Slides (apresentação do Programa BID)
- ✓ Slides (apresentação Projeto)
- ✓ Lista de presença,
- ✓ Fichas de pergunta.

2 – CONSULTAS PÚBLICAS

O público alvo das Consultas Públicas foi a população diretamente afetada pelo Projeto (proprietários de áreas a serem desapropriadas) ou indiretamente afetada pelo projeto, entidades e associações representativas de diferentes grupos e setores, os quais foram descritos pelo poder público municipal e pelos escritórios regionais do DER.
Compuseram a lista de convidados as instituições representativas dos municípios diretamente e indiretamente envolvidos, bem como os proprietários de áreas e ou edificações que serão desapropriadas.
Estes atores foram caracterizados em planilha de linha de base social.

2.1 Divulgação

As Consultas Públicas foram divulgadas através de convites nominais (Ofício Circular) direcionados às autoridades e representantes da sociedade nos municípios e também através de cartazes, spots de rádio e publicações em jornais regionais.

2.1.1. Convites

Foram enviados convites nominais aos proprietários das áreas afetadas do projeto. Outros foram direcionados às autoridades e representantes da sociedade civil organizada conforme apresenta a tabela a seguir.

2.1.2. Cartazes

Os cartazes de divulgação das Consultas foram fixados em pontos estratégicos dos municípios, priorizando locais com maior concentração e trânsito de pessoas a pedestres, aumentando assim a eficiência na divulgação.

Os cartazes foram fixados em supermercados, lojas e outros locais de grande circulação de pessoas em pontos estratégicos dos dois municípios.

2.1.3. Rádio

A divulgação das Consultas ocorreu também por meio de *spots* de rádios locais com maior audiência nos municípios.

2.1.4. Publicações em jornais

As Consultas foram divulgadas por meio de publicações em jornais de maior circulação nas áreas de influência do empreendimento, os quais encontram-se destacados nos relatórios individuais de cada Consulta em anexo.

2.1.5. Publicações em sites Pós Consulta

Outro meio de divulgação foi o digital, por meio dos SITES da SEIL e do DER e da Rede Social (Facebook).

Neste veículo disponibilizaram-se, para CONSULTA, os links contendo os seguintes documentos: SÍNTESE DO PROJETO e ESTUDO AMBIENTAL dos Projetos,
os quais estarão disponíveis por trinta (30) dias a partir da data de realização da respectiva Consulta Pública Presencial:

Disponibilizou-se também um link que remete ao e-mail da OUVIDORIA do DERe da SEIL, bem como o número de telefone 0800-410111, como garantia da permanência do processo de participação da população nos processos, no período pós Consultas Presenciais, por meio dos quais a população poderá recorrer para dirimir dúvidas, críticas e ou sugestões.

2.2 Realização das Consultas Públicas Presenciais

As Consultas Públicas Presenciais ocorreram no período de 24 de abril a 22 de maio de 2017, sendo realizadas nos municípios onde os empreendimentos integrantes da amostra representativa do Programa BID I – Integração serão amis ão determinantes.

O critério da escolha do município a sediar a realização das Consultas levou em conta a maior interferência ou impacto do empreendimento, ou seja, a realização deu-se no município a ser mais beneficiado com a obra.

No caso do empreendimento em São Mateus-Irati, optou-se por realizar duas Consultas (em São Mateus do Sul e Irati) tendo em vista que ambos os municípios serão beneficiados diretamente pela intervenção rodoviária.

PROGRAMA BID I - INTEGRAÇÃO				
CRONOGRAMA DE CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS				
OBRAS	Município	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	24/4/2017	Das 14 hs às 15h30	ACIMACAR -= Associação Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon (Av. Rio Grande do Sul, 2700 - Loteamento Acimacar - Mal. Cândido Rondon – PR).
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	CEL. DOMINGOS SOARES	26/4/2017	Das 16 hs às 17h30	Câmara de Vereadores (Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro - Cel Domingos Soares)
Construção: Contorno Pato Branco	PATO BRANCO	27/4/2017	Das 10 hs às 11h30	ACEPB - Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco (Rua Xavantes, 315 - Pato Branco)
Pavimentação: São Mateus do Sul -Irati	SÃO MATEUS DO SUL	3/5/2017	10 hs às 11h30	Centro da Juventude (Rua João Bettega, nº 2263 - Vila Buaski - São Mateus do Sul)
	IRATI	3/5/2017	16h30 hs às 18h	Auditório da 4ª Regional de Saúde (Rua Dr Munhoz da Rocha, nº 244 - Centro - Irati)
Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	MATO RICO	4/5/2017	17 hs às 18:30	Centro Poliesportivo (Av das Araucárias sn Centro)
Pavimentação do Acesso ao Contorno Norte de Castro/PR	CASTRO	5/5/2017	Das 16 hs às 17h30	Centro da Juventude de Castro, Rua Raimundo F Gaião, 359 – Vila Rio Branco, Castro
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	COLOMBO	22/5/2017	19 hs	Câmara Municipal de Colombo - Rua Francisco Busato, 8005 - Centro, Colombo

2.2.1 Estrutura local para os eventos

Os locais utilizados para a realização dos eventos foram sugeridos pelos atores locais (Prefeituras Municipais e Regionais do DER), os quais se encarregaram da logística e apoio operacional.

No *hall* de entrada dos auditórios foram montadas as recepções do evento contendo a mesa de preenchimento da lista de presença e um espaço para café e água. O acesso aos auditórios foi liberado somente após o preenchimento da lista de presença, para melhor controle dos participantes.

Foram utilizados sistemas de som e projeção em telão ao fundo do palco para a realização das apresentações.

2.2.2 Consultas Públicas Presenciais

Compareceram aos eventos representantes das Prefeituras, das Câmaras de Vereadores dos municípios envolvidos diretamente com o empreendimento e de municípios vizinhos, representantes do Ministério Público, de ONGS, de associações e cooperativas, de escolas, hospitais, comerciantes, proprietários das áreas afetadas pelos empreendimentos, representantes de instituições públicas, privadas e para públicas e proprietários de áreas a serem afetadas, além de vários outros interessados da região.

O quadro abaixo apresenta o horário de início e término, bem como o número exato de participantes em cada uma das Consultas Públicas.

PROGRAMA BID			
CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS			
OBRAS	**DATA**	**HORÁRIO**	**Nº DE PARTICIPANTES**
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	24/4/2017	Início: 14h15 Término: 15h20	163
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	26/4/2017	Início: 16h12 Término: 17h22	136
Construção: Contorno Pato Branco	27/4/2017	Início: 10h09 Término: 11h24	79
Pavimentação: São Mateus do Sul -Irati	3/5/2017	Início: 10h22 Término: 12h05	148
	3/5/2017	Início: 16h40 Término: 18h05	103
Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	4/5/2017	Início: 17h27 Término: 19h	341
Implantação do Contorno Norte de Castro/PR	5/5/2017	Início: 16h20 Término: 17h15	58
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	22/05/2017	Início: 19h08 Término: 20h52	183

Em todas as Consultas Públicas seguiu-se um mesmo ROTEIRO no qual inicialmente o cerimonial apresentava os objetivos e a programação do evento, dando ênfase aos canais de participação pós consulta presencial.

Na sequência ocorria uma apresentação das principais diretrizes do PROGRAMA BID I – INTEGRAÇÃO. Esta apresentação era realizada por membros da equipe de Coordenação do Programa BID, pela SEIL ou pelo DER

Logo após o(a) Engenheiro(a) - Gerente responsável (Fiscal do Projeto), pelo DER, apresentava os aspectos técnicos mais relevantes do empreendimento (apresentações em anexo)

O quadro abaixo apresenta os respectivos palestrantes responsáveis pelas apresentações nas Consultas Públicas Presenciais:

PROGRAMA BID I - INTEGRAÇÃO			
APRESENTAÇÕES - CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS			
OBRAS	LOCAL	RESPONSÁVEL	
		Diretrizes do Programa BID	Projeto de Engenharia (DER)
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	Marechal Cândido Rondon	**Rejane Karam** (Chefe de Coordenação de Planejamento da SEIL)	**Renata Juliana Bertol** (Gerente Técnica da Sup. Regional Oeste do DER)
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	Coronel Domingos Soares	**Glauco Lobo** (Coordenador Técnico do DER)	**Paulo Roberto Melani** (Gerente de Operações da Sup. Regional Oeste do DER)
Construção: Contorno Pato Branco	Pato Branco	**Glauco Lobo** (Coordenador Técnico do DER)	**Marcus Vinicius Talamini** (Gerente do Escritório Vale do Chopin do DER)
Pavimentação: São Mateus do Sul -Irati	São Mateus do Sul	**Rejane Karam** (Chefe de Coordenação de Planejamento da SEIL)	**Glauco Lobo** (Coordenador Técnico do DER)
	Irati	**Rejane Karam** (Chefe de Coordenação de Planejamento da SEIL)	**Glauco Lobo** (Coordenador Técnico do DER)
Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	Mato Rico	**Glauco Lobo** (Coordenador Técnico do DER)	**Eleandro Campos Pereira** (Engenheiro – Fiscal do Projeto)
Pavimentação do Acesso ao Contorno de Castro (PR-090)	Castro	**Glauco Lobo** (Coordenador Técnico do DER)	**Eleandro Campos Pereira** (Engenheiro – Fiscal do Projeto)
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	Colombo	**Glauco Lobo** (Coordenador Técnico do DER)	**Jefferson Kuster** (Engenheiro – Coordenador do Projeto)

E, finalmente, partia-se para a etapa final de debates onde ocorria a participação efetiva da comunidade.

Esta participação foi oportunizada por meio da disponibilidade de FICHAS DE PERGUNTAS por meio da qual o participante inscrevia-se para a manifestação verbal ou escrita.

O quadro abaixo apresenta os resultados das manifestações da plateia, estando as mesmas anexadas a este Relatório.

PROGRAMA BID			
DEBATES - CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS			
OBRAS	LOCAL	PERGUNTAS	
		VERBAIS	ESCRITAS
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	Marechal Cândido Rondon	7	4
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	Coronel Domingos Soares	5	4
Construção: Contorno Pato Branco	Pato Branco	2	4
Pavimentação: São Mateus do Sul -Irati	São Mateus do Sul	3	10
	Irati	4	17
Pavimentação: Pitanga - Mato Rico PR-239	Mato Rico	14	0
Pavimentação do Acesso ao Contorno de Castro (PR-090)	Castro	1	4
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	Colombo	6	15

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização das Consultas Públicas permitiu uma primeira aproximação com a comunidade e com atores diretamente afetados pelos projetos.

Oportunizaram, nesse primeiro contato com os diretamente afetados e com as Prefeituras e agentes locais, a possibilidade de atualização das listas e tabelas de desapropriações, tendo em vista que muitas delas foram originárias de projetos de engenharia elaborados há algum tempo atrás.

Os contatos pré-estabelecidos com os proprietários que participaram das Consultas, facilitaram a identificação e aproximação como preparação aos encontros específicos (Consultas) que serão realizadas até meados de julho, entre os proprietários de cada trecho da amostra.

A partir das Consultas foi possível identificar a necessidade de ajuste de alguns projetos de engenharia, com a colaboração daqueles que vivem e conhecem a realidade de seu entorno.

A população e a suas lideranças apontaram, seja na forma escrita ou verbal, suas preocupações e anseios em torno da execução dos projetos.

Os relatórios específicos de cada trecho evidenciam que a população, uma vez conhecedora dos projetos, apontou inúmeras sugestões e até alternativas de engenharia, as quais foram tecnicamente debatidas do ponto de vista técnico, econômico e ambiental com o corpo técnico presente.

Embora esteja apresentado o detalhamento da Consulta Pública realizada em Pato Branco, referente à construção do Contorno daquela cidade, esta obra foi retirada do Programa, durante a Missão de Orientação Estendida, tendo em vista não ter atingido a viabilidade econômica, tornando-se inelegível.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

PROGRAMA ESTRATÉGICO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (BR-L1434)

BID I - INTEGRAÇÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

PROGRAMA BID I - Integração

Datas Relevantes

08/11/2016 – Aprovação COFIEX (Governo Federal)

07/03/2017 – Aprovação Perfil Programa (Diretório BID)

08 a 10/02/2017 – Missão de Identificação
03 a 07/03/2017 – Missão de Orientação
15 a 19/05/2017 – Missão de Análise

Estimativas:
Final de Agosto/2017 – Aprovação Minuta Diretório BID
Final de Setembro/2017 – Assinatura Contrato Empréstimo

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CATEGORIAS DE INVERSÃO

1. ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO

1.1. ESTUDOS E PROJETOS

1.1.1 Projetos de Engenharia Rodoviária

1.1.2 Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental de Rodovias

1.2. ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

1.2.1. Apoio Técnico à Preparação e ao Gerenciamento do Programa

1.2.2. Auditorias, Avaliação e Monitoramento do Programa

Carteira de Projetos

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CATEGORIAS DE INVERSÃO

2. CUSTOS DIRETOS

2.1 AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE RODO E FERROVIÁRIA

2.1.1 Reabilitação e Ampliação Capacidade de Rodovias

2.1.2 Tratamento de Pontos Críticos em Rodovias

2.1.3 Tratamento de Pontos Críticos na Linha Ferrea - FERROESTE

2.2. PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

2.2.1 Pavimentação de Rodovias

2.3. CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

2.3.1 Construção de Contornos de Cidades

2.4 OBRAS DE REPOTENCIALIZAÇÃO DE TERMINAIS DE CARGAS

2.4.1 Acessos Internos

2.4.2 Construção Silo

2.5. SUPERVISÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS

Obras Rodoviárias (89%)

CATEGORIAS DE INVERSÃO

3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

3.1. SISTEMAS DE PLANEJAMENTO MULTIMODAL

- 3.1.1 Plano Diretor Rodoviário
- 3.1.2 Planos Diretores Aeroportuários
- 3.1.3 Estudos de Viabilidade - Modal Aquaviário
- 3.1.4 Estudo de Viabilidade dos Centros Logísticos Potenciais
- 3.1.5 Plano Estratégico de Logística e Transportes

3.2. APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO DER

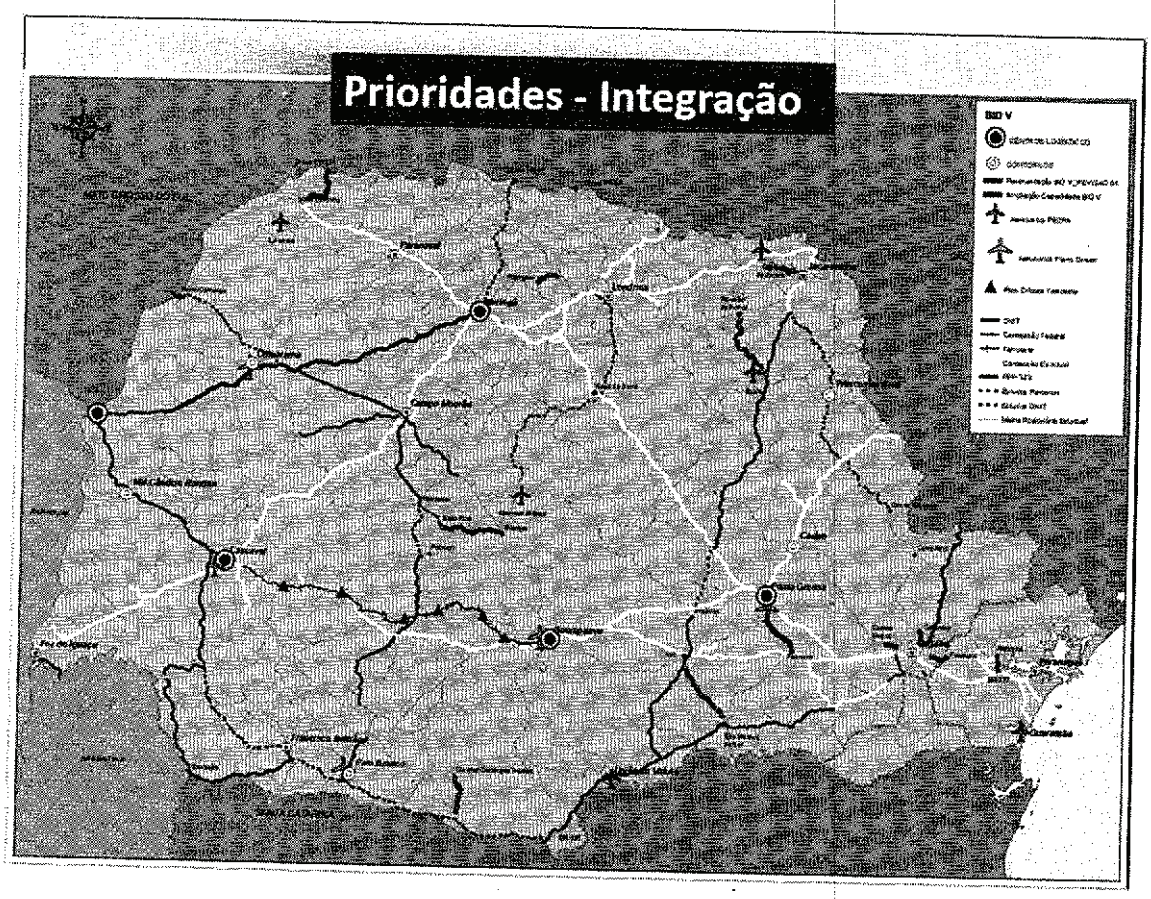
- 3.2.1 Sistemas Informatizados p/ Gestão Sócio-Amb, Projetos Eng. e Prog. Especias
- 3.2.2 Reestruturação e Padronização de Documentos de Licitações
- 3.3.1 Reestruturação das Diretrizes Sócio-Ambientais

Sistemas de Planejamento

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

BID I - Integração	BID		ESTADO		TOTAL	
	US$	%	US$	%	US$	%
TOTAL DO PROGRAMA	235.000.000	54,0	200.000.000	46,0	435.000.000	100,0

VALORES GLOBAIS DO PROGRAMA



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DER PARANÁ

Obras Rodoviárias

AMOSTRA REPRESENTATIVA		
RODOVIA	OBRAS CONSTRUÇÃO	EXT. (km)
CONTORNO	Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	6,00
CONTORNO	Pavimentação: Contorno de Castro (Lote 2)	2,65
CONTORNO	Construção: Contorno Pato Branco	19,28
PR-912	Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	28,00
PR-364	Pavimentação: São Mateus do Sul -Irati	47,71
PR-417	Amp. Cap.: Curitiba - Colombo (Lote 1)	4,24
		107,88

Preparação do Programa -> SEIL/DER

Execução do Programa -> DER

Valor Global -> U$ 435 Milhões
Valor Empréstimo -> U$ 235 Milhões

Prazo de Execução -> 5 anos

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Canais de Comunicação Permanentes

Ouvidoria

www.der.pr.gov.br Fale Conosco

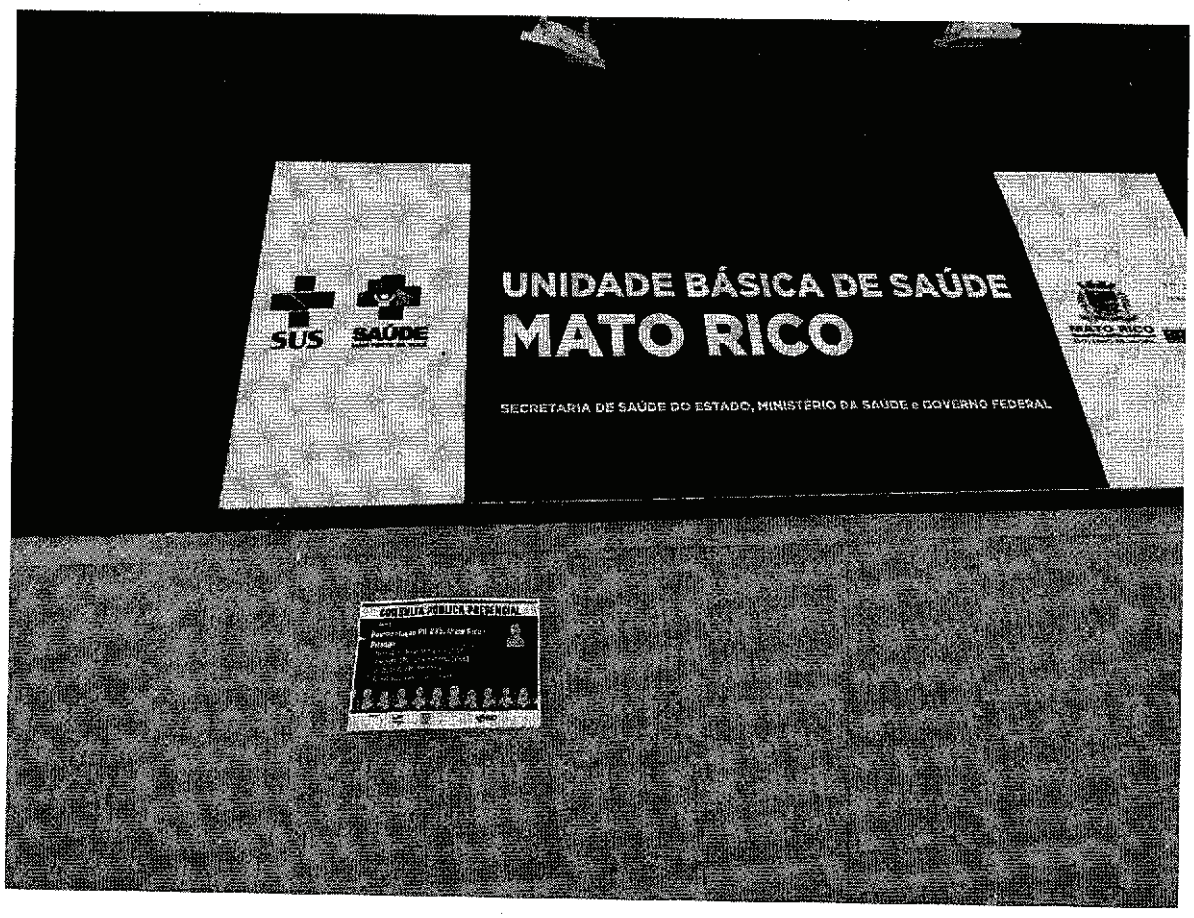
Escritório Regional Vale do Chopim

Av. Sete de Setembro, 363 – Pato Branco
Fone: (46) 3220-7200

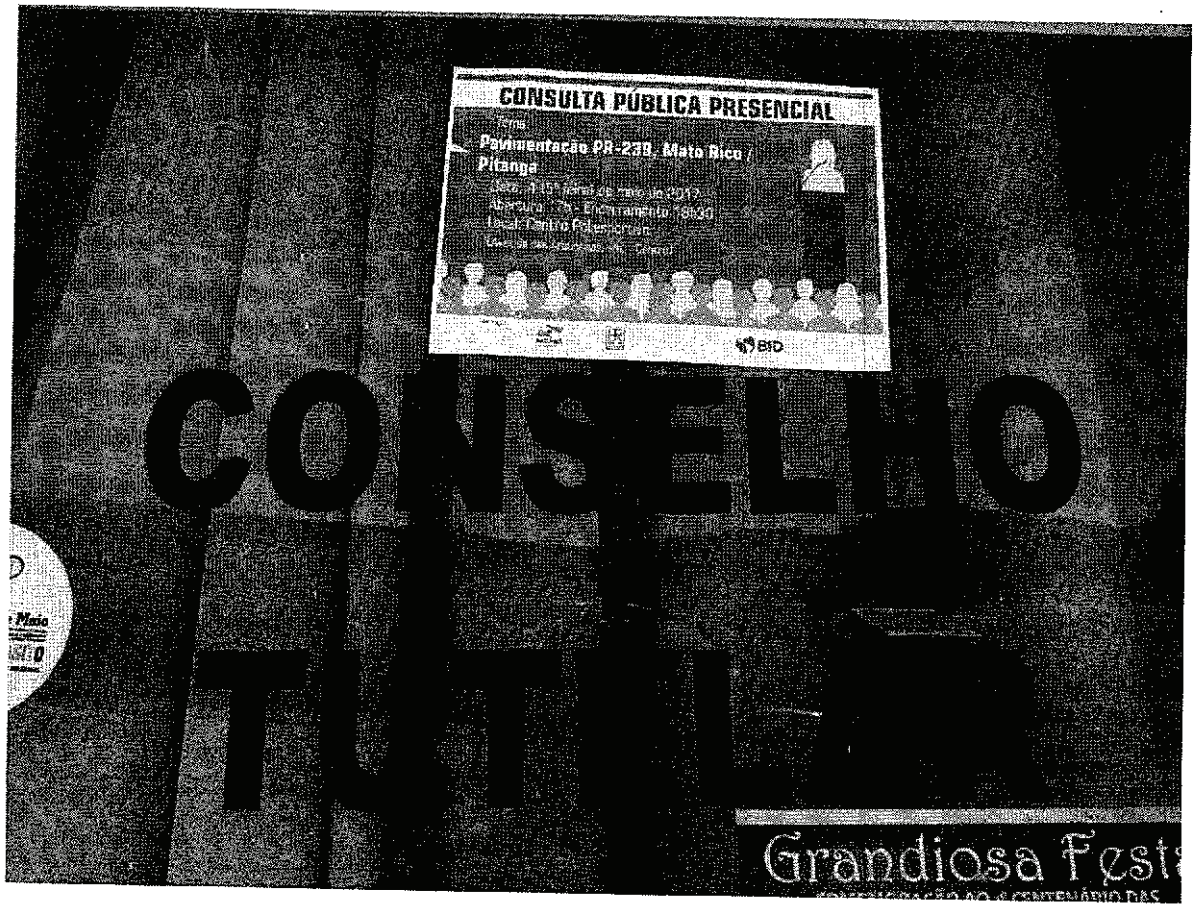
MATO RICO

CARTAZES FIXADOS

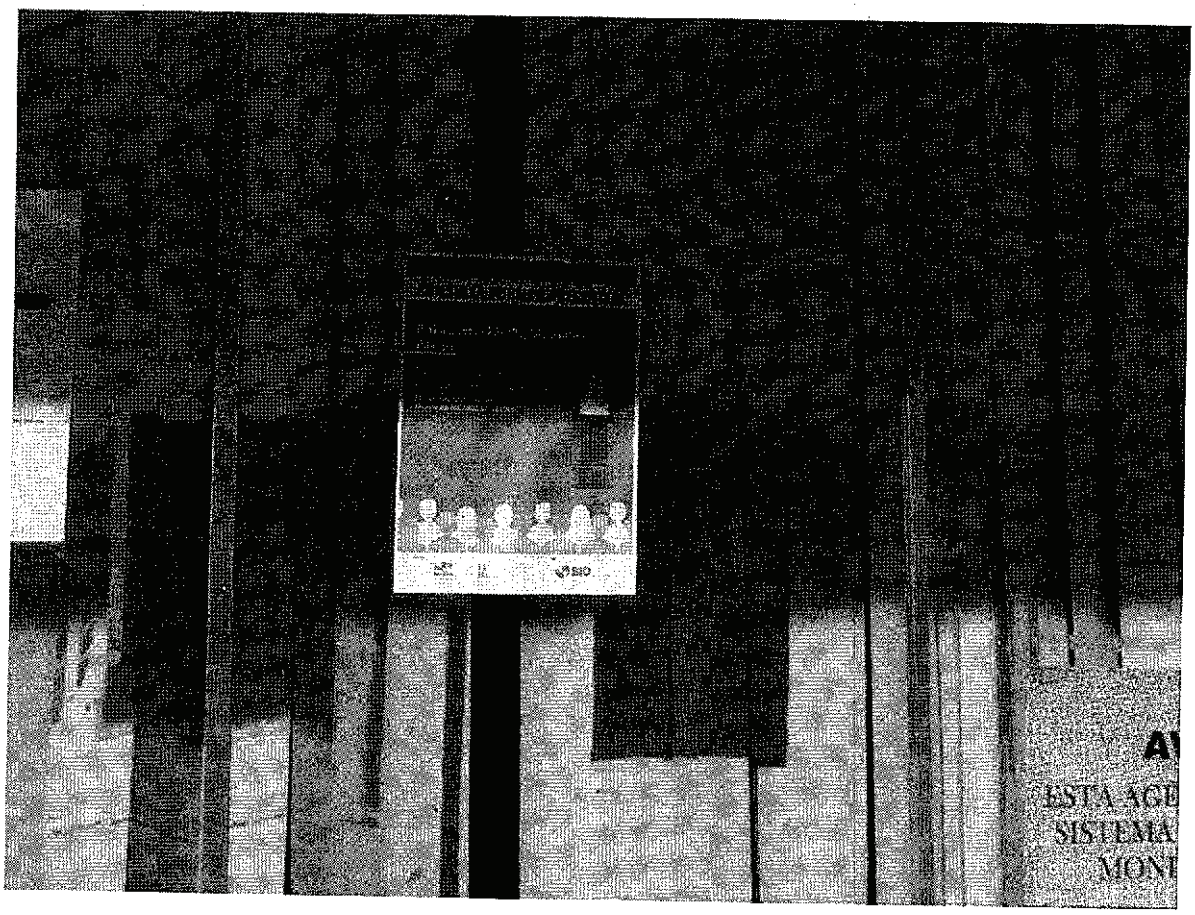
MATO RICO - CENTRO DE SAÚDE



MATO RICO - CONSELHO TUTELAR

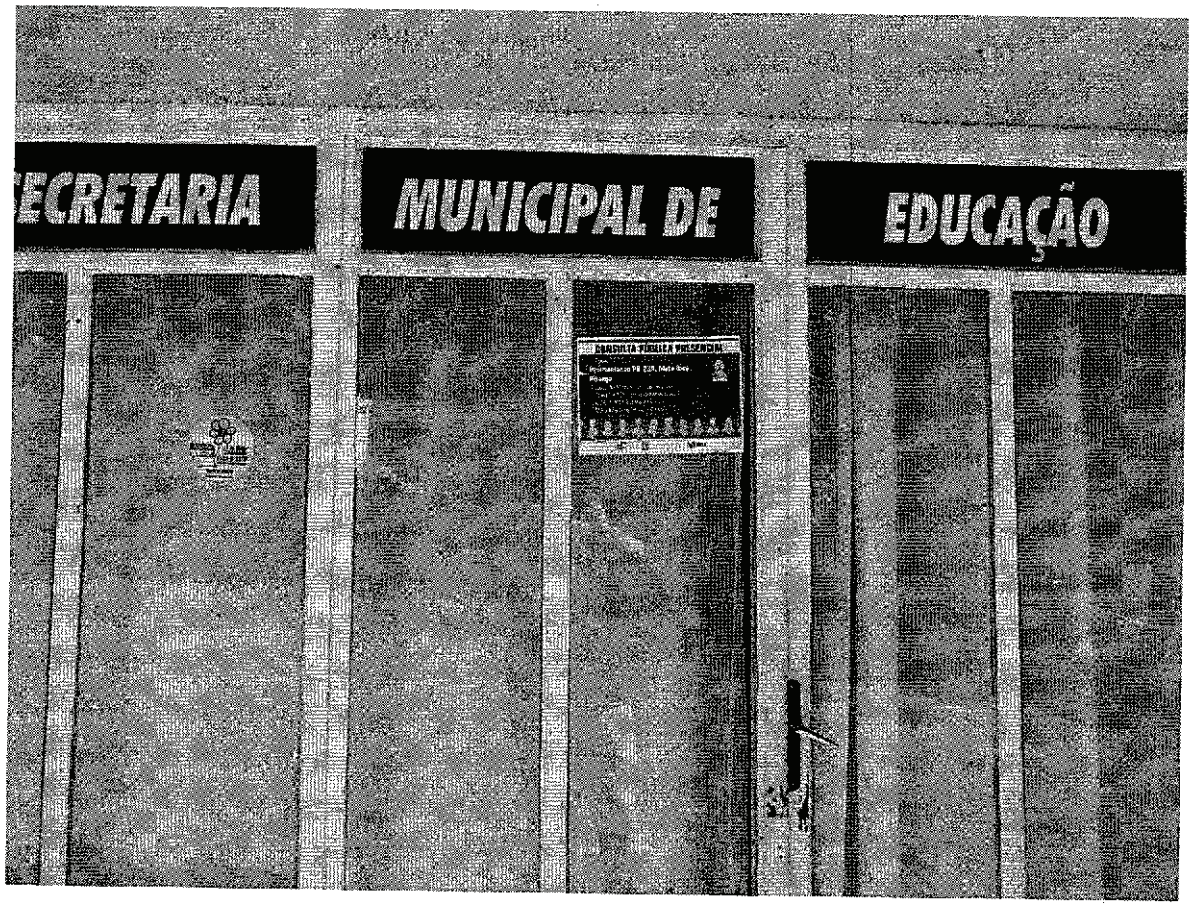


MATO RICO - CORREIOS



MATO RICO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

MATO RICO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



MATO RICO - SUPERMERCADO PONTO CERTO

MATO RICO - FARMÁCIA ARAUCÁRIA

MATO RICO

MATO RICO

DIVULGAÇÃO PRÉ-EVENTO

MATO RICO

DIVULGAÇÃO PÓS-EVENTO

Pavimentação da PR-239 é apresentada a moradores de Mato Rico e Pitanga

Moradores de Mato Rico e Pitanga puderam conhecer nesta quinta-feira (04) o projeto de pavimentação da PR-239. Na consulta pública foram debatidos os investimentos de cerca de R$ 120 milhões previstos na pavimentação de 48,9 quilômetros da rodovia que liga os dois municípios localizados no Centro do Paraná.

A obra que integra o Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado, orçado US$ 435 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Mais de 300 moradores compareceram ao evento promovido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O caminhoneiro Eliseu da Silva Tejada mora em Pitanga e utiliza a rodovia não pavimentada diariamente para transportar leite. Ele afirma que a obra vai representar um avanço para os produtores da região. "A pavimentação vai reduzir o tempo de viagem e o custo-benefício do transporte. Só em combustível vamos ter uma economia em torno de 25% em relação ao que gastamos hoje", disse.

Para o comerciante de Mato Rico Valdemar Seguro, a obra trará benefícios para toda a população. "A pavimentação vai facilitar nossa vida. Os comerciantes não vão precisar deslocar equipes para buscar mercadorias nos municípios vizinhos e, consequentemente, poderemos melhorar a oferta dos nossos produtos com preços mais atrativos para o consumidor", relata.

A estimativa é que as obras beneficiem mais de 35 mil moradores da região, em especial os pequenos produtores, facilitando o escoamento da produção agrícola.

LIDERANÇAS ESTUDANTIS – Cerca de 40 universitários de Mato Rico e região estiveram na audiência pública com cartazes e faixas de apoio ao projeto.

"Todos os dias nós precisamos nos deslocar até Pitanga para estudar. Hoje, levamos em torno de duas horas para chegar até a universidade. Além disso, em dias de chuva o trajeto fica perigoso. Nós acreditamos que obra representa um progresso para o município", destaca Michelle Thais Boschen, uma das líderes do movimento estudantil.

PARCERIA – De acordo com Glauco Lobo, coordenador técnico do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), O objetivo das audiências públicas é compreender os anseios da população.

"Mato Rico é um dos quatro municípios do Paraná que ainda não têm a ligação asfáltica com a malha rodoviária estadual. Estamos trazendo essa discussão para compreender quais são as principais necessidades da população que utiliza diariamente a rodovia", afirma.

INVESTIMENTOS – Do valor total de US$ 435 milhões, a proposta prevê um financiamento de US$ 235 milhões em empréstimos junto ao BID e os outros US$ 200 milhões de contrapartida do Governo do Paraná. A expectativa é que o empréstimo seja assinado nos próximos meses.

Além dos recursos para modernização de rodovias, o financiamento do BID prevê também a criação de centros logísticos em pontos estratégicos do Estado. A intenção é aumentar o potencial logístico com novos pontos de armazenagem de grãos, estacionamentos e áreas de serviços que facilitem o transporte em todo o Paraná.

Pavimentação da PR-239 é apresentada a moradores de Pitanga e Mato Rico
Estimativa é que as obras beneficiem mais de 35 mil moradores da região

Pitanga - Moradores de Pitanga e Mato Rico puderam conhecer nessa quinta feira (04) o projeto de pavimentação da PR-239. Na consulta pública, foram debatidos os investimentos de cerca de R$ 120 milhões previstos na pavimentação de 48,9 quilômetros da rodovia que liga os dois municípios localizados no Centro do Paraná.

A obra integra o Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado, orçado em US$ 435 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Mais de 300 moradores compareceram ao evento promovido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O caminhoneiro Eliseu da Silva Tejada mora em Pitanga e utiliza a rodovia não pavimentada diariamente para transportar leite. Ele afirma que a obra vai representar um avanço para os produtores da região. "A pavimentação vai reduzir o tempo de viagem e o custo-benefício do transporte. Só em combustível vamos ter uma economia em torno de 25% em relação ao que gastamos hoje", disse.

Para o comerciante de Mato Rico, Valdemar Seguro, a obra trará benefícios para toda a população. "A pavimentação vai facilitar nossa vida. Os comerciantes não vão precisar deslocar equipes para buscar mercadorias nos municípios vizinhos e, consequentemente, poderemos melhorar a oferta dos nossos produtos com preços mais atrativos para o consumidor", relata.

A estimativa é que as obras beneficiem mais de 35 mil moradores da região, em especial os pequenos produtores, facilitando o escoamento da produção agrícola.

LIDERANÇAS ESTUDANTIS

Cerca de 40 universitários de Mato Rico e região estiveram na audiência pública com cartazes e faixas de apoio ao projeto. "Todos os dias nós precisamos nos deslocar até Pitanga para estudar. Hoje, levamos em torno de duas horas para chegar até a universidade. Além disso, em dias de chuva o trajeto fica perigoso. Nós acreditamos que obra representa um progresso para o município", destaca Michelle Thais Boschen, uma das líderes do movimento estudantil.

PARCERIA

De acordo com Glauco Lobo, coordenador técnico do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), o objetivo das audiências públicas é compreender os anseios da população.

"Mato Rico é um dos quatro municípios do Paraná que ainda não têm a ligação asfáltica com a malha rodoviária estadual. Estamos trazendo essa discussão para compreender quais são as principais necessidades da população que utiliza diariamente a rodovia", afirma.

INVESTIMENTOS

Do valor total de US$ 435 milhões, a proposta prevê um financiamento de US$ 235 milhões em empréstimos junto ao BID e os outros US$ 200 milhões de contrapartida do Governo do Paraná. A expectativa é que o empréstimo seja assinado nos próximos meses.

Além dos recursos para modernização de rodovias, o financiamento do BID prevê também a criação de centros logísticos em pontos estratégicos do Estado. A intenção é aumentar o potencial logístico com novos pontos de armazenagem de grãos, estacionamentos e áreas de serviços que facilitem o transporte em todo o Paraná.

Pavimentação da PR-239 é apresentada a moradores de Mato Rico e Pitanga

Moradores de Mato Rico e Pitanga puderam conhecer nesta quinta-feira (04) o projeto de pavimentação da PR-239. Na consulta pública foram debatidos os investimentos de cerca de R$ 120 milhões previstos na pavimentação de 48,9 quilômetros da rodovia que liga os dois municípios localizados no Centro do Paraná.

A obra que integra o Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado, orçado US$ 435 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Mais de 300 moradores compareceram ao evento promovido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O caminhoneiro Eliseu da Silva Tejada mora em Pitanga e utiliza a rodovia não pavimentada diariamente para transportar leite. Ele afirma que a obra vai representar um avanço para os produtores da região. "A pavimentação vai reduzir o tempo de viagem e o custo-benefício do transporte. Só em combustível vamos ter uma economia em torno de 25% em relação ao que gastamos hoje", disse.

Para o comerciante de Mato Rico Valdemar Seguro, a obra trará benefícios para toda a população. "A pavimentação vai facilitar nossa vida. Os comerciantes não vão precisar deslocar equipes para buscar mercadorias nos municípios vizinhos e, consequentemente, poderemos melhorar a oferta dos nossos produtos com preços mais atrativos para o consumidor", relata.

A estimativa é que as obras beneficiem mais de 35 mil moradores da região, em especial os pequenos produtores, facilitando o escoamento da produção agrícola.

Moradores de Mato Rico e Pitanga puderam conhecer nesta quinta-feira (04) o projeto de pavimentação da PR-239. Na consulta pública foram debatidos os investimentos de cerca de R$ 120 milhões previstos na pavimentação de 48,9 quilômetros da rodovia que liga os dois municípios localizados no Centro do Paraná. Mato Rico, 04/05/2017. Foto: Jorge Woll/DER

LIDERANÇAS ESTUDANTIS
Cerca de 40 universitários de Mato Rico e região estiveram na audiência pública com cartazes e faixas de apoio ao projeto.

"Todos os dias nós precisamos nos deslocar até Pitanga para estudar. Hoje, levamos em torno de duas horas para chegar até a universidade. Além disso, em dias de chuva o trajeto fica perigoso. Nós acreditamos que obra representa um progresso para o município", destaca Michelle Thais Boschen, uma das líderes do movimento estudantil.

PARCERIA
De acordo com Glauco Lobo, coordenador técnico do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), O objetivo das audiências públicas é compreender os anseios da população.
"Mato Rico é um dos quatro municípios do Paraná que ainda não têm a ligação asfáltica com a malha rodoviária estadual. Estamos trazendo essa discussão para compreender quais são as principais necessidades da população que utiliza diariamente a rodovia", afirma.

INVESTIMENTO
Do valor total de US$ 435 milhões, a proposta prevê um financiamento de US$ 235 milhões em empréstimos junto ao BID e os outros US$ 200 milhões de contrapartida do Governo do Paraná. A expectativa é que o empréstimo seja assinado nos próximos meses.
Além dos recursos para modernização de rodovias, o financiamento do BID prevê também a criação de centros logísticos em pontos estratégicos do Estado. A intenção é aumentar o potencial logístico com novos pontos de armazenagem de grãos, estacionamentos e áreas de serviços que facilitem o transporte em todo o Paraná.

Asfalto de Mato Rico a Pitanga

Moradores de Pitanga e Mato Rico puderam conhecer nessa quinta feira (04) o projeto de pavimentação da PR-239. Na consulta pública, foram debatidos os investimentos de cerca de R$ 120 milhões previstos na pavimentação de 48,9 quilômetros da rodovia que liga os dois municípios localizados no Centro do Paraná.

A obra integra o Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado, orçado em US$ 435 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Mais de 300 moradores compareceram ao evento promovido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O caminhoneiro Eliseu da Silva Tejada mora em Pitanga e utiliza a rodovia não pavimentada diariamente para transportar leite. Ele afirma que a obra vai representar um avanço para os produtores da região. "A pavimentação vai reduzir o tempo de viagem e o custo-benefício do transporte. Só em combustível vamos ter uma economia em torno de 25% em relação ao que gastamos hoje", disse.

Para o comerciante de Mato Rico, Valdemar Seguro, a obra trará benefícios para toda a população. "A pavimentação vai facilitar nossa vida. Os comerciantes não vão precisar deslocar equipes para buscar mercadorias nos municípios vizinhos e, consequentemente, poderemos melhorar a oferta dos nossos produtos com preços mais atrativos para o consumidor", relata.

A estimativa é que as obras beneficiem mais de 35 mil moradores da região, em especial os pequenos produtores, facilitando o escoamento da produção agrícola.

LIDERANÇAS ESTUDANTIS
Cerca de 40 universitários de Mato Rico e região estiveram na audiência pública com cartazes e faixas de apoio ao projeto. "Todos os dias nós precisamos nos deslocar até Pitanga para estudar. Hoje, levamos em torno de duas horas para chegar até a universidade. Além disso, em dias de chuva o trajeto fica perigoso. Nós acreditamos que obra representa um progresso para o município", destaca Michelle Thais Boschen, uma das líderes do movimento estudantil.

PARCERIA
De acordo com Glauco Lobo, coordenador técnico do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), o objetivo das audiências públicas é compreender os anseios da população.

"Mato Rico é um dos quatro municípios do Paraná que ainda não têm a ligação asfáltica com a malha rodoviária estadual. Estamos trazendo essa discussão para compreender quais são as principais necessidades da população que utiliza diariamente a rodovia", afirma.

INVESTIMENTOS
Do valor total de US$ 435 milhões, a proposta prevê um financiamento de US$ 235 milhões em empréstimos junto ao BID e os outros US$ 200 milhões de contrapartida do Governo do Paraná. A expectativa é que o empréstimo seja assinado nos próximos meses.

Além dos recursos para modernização de rodovias, o financiamento do BID prevê também a criação de centros logísticos em pontos estratégicos do Estado. A intenção é aumentar o potencial logístico com novos pontos de armazenagem de grãos, estacionamentos e áreas de serviços que facilitem o transporte em todo o Paraná.

05/05/2017

Pavimentação da PR-239 é apresentada a moradores de Mato Rico e Pitanga

Moradores de Mato Rico e Pitanga puderam conhecer nesta quinta-feira (04) o projeto de pavimentação da PR-239. Na consulta pública foram debatidos os investimentos de cerca de R$ 120 milhões previstos na pavimentação de 48,9 quilômetros da rodovia que liga os dois municípios localizados no Centro do Paraná.

A obra que integra o Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado, orçado US$ 435 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Mais de 300 moradores compareceram ao evento promovido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O caminhoneiro Eliseu da Silva Tejada mora em Pitanga e utiliza a rodovia não pavimentada diariamente para transportar leite. Ele afirma que a obra vai representar um avanço para os produtores da região. "A pavimentação vai reduzir o tempo de viagem e o custo-benefício do transporte. Só em combustível vamos ter uma economia em torno de 25% em relação ao que gastamos hoje", disse.

Para o comerciante de Mato Rico Valdemar Seguro, a obra trará benefícios para toda a população. "A pavimentação vai facilitar nossa vida. Os comerciantes não vão precisar deslocar equipes para buscar mercadorias nos municípios vizinhos e, consequentemente, poderemos melhorar a oferta dos nossos produtos com preços mais atrativos para o consumidor", relata.

A estimativa é que as obras beneficiem mais de 35 mil moradores da região, em especial os pequenos produtores, facilitando o escoamento da produção agrícola.

LIDERANÇAS ESTUDANTIS – Cerca de 40 universitários de Mato Rico e região estiveram na audiência pública com cartazes e faixas de apoio ao projeto.

"Todos os dias nós precisamos nos deslocar até Pitanga para estudar. Hoje, levamos em torno de duas horas para chegar até a universidade. Além disso, em dias de chuva o trajeto fica perigoso. Nós acreditamos que obra representa um progresso para o município", destaca Michelle Thais Boschen, uma das líderes do movimento estudantil.

PARCERIA – De acordo com Glauco Lobo, coordenador técnico do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), O objetivo das audiências públicas é compreender os anseios da população.

"Mato Rico é um dos quatro municípios do Paraná que ainda não têm a ligação asfáltica com a malha rodoviária estadual. Estamos trazendo essa discussão para compreender quais são as principais necessidades da população que utiliza diariamente a rodovia", afirma.

INVESTIMENTOS – Do valor total de US$ 435 milhões, a proposta prevê um financiamento de US$ 235 milhões em empréstimos junto ao BID e os outros US$ 200 milhões de contrapartida do Governo do Paraná. A expectativa é que o empréstimo seja assinado nos próximos meses.

Além dos recursos para modernização de rodovias, o financiamento do BID prevê também a criação de centros logísticos em pontos estratégicos do Estado. A intenção é aumentar o potencial logístico com novos pontos de armazenagem de grãos, estacionamentos e áreas de serviços que facilitem o transporte em todo o Paraná.

Pavimentação da PR-239 é apresentada a moradores de Mato Rico e Pitanga

Moradores de Mato Rico e Pitanga puderam conhecer nesta quinta-feira (04) o projeto de pavimentação da PR-239. Na consulta pública foram debatidos os investimentos de cerca de R$ 120 milhões previstos na pavimentação de 48,9 quilômetros da rodovia que liga os dois municípios localizados no Centro do Paraná. Mato Rico, 04/05/2017.Foto: Jorge Woll/DER
Moradores de Mato Rico e Pitanga puderam conhecer nesta quinta-feira (04) o projeto de pavimentação da PR-239. Na consulta pública foram debatidos os investimentos de cerca de R$ 120 milhões previstos na pavimentação de 48,9 quilômetros da rodovia que liga os dois municípios localizados no Centro do Paraná.

A obra que integra o Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado, orçado US$ 435 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Mais de 300 moradores compareceram ao evento promovido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O caminhoneiro Eliseu da Silva Tejada mora em Pitanga e utiliza a rodovia não pavimentada diariamente para transportar leite. Ele afirma que a obra vai representar um avanço para os produtores da região. "A pavimentação vai reduzir o tempo de viagem e o custo-benefício do transporte. Só em combustível vamos ter uma economia em torno de 25% em relação ao que gastamos hoje", disse.

Para o comerciante de Mato Rico Valdemar Seguro, a obra trará benefícios para toda a população. "A pavimentação vai facilitar nossa vida. O comerciantes não vão precisar deslocar equipes para buscar mercadorias nos municípios vizinhos e, consequentemente, poderemos melhorar a oferta dos nossos produtos com preços mais atrativos para o consumidor", relata.

A estimativa é que as obras beneficiem mais de 35 mil moradores da região, em especial os pequenos produtores, facilitando o escoamento da produção agrícola.

LIDERANÇAS ESTUDANTIS – Cerca de 40 universitários de Mato Rico e região estiveram na audiência pública com cartazes e faixas de apoio ao projeto.

"Todos os dias nós precisamos nos deslocar até Pitanga para estudar. Hoje, levamos em torno de duas horas para chegar até a universidade. Além disso, em dias de chuva o trajeto fica perigoso. Nós acreditamos que obra representa um progresso para o município", destaca Michelle Thais Boschen, uma das líderes do movimento estudantil.

PARCERIA – De acordo com Glauco Lobo, coordenador técnico do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), O objetivo das audiências públicas é compreender os anseios da população.

"Mato Rico é um dos quatro municípios do Paraná que ainda não têm a ligação asfáltica com a malha rodoviária estadual. Estamos trazendo essa discussão para compreender quais são as principais necessidades da população que utiliza diariamente a rodovia", afirma.

INVESTIMENTOS - Do valor total de US$ 435 milhões, a proposta prevê um financiamento de US$ 235 milhões em empréstimos junto ao BID e os outros US$ 200 milhões de contrapartida do Governo do Paraná. A expectativa é que o empréstimo seja assinado nos próximos meses.

Além dos recursos para modernização de rodovias, o financiamento do BID prevê também a criação de centros logísticos em pontos estratégicos do Estado. A intenção é aumentar o potencial logístico com novos pontos de armazenagem de grãos, estacionamentos e áreas de serviços que facilitem o transporte em todo o Paraná.

http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=93722&tit=Pavimentacao-da-PR-239-e-apresentada-a-moradores-de-Mato-Rico-e-Pitanga

Pavimentação da PR-239 é apresentada a moradores de Mato Rico e Pitanga

Moradores de Mato Rico e Pitanga puderam conhecer nesta quinta-feira (04) o projeto de pavimentação da PR-239. Na consulta pública foram debatidos os investimentos de cerca de R$ 120 milhões previstos na pavimentação de 48,9 quilômetros da rodovia que liga os dois municípios localizados no Centro do Paraná.

A obra que integra o Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado, orçado US$ 435 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Mais de 300 moradores compareceram ao evento promovido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O caminhoneiro Eliseu da Silva Tejada mora em Pitanga e utiliza a rodovia não pavimentada diariamente para transportar leite. Ele afirma que a obra vai representar um avanço para os produtores da região. "A pavimentação vai reduzir o tempo de viagem e o custo-benefício do transporte. Só em combustível vamos ter uma economia em torno de 25% em relação ao que gastamos hoje", disse.

Para o comerciante de Mato Rico Valdemar Seguro, a obra trará benefícios para toda a população. "A pavimentação vai facilitar nossa vida. Os comerciantes não vão precisar deslocar equipes para buscar mercadorias nos municípios vizinhos e, consequentemente, poderemos melhorar a oferta dos nossos produtos com preços mais atrativos para o consumidor", relata.

A estimativa é que as obras beneficiem mais de 35 mil moradores da região, em especial os pequenos produtores, facilitando o escoamento da produção agrícola.

LIDERANÇAS ESTUDANTIS – Cerca de 40 universitários de Mato Rico e região estiveram na audiência pública com cartazes e faixas de apoio ao projeto.

"Todos os dias nós precisamos nos deslocar até Pitanga para estudar. Hoje, levamos em torno de duas horas para chegar até a universidade. Além disso, em dias de chuva o trajeto fica perigoso. Nós acreditamos que obra representa um progresso para o município", destaca Michelle Thais Boschen, uma das líderes do movimento estudantil.

PARCERIA – De acordo com Glauco Lobo, coordenador técnico do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), O objetivo das audiências públicas é compreender os anseios da população.

"Mato Rico é um dos quatro municípios do Paraná que ainda não têm a ligação asfáltica com a malha rodoviária estadual. Estamos trazendo essa discussão para compreender quais são as principais necessidades da população que utiliza diariamente a rodovia", afirma.

INVESTIMENTOS - Do valor total de US$ 435 milhões, a proposta prevê um financiamento de US$ 235 milhões em empréstimos junto ao BID e os outros US$ 200 milhões de contrapartida do Governo do Paraná. A expectativa é que o empréstimo seja assinado nos próximos meses.

Além dos recursos para modernização de rodovias, o financiamento do BID prevê também a criação de centros logísticos em pontos estratégicos do Estado. A intenção é aumentar o potencial logístico com novos pontos de armazenagem de grãos, estacionamentos e áreas de serviços que facilitem o transporte em todo o Paraná.

Pavimentação da PR-239 é apresentada a moradores de Mato Rico e Pitanga

Na consulta pública foram debatidos os investimentos de cerca de R$ 120 milhões previstos na pavimentação de 48,9 quilômetros da rodovia que liga os dois municípios localizados no Centro do Paraná

Moradores de Mato Rico e Pitanga puderam conhecer nesta quinta-feira (04) o projeto de pavimentação da PR-239. Na consulta pública foram debatidos os investimentos de cerca de R$ 120 milhões previstos na pavimentação de 48,9 quilômetros da rodovia que liga os dois municípios localizados no Centro do Paraná.

A obra que integra o Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado, orçado US$ 435 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Mais de 300 moradores compareceram ao evento promovido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A estimativa é que as obras beneficiem mais de 35 mil moradores da região, em especial os pequenos produtores, facilitando o escoamento da produção agrícola.

http://www.centralcultura.com.br/?pag=noticias.php&id=47188

https://www.facebook.com/

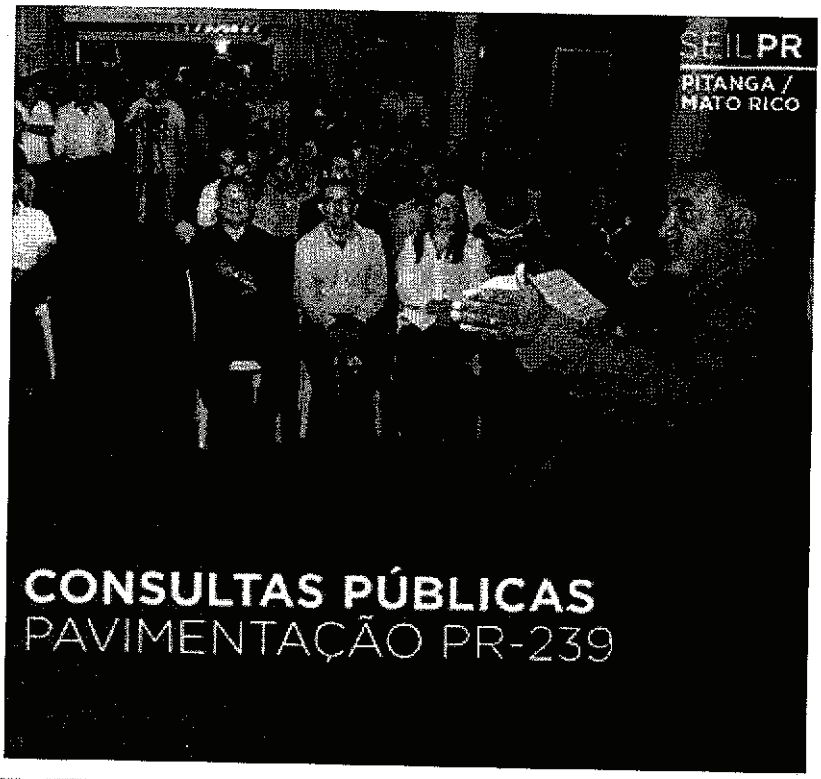
Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná

Publicado por Henrick Loyola Porzycki [?] · 40 min ·

Moradores de Mato Rico e Pitanga, Parana, Brazil puderam conhecer nesta quinta-feira (04) o projeto de pavimentação da PR-239. A obra integra o Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado, orçado US$ 435 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Mais de 300 moradores compareceram ao evento promovido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Saiba mais: https://goo.gl/oRjPEV



129 pessoas alcançadas

Impulsionar publicação

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Município de Mato Rico" <matoricopr@gmail.com>
Para: "Thiago Petchak Gomes" <thiagopetchak@seil.pr.gov.br>
Data: 28/04/2017 11:20 (03 minutos atrás)
Assunto: Re: Fw: Of. 201/SEIL - Consulta Pública Prefeitura M. de Mato Rico
Anexos: convite.jpg (238 KB)
digitalizar0001.pdf (671 KB)
digitalizar10001.pdf (679 KB)
digitalizar30001.pdf (696 KB)

Bom dia Thiago sem em anexo copias dos oficios conforme solicitado.

Em 27 de abril de 2017 09:54, Thiago Petchak Gomes <thiagopetchak@seil.pr.gov.br> escreveu:

Boa tarde,

Segue em anexo Ofício nº 201/GS da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado ao senhor Prefeito

Solicitamos, por gentiliza, que seja devolvido um email com cópia do ofício, data e carimbo de recebimento por parte do município.

Att,

Thiago P. Gomes
Coordenação de Gestão de Planos e Programas - CGPP
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL/PR
Tel: (41) 3304-8569

--
Obs.: Favor confirmar recebimento!

Município de Mato Rico
Avenida das Araucárias, s/n, Centro
telefax: 42 3633 1160 / 3633 1100
Cep. 85.240-000 - Mato Rico/PR.

Livre de vírus. www.avast.com.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Infraestrutura e Logística

Of. Circular nº 008/GS

Curitiba, 18 de abril de 2017.

Assunto: Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação da PR-239 (Pitanga – Mato Rico), no âmbito do Programa BID.

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL**, no município de Mato Rico, para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DA PR-239 (PITANGA – MATO RICO)**, conforme segue:

Data: 04 de maio de 2017

Horário: Abertura: 17h
Encerramento: 18h30

Local: Centro Poliesportivo

Endereço: Avenida das Araucárias, s/n, Centro – Mato Rico – PR

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone (41) 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Nelson Leal Junior
Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem

08702461/0001-18
Marina Slangerlin
Recebido em 27/04/17

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
Avenida Iguaçu 420 | 2º andar | Rebouças | 80230-020 | Curitiba | Paraná | Brasil | (41) 3304 8500 | Fax: (41) 3322 9521
www.infraestrutura.pr.gov.br

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Infraestrutura e Logística

Of. nº 201/GS

Curitiba, 18 de abril de 2017.

Assunto: Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação da PR-239 (Pitanga – Mato Rico), nesse município, no âmbito do Programa BID.

Senhor Prefeito,

Convidamos Vossa Excelência para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL**, nesse Município, para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DA PR-239 (PITANGA – MATO RICO)**, conforme segue:

Data: 04 de maio de 2017

Horário: Abertura: 17 horas
Encerramento: 18h30

Local: Centro Poliesportivo de Mato Rico

Endereço: Avenida das Araucárias, s/n, Centro – Mato Rico – PR

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone (41) 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Excelentíssimo Senhor
Marcel Jayre Mendes dos Santos
Prefeitura
Mato Rico – PR
cpp-tpg/lco

Marcel Jayre Mendes dos Santos
Prefeito Municipal

Recebi em 27/04/2017

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Infraestrutura e Logística

Of. Circular nº 008/GS

Curitiba, 18 de abril de 2017.

Assunto: Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação da PR-239 (Pitanga – Mato Rico), no âmbito do Programa BID.

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL**, no município de Mato Rico, para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DA PR-239 (PITANGA – MATO RICO)**, conforme segue:

Data: 04 de maio de 2017

Horário: Abertura: 17h
Encerramento: 18h30

Local: Centro Poliesportivo

Endereço: Avenida das Araucárias, s/n, Centro – Mato Rico – PR

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone (41) 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Nelson Leal Junior
Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem

Recebi em: 27/04/17

00223224/0001-62
Provopar Ação Social
Mato Rico - Paraná
AV. DAS ARAUCÁRIA, S/N
CENTRO CEP 85240-000
MATO RICO PR

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Elio" <gabinete@pitanga.pr.gov.br>
Para: "Thiago Petchak Gomes" <thiagopetchak@seil.pr.gov.br>
Data: 25/04/2017 16:59 (10 minutos atrás)
Assunto: Re: Of. 200/SEIL - Consulta Pública

Boa Tarde.
O ofício foi recebido.
Grata Sandra.

De: "Thiago Petchak Gomes" <thiagopetchak@seil.pr.gov.br>
Para: gabinete@pitanga.pr.gov.br
Enviadas: Terça-feira, 25 de abril de 2017 14:42:22
Assunto: Of. 200/SEIL - Consulta Pública

Boa tarde,
Segue em anexo Ofício nº 200/GS da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado ao Prefeito de Pitanga.

Conforme conversamos, solicitamos, por gentiliza, que seja devolvido um email com cópia do ofício, data e carimbo de recebimento por parte do município.

Att,

Thiago P. Gomes
Coordenação de Gestão de Planos e Programas - CGPP
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL/PR
Tel: (41) 3304-8569

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Juliana da Silveira	CRAS	[redacted]		
EDINALDO MENDES	+ EDUCAÇÃO.			
Weber Carlo Assi	Prefeitura			
Bracena Vicente Moura	Barra Bonita			Bracena V. Moura
Francisco Gonçalves Costa	Colônia			
João Ribeiro				João Ribeiro
Valter Mendes Vaz	Barra Bonita			Valter M. Vaz
Sirlei M. Brito	Palmital 43			Sirlei Martins
Luiz Baldesan	Torres			
Izaias Siqueira.	Roncador			
José Ap. da Silva. J.S	Roncador			
Elenilt F. Gardino	Mato Rico			Elenilt F. Gardino
Matheus Capinski	Mato Rico			matheus
[illegible]	Sete Grande			
IVP KUCH	RONCADOR			

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

DER PARANÁ

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL SEIL/DER/BID/PMMR
MATO RICO/PR., 04 DE MAIO DE 2017

LISTA DE PRESENÇA

BID
Melhorando vidas

MATO RICO
GOVERNO MUNICIPAL

Cleonice Couto	Faz. Presidente	[redacted]		
Adriano Flora	Faz Presidente			
Antonio J. de Moura				
Ducli J. da Silva				
Joice B. da Silva				
[illegible]				
Elizabeth N. Mussat				
Rosel da da Luz maciel			Rosel da da Luz	
José da Silva				
Miguel da Silva [illegible]				
Seleltino Pontes				
Antonio Lorenzini				
Marli Walosekí				
maria de J. Medeiros				
Mariana Medeiros				
José Medeiros				
Nilson J. Bueno	Posto saúde			
Valmiro Bailo				
[illegible] Prefeitura				

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Cagen de Almeida		[redacted]		
Maiana C.B. de Almeida				Maiana
Emilia B. de Cebrer				Emilia
Idarino P de Zeb				Idarino P de Zeb
Maria da Silva Ferreira				Maria da Silva F
Aguedes Alves Ferreira				Aguedes Alves Ferreira
Geraldo Zatosco				Geraldo
Bryan Cruz Ramos	3069124-41			
Hilário Pott	Bancário			
Walkiria P. Cadell				
ANTONIO MARIANO	VEREADOR			
VALDEMIR H. SOUZA	INTERITO			
Jorge Gonçalves	Secretario			
Leonides Remaclo				
Edilando Stankevicz	Mato Rico			

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
ABELUAZ DE OLIVEIRA		[redacted]		
LUCAS ARAUJO MUSSATO				Lucas Mussato
Rosalio M. Garcia				Rosalio
Rosenildo Pereira				Rosenildo Pereira
Maria Cristina R. Moreira				Cristina
Francia A Silva				Francia
Maria Lígia Macedo Amaral				Maises
Sandrislei Pereira Candido				Sandrislei
Jorimar Pereira Candido				
Sirlei Regina Pereira				Sirlei
Cleonice Candido				Cleonice
Valdorene Candido				Valdorene
Maurice Maria dos Santos				Maurice
Martinho Hagino da				Martinho
Valdomira Ortiz				

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Renato Prelini		[redacted]		
Jairo O. Azevedo				
Mª Simone Niderig				Mª Simone
Ana Carla Hermenegildo				
Marinha B. Moraes				
Josiane Pereira	Prefeitura			
Miguel Sitni Filho	APSTDO			
Antonio Juarez dos Santos	Escola			
Ivan Ribeiro Macedo	Prefeitura			Ivan
[illegible]				
Leuam Andrzejewski				Leuam
Carlemino A. [illegible]				Carlemino
[illegible]				
José Jaime Ferreira				
Anderson Guilherme Tonon				

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Dirceu Soares Marcondes	prefeitura	[redacted]		
João de Fraga	Prefeitura			
Felix Carlos	Boca Boa			Felix
MARCELO VRAK	VEREADOR			
João Kroker Doron				
Daniel Renaux				Daniel Renaux
[illegible]				
José F. S. Campos	VIGIA/70 R			
Alex Sandro de N. de Deus				
Valeria R. Rafaut	Comelheira			Valeria Rafaut
marcio zacarte Fonga				marcio Zacarte
José Alves Machado				José
Jailson da conceição				Jailson
Samuel Zogueldt				

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Bryon da Silva Teixeira	ASSIRON	[redacted]		
Célia Maz de Souza	ASSIRON			
Silvana Bernardgil	CRAS			Silvana Bernardgil
Sidnei Vieira	PEC			
WILSON MANUS	PREF.			
Sidney Aguiar	agua bonita			
[illegible]	Barra Santa			
Lucia Silva	Barra Santa			
Edelei Palaro	Rebouças			
Josiane Dos Santos	Vereadora			
Ladomiro Rocchi	mato Rico			Ladomiro
Hugo Rudach	Mato Rico			
Tiago B Mauro	Mato Rico			
Claudio Fabricio				
José Fernando Brito				

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Ivan P. Zagulski	Colégio Filadélfia	[redacted]		
José da Barra				
José Vidal de França Jr				
Walter Boden				
Jorge Milo				
Hélio Fogaço				
Eduardo Zacante				
[illegible]				
[illegible]				
Raymaga [illegible]				
Edson Chimilovski				
Josiane Procopiuk				
Wagner S [illegible]				
Ari Soares Mesquita				
Rosis Correia dos Santos	Prefeitura			

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Antonio F Bueno		[redacted]		
Quilsan Pert	7707 8509			Antonio F B
Miroslaw Fatersko				
Célio O Fatersko				999670759
Josefa Lúcia da Silva	Emater			
Nilmo Bracigs	agricultores			
Claudecir Gonçalves	Agricultor			Claudecir Gonçalves
Vagner D.S. Felisino	Academico			
José Gonçalves	Agricultor			
Osni Borges dos Santos	CORREIOS			
JANO PEREIRA DA SILVA	PREFEITURA			
Vanderson R da Silva	PREFEITURA			
Teresinha dos Medeiros	Escola			
Edisaldo Hipólito	VEREADOR			Edisaldo
Elizabete Medeiros	Professora			

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
José Carlos Jacinto	Mato APAE	[redacted]		
João Caldo Loch.	ACS			João C Loch.
Jonia K. Dacus	Curitiba DE			
Jesus Gonçalves da Luz	Mato Rico			
Jorge Alexandre H. S	PMMR			
Diogo Pinto	Prefeitura			
VALDO LESSA	ACORDN			
Mônica G. Bernardes	CRAS			Mônica G. Bernardes
Cristiano Porcaro N. Teixeira	Morador		82	
Thum Willem P. Pone.	Mato Rico			Willem Pone
[illegible]	[illegible]			
Rauro Rodrigues				Rauro Rodrigues
Gilvai Bernardes				
Ivani Bonfim				Ivani Bonfim
Nelio S. Bof				Nelio S. Bof

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Nilson do Nascimento		[redacted]		
Nelson Chiminazzi				
Antilio Andrade Oliveira				
Alexandre Polczuk				
Roseli C. P. Polczuk				
Elizete Dal Santo Andretti				
Maria Glaria Defoma				
Pedro Claudio Cazarca				
Vicente Carano				
Marcio [illegible]				
Natália F. Torres				
Danilo Miranda				
BIANCA DOS SANTOS				
Sandy E de C Mendes				
[illegible]				

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Joaquim B. Exbin Rogé		[redacted]		Joaquim B. Rogé
Daniele Ferreira				Daniele Ferreira
Samuel Cordeiro				Samuel C.
Neuza Rohan Longo				Neuza Rohan
Vilaine J. Ritzel				Vilaine J. Ritzel
Nelson SORIA				
Erika Oliveira				
José Beiber				
Gustavo Cremasco				
Luiz Cavalcante				Luiz Cavalcante
IVONEI S VAZ				IVONEI S VAZ
Lorenzo Santos				Lorenzo Santos
José Lucio	714593-4			
Edson S Andrade				
José Estevão				

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

DER PARANÁ

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL SEIL/DER/BID/PMMR
MATO RICO/PR., 04 DE MAIO DE 2017

LISTA DE PRESENCA

BID
Melhorando vidas

MATO RICO
GOVERNO MUNICIPAL

Cadman [illegible] de [illegible]		[redacted]	Cadman [illegible]
Jair Ramos			
Pedro A. Santos			
Daniel Renaud			
Marcelo Ito	FRANCÊS ABRUCÉRIO		
José G. Moreira			
Marcos Paulert	Prefeitura		
Dirceu [illegible] Moreira			Dirceu
Maria [illegible]			
[illegible]			
Pedro Antunes Delino			Pedro
Taila Pazzetto	Prefeitura		Taila Pazzetto
[illegible]	Prefeitura		
Luis Bednarchuk			Luis Bednarchuk
Ângela Gruchovski	APAE		
Samantha Bednarchuk			Samantha
Cleiton Correia			
Valdeci Ferreira	Mato Rico		—

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Joanice Kravchin	Academica	[redacted]	[redacted]	Joanice Krav
Fernanda Ap. Borges.	Comunidade.	[redacted]	[redacted]	F/ Fernanda
Antonio. S. Santana	Comunidade	[redacted]	[redacted]	Antonio Santana
Matilde Copinski	Comunidade	[redacted]	[redacted]	matilde
Joao Angelo Almeida.	Legislativo.	[redacted]	[redacted]	[illegible]
Marilia P. B. Gonçalo	Pref. Pitanga	[redacted]	[redacted]	Marilia
Cezar Antunes	Professor	[redacted]	[redacted]	Cezar Antunes
Jonas Grassigova	NRE / Pitanga	[redacted]	[redacted]	[illegible]
Emilly Valory Ferreira	Academica	[redacted]	[redacted]	[illegible]
Lucas Ricciarelli	CVale	[redacted]	[redacted]	[illegible]
Luciana de França	Barra Bonita.	[redacted]	[redacted]	[illegible]
Antonio R. Ocalsuk.	DR Guarapuava.	[redacted]	[redacted]	[illegible]
Fernanda B. Oliveira	Comunidade.	[redacted]	[redacted]	[illegible]
Laudyslaina dos Santos.	Barra Bonita.	[redacted]	[redacted]	[illegible]
Sebastião SP	Altos Sítios	[redacted]	[redacted]	[illegible]

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Marlene A. Siqueira	APAE	[redacted]		
Ballonia Aparecida D. Chomen	Barra Bonita			Ballonia Aparecida D. Chomen
Maria Aparecida Cruz	Mato Rico			Maria Aparecida Cruz
Paulo Henrique de J. Nogueira	mato Rico			
Marlene de Carvalho				Marlene Carvalho
Luiz Fernando de Alba	Cruzeiro			
Leonides Santos	Mato Rico			
Miguel Pontes	Mato			Miguel P. de J. S.
[illegible]	Pitanga			
[illegible]	Rancolas			
Generoso S. do E. Santos	Mato R.			Generoso S
Luiz Eduardo do Luz	Mato Rico			
Reinaldo Batista	Pitanga			Reinaldo Batista
Valdeci Bassan	Pitanga			
Jardelina Rinaldi Bueno	Mato Rico			Jardelina Bueno

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Belarmino Santiago E		[redacted]		Belarmino S. G. Santiago
Jacob Furman	PROFESSOR T. 271 340-0			Jacob Furman
Ernestio Ferreira DS.	PROFESSOR			
Rosa Ribeiro	Mato Rico			Rosa Ribeiro
Marcos Vinicius	Mato Rico			Marcos Vinicius
Flávio Eiro Chaptas	Roncador			
Marli Ricardo Ribeiro	Barra Bonita			Marli Ricardo Ribeiro
João Maria Raul	Barra Bonita			
Felipe Rafa da Silva	Mato Rico			
William Chitto de Mello	Mato Rico			William Chitto de Mello
Marcia Campos	RONCADOR			Marcia Campos
Deise Vocanock	MATO RICO			
Gabriela Fogulski	Barra Bonita			Gabriela Fogulski
Claudete de Oliveira	Alto S. João			
Maria da C. Santana	Mato Rico			Maria da C. Santana

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Eliane Lenzenick	SG	[redacted]		
[illegible] Valentim	Prof. Pitanga.			
Domingos	Comunidade.			Domingos
Aurora de L. Zaqueski	Educação			
Josefa dos Santos	Zona Bonita			Josefa dos S
Ari Procopiuki	Comunidade.			
[illegible]	Comunidade			
Maci Candido	Comunidade.			Maci Candido
Elenbro Salgueto	Mato Rico			
Edna R. da Silva	Prefeitura			
Mario Prochnow	Com. Juquiri			Prochnow
Dori Sveron.	Com Juquiri			Dori Sveron
GERALDO BOSCHER	PRODUTOR			
Elio Pereira de Lenz	Professor			Elio Pereira de Lenz
Fátima Grezoski Pereira	Professora			Fátima grezoski Pereira

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Francielly Ferreira	Pref. Mun.	[redacted]		
Marcos Eschotte	IAP			
Igor Henrique	Câmara Municipal			
Michelle S. Boschen	Acadêmica			Michelle
Rosimeiro Santos Silva	Ass. Comerciais			
Andreson Francisco	Ass Com. Local			
EDEGARD P. MENDES	PREFEITURA			
[illegible]	Prefeitura			
Jairon R. Mendes	Prefeitura			
Ricardo José de Almeida	Coordenador Geral			
Paulo WOLF	RADIO CENTRO			
Kelder Mendes Vaz	Barra Bonita			
Silva Agnick	Prefeitura			
Arnaldo Tolotti	Comunidade			Arnaldo Tolotti
ROBERTO C SOLTOSKI	Campo Alegre			

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Josué Ferreira	[redacted]	[redacted]	[redacted]	
Adriano B. Furman				
[illegible]	45 9986 [illegible]			
[illegible]	[illegible]			
Fabio J. Cruchowski	Mato Rico			
Bruna Kolima F.	Barro Preto			
Juliano C. Lipovieski	Pitanga			
Vanderléia Bronnii	Mato Rico			
Rosa Bronnii	Mato Rico			
Juan Navarro Tocanti	Mato Rico			
Zilda Zocante	Barro Preto			
Nilson Santo	Mato Rico			
Domingos Alves dos Santos	Mato Rico			
Manuel Domingos	Mato Rico			
Amarildo Batista	Barro Preto			

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Silvania [illegible]		[redacted]		
Terezinha [illegible]				
Maria Leide [illegible]				
João Brots Pereira				
Maria Rita Rodrigues				
Sueli Ferreira da Rosa				
Alcide de M. P. Rodrigues				
Alcides Rodrigues				
Ana Carolina [illegible]				
[illegible]				
Deraldim [illegible]				
Elaine do [illegible]	[redacted]			
Maria Helena Pinheiro				
Rosilda [illegible] Conseglero				
Ana Flávia Conseglero				
Edgar [illegible]				

DER PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Data: 04/05/2017

Horário: 17:00

Local: Centro Poliesportivo
Av das Araucárias sn Centro

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Barbara Cayana		[redacted]		Barbara
Paulo Chaliga				
Rozana Ribeiro				
Diego Chaliga				
Tiago Chaliga				
Vitorino da silva				
Marcon Silva				
Rosana da Rocha				
Vilma R. da Luz				
Joanne [illegible]				
Maria Elaine Oliveira				
Veremilda do Jesus Madeira	Escola			
[illegible]				
[illegible]	Escola			
Dirlan [illegible]				

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

DER PARANÁ

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL SEIL/DER/BID/PMMR
MATO RICO/PR., 04 DE MAIO DE 2017

LISTA DE PRESENÇA

BID
Melhorando vidas

MATO RICO
GOVERNO MUNICIPAL

NOME	ENDEREÇO/LOCALIDADE	ORGÃO/INSTITUIÇÃO	Email	CONTATO
José Carlos Zocante	mato Rico	APAE	[redacted]	
Jonice K Soares	Curitiba	DER		
JORGE ALEXANDRE H. S	Rio Branco	Prom R		
Vanessa G. Fernandes	mato Rico	CRAS		
Edimara V. J. Penoni	Pitanga			
João de Andrade	170 invasão			
Jean Paulo Zagubski	Barra Bonita	Colégio Dr. Deputado		
EDILSON VAZ	PITANGA.	ASSESSOR DEP. A		
Amadeu Pouso	Barra			
Zeroldina Teresa	mato Rico	usuário / CRAS		
Antonio carlos Demarque	COLORIA	PREFEITURA		
João Paulello do Sul	Centro	Sapataria Paulello		
Claudmeia Oliveira	R. Rio de Janeiro R.c.			
Fernina Martins	Palmitos 43	Dina Marris		
Lucilia Pichnii	Mato Rico	Dina Marris		

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

DER PARANÁ

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL SEIL/DER/BID/PMMR
MATO RICO/PR., 04 DE MAIO DE 2017

LISTA DE PRESENÇA

BID
Melhorando vidas

MATO RICO
GOVERNO MUNICIPAL

NOME	ENDEREÇO/LOCALIDADE	ORGÃO/INSTITUIÇÃO	Email	CONTATO
[illegible]	Mato Rico	045 8203095		[redacted]
Francisco Staskeivcz	Rio Azul	031.603 619 69		
[illegible]	Mato Rico	—	—	
Roberto Zacante	Barra Bonita	857.964.17991		
Rosalinda [illegible]	Boqueirão [illegible]	040050119-85		
Karina B. Farial	Mato Rico			
[illegible]	Mato Rico	84088009 06		
Paulo Siqueira	Mato Rico	797.578.399 49		
Luiz F. de Lima	Mato Rico	362066 849 00		
Pedro Pereira Mendes	Mato Rico	—	—	
[illegible]	Mato Rico	024 097 885 96		
Eliel Cordeiro	Mato Rico			
Eloisa Simellas	Mato Rico	8379.546.8		
Ricardo Andrade	Mato	048.998.849-97		

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Infraestrutura e Logística

Of. Circular n° 008/GS

Curitiba, 18 de abril de 2017.

Assunto: Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação da PR-239 (Pitanga – Mato Rico), no âmbito do Programa BID.

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL**, no município de Mato Rico, para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DA PR-239 (PITANGA – MATO RICO)**, conforme segue:

Data: 04 de maio de 2017

Horário: Abertura: 17h
Encerramento: 18h30

Local: Centro Poliesportivo

Endereço: Avenida das Araucárias, s/n, Centro – Mato Rico – PR

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone (41) 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Nelson Leal Junior
Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem

PERGUNTAS ORAIS

DER PARANÁ — PARANÁ — BID

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Local: CENTRO POLIESPORTIVO

Data: 04/05/2017 Horário: 17h

NOME	Jonas Glonsiglaro	RG/CPF	
ENTIDADE	Chefe NRE Pitanga	CONTATO	

PERGUNTAS

	ESCRITA		ORAL

DER PARANÁ — PARANÁ — BID

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Local: CENTRO POLIESPORTIVO

Data: 04/05/2017 Horário: 17h

NOME	Ivan Zaguiski	RG/CPF	[redacted]
ENTIDADE	morador	CONTATO	

PERGUNTAS

	ESCRITA		ORAL

DER PARANÁ — PARANÁ — BID

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Local: CENTRO POLIESPORTIVO

Data: 04/05/2017 **Horário: 17h**

NOME	Dincan G. de Oliveira	**RG/CPF**	[redacted]
ENTIDADE	Presidente da Camara	**CONTATO**	[redacted]

PERGUNTAS

	ESCRITA		**ORAL**

DER PARANÁ — PARANÁ — BID

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Local: CENTRO POLIESPORTIVO

Data: 04/05/2017 **Horário: 17h** Prefeito de Roncador

NOME	Marilia P. B. Gonçalves	**RG/CPF**	[redacted]
ENTIDADE	Prefeitura – Prefeito	**CONTATO**	

PERGUNTAS

	ESCRITA		**ORAL**

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Local: CENTRO POLIESPORTIVO

Data: 04/05/2017 **Horário: 17h**

NOME	Onailson Batista	**RG/CPF**	[redacted]
ENTIDADE	Morador	**CONTATO**	

PERGUNTAS

	ESCRITA		**ORAL**

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Local: CENTRO POLIESPORTIVO

Data: 04/05/2017 **Horário: 17h**

NOME	Florentino Horácio Teixeira	**RG/CPF**	[redacted]
ENTIDADE	Morador	**CONTATO**	

PERGUNTAS

	ESCRITA		**ORAL**

DER PARANÁ — PARANÁ — BID

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Local: CENTRO POLIESPORTIVO

Data: 04/05/2017 Horário: 17h

NOME	Marlcon Q.G. Barbosa	**RG/CPF**	[redacted]
ENTIDADE	Prefeito de Pitanga	**CONTATO**	

PERGUNTAS

	ESCRITA		**ORAL**

DER PARANÁ — PARANÁ — BID

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Local: CENTRO POLIESPORTIVO

Data: 04/05/2017 Horário: 17h

NOME	MICHELE TAIS	**RG/CPF**	[redacted]
ENTIDADE	ACADEMICOS	**CONTATO**	

PERGUNTAS

	ESCRITA	X	**ORAL**

DER PARANÁ — PARANÁ — BID

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Local: CENTRO POLIESPORTIVO

Data: 04/05/2017 Horário: 17h

NOME	Josefa dos Santos	RG/CPF	[redacted]
ENTIDADE	Moradora	CONTATO	

PERGUNTAS

	ESCRITA		ORAL

DER PARANÁ — PARANÁ — BID

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Local: CENTRO POLIESPORTIVO

Data: 04/05/2017 Horário: 17h

NOME	DR CATA	RG/CPF	[redacted]
ENTIDADE	Seju	CONTATO	

PERGUNTAS

	ESCRITA		ORAL
			X

DER PARANÁ — PARANÁ — BID

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Local: CENTRO POLIESPORTIVO

Data: 04/05/2017 **Horário: 17h**

NOME	MARCELO KOMECKO	**RG/CPF**	[redacted]
ENTIDADE	DETRAN PITANGA	**CONTATO**	[redacted]

PERGUNTAS

	ESCRITA	X	**ORAL**

DER PARANÁ — PARANÁ — BID

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Local: CENTRO POLIESPORTIVO

Data: 04/05/2017 **Horário: 17h** Vice Prefeito de Mato Rico

NOME	Edilir de Jesus	**RG/CPF**	[redacted]
ENTIDADE	Vice Prefeito	**CONTATO**	

PERGUNTAS

	ESCRITA		**ORAL**

DER PARANÁ — BID

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Local: CENTRO POLIESPORTIVO

Data: 04/05/2017 **Horário: 17h** Abreu

NOME	Ines Gonçalves de	**RG/CPF**	[redacted]
ENTIDADE	Vereadora	**CONTATO**	

PERGUNTAS

	ESCRITA		**ORAL**

DER PARANÁ — BID

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO PITANGA – MATO RICO PR-239

Local: CENTRO POLIESPORTIVO

Data: 04/05/2017 **Horário: 17h** Prefeito municipal

NOME	Marcel Jayne	**RG/CPF**	
ENTIDADE	Prefeitura	**CONTATO**	

PERGUNTAS

	ESCRITA	X	**ORAL**

Boa tarde Senhores e Senhoras,

Sejam bem vindos à

ROTEIRO
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – de MATO RICO

Em atendimento à política do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL e do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, inicia uma série de Consultas Públicas com o objetivo de apresentar e discutir com a comunidade, a sociedade civil organizada e representantes das regiões envolvidas, informações sobre os empreendimentos rodoviários a serem executados em parceira com aquele Banco.

O Banco entende de ser fundamental importância a participação de diferentes intervenientes nesses processos, e a Consulta Pública, ainda na fase inicial do empreendimento, permite enriquecer e contar com a voz das comunidades, seja de uma política, de uma estratégia ou de um projeto.

O nosso principal propósito hoje é o de divulgar e colher opiniões, dirimir dúvidas e oportunizar o amplo conhecimento em torno da possibilidade de execução da obra de **PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO RODOVIÁRIO PITANGA – MATO RICO**, dando transparência a todo processo.

A nossa reunião acontecerá da seguinte forma:

Primeiro haverá uma breve apresentação do Programa BID;

Logo após apresentaremos os aspectos mais relevantes do Projeto de Engenharia da obra em questão;

E, finalmente abriremos para a etapa das perguntas da plateia:

Informamos que a Consulta que agora se inicia terá seu encerramento em 1hora e trinta minutos.

Os Senhores terão duas formas de se manifestar:

Poderão solicitar a ficha de perguntas às nossas atendentes e registrar suas perguntas por escrito;

Ou se inscrever junto às mesmas para se expressar verbalmente.

Adiantamos que todas as perguntas que não forem respondidas hoje, serão respondidas no contato da FICHA, posteriormente.

Informamos ainda que está sendo o início do processo de participação. A SEIL/DER disponibilizarão em seus sites um espaço para propiciar a comunicação com a sociedade:

ABRIR SITE (Janice)

Informamos ainda, que o material ficará disponível por 30 dias a partir do encerramento das consultas presenciais. Reiteramos que existirá um canal permanente para a manifestação da população através de nossa Ouvidoria e a implantação de um telefone 0800 para esse fim.

Passemos à etapa de **APRESENTAÇÕES**:

Inicialmente chamamos o Eng. Glauco Lobo – Coordenador Técnico do DER para apresentar as diretrizes do Programa BID I Integração;

Na sequencia chamamos o Eng. Eleandro Campos Pereira para apresentar os principais aspectos técnicos do Projeto;

Partimos para a etapa dos DEBATES:

O Governo do Estado agradece a colaboração das lideranças locais (especialmente à Prefeitura Municipal de Mato Rico) e aos demais atores locais

E a participação de todos.

Obrigada e declaramos encerrada esta Consulta Pública Presencial em Mato Rico.

PROGRAMA BID I - INTEGRAÇÃO

CONSULTAS PÚBLICAS

AFETADOS

RELATÓRIO SÍNTESE

Julho/2017

1 - APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo descrever as atividades relacionadas às Consultas Públicas realizadas no âmbito do Programa BID I – Integração, compreendendo as etapas pré-consultas (divulgação e organização), realização das Consultas (registros audiovisuais) e pós-consultas (Memória de Reunião e site).

As mesmas foram realizadas pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER em atendimento às Políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Estas consultas específicas visaram apresentar e discutir com os afetados, informações acerca do Programa BID, dos projetos dos empreendimentos rodoviários e, particularmente, apresentar os procedimentos de desapropriação utilizados pelo DER.

O principal propósito foi criar uma primeira aproximação com os afetados de áreas a serem desapropriadas, informando-lhes, divulgando e colhendo opiniões e sugestões em torno das obras a serem realizadas, dando transparência a todo processo.

As consultas com afetados de que trata esta etapa referem-se à amostra representativa de cada tipo de obra que será realizada ao longo do Programa, conforme cronograma destacado abaixo, sendo que o presente Relatório Preliminar apresenta a documentação e os resultados das seis Consultas Presenciais até então realizadas, as quais seguiram a mesma metodologia quanto às formas de divulgação e de realização.

O Relatório estrutura-se da seguinte forma: na primeira seção apresenta-se um Relatório Síntese das Consultas Públicas por meio do qual se descrevem o público alvo, os principais processos de divulgação (anterior, durante e posterior) à realização das mesmas, bem como a execução das Consultas Públicas com afetados.

Em anexo apresentam-se os Relatórios de cada Consulta Pública da amostra, na seguinte sequência: Marechal Cândido Rondon, Coronel Domingos Soares, Mato Rico, Castro, Colombo e Irati.

Cada Relatório contém, em arquivos distintos:

- ✓ Relatório Síntese;
- ✓ Memória (ata) da Reunião da Consulta Pública,
- ✓ Lista de convidados;
- ✓ Convites (ofícios) enviados;
- ✓ Lista de confirmação de recebimento dos convites;
- ✓ Divulgação pós evento);
- ✓ Slides (apresentação do Programa BID);
- ✓ Slides (apresentação Projeto);
- ✓ Slides (apresentação dos Procedimentos de Desapropriação);
- ✓ Lista de presença,
- ✓ Fichas de pergunta.

2 – CONSULTAS PÚBLICAS

O público alvo das Consultas Públicas foram os proprietários, posseiros, arrendatários, inquilinos e outros, que serão diretamente atingidos pelo Projeto (afetados de áreas e/ou edificações a serem desapropriadas).

2.1 Divulgação

As Consultas Públicas foram divulgadas através de convites nominais (Ofício Circular) direcionados aos afetados conforme listagem atualizada encaminhada pelos técnicos locais responsáveis pelos Projetos. Em alguns casos, especialmente naqueles onde haveria transporte público para o evento, as consultas foram anunciadas em rádios locais.

2.1.1. Convites

Foram enviados convites nominais a todos os afetados do projeto, segundo cadastro integrante dos projetos de desapropriação.

As Prefeituras locais e os técnicos regionais do DER encarregaram-se de fazer a entrega, em mãos, aos afetados. Em sua ausência, os convites forma entregues aos responsáveis mediante identificação e assinatura.

Estes ofícios continham informações gerais sobre o evento e ressaltavam sobre os canais de comunicação abertos com a Comunidade por meio da disponibilização de documentos de consultas nos sites do DER e da SEIL bem como via telefone 0800. Informava também sobre a disponibilidade de cópias físicas dos projetos na sede do escritório regional do DER correspondente.

2.1.2. Publicações em sites Pré Consulta

Houve divulgação da repercussão dos eventos nos SITES da SEIL e do DER, das Prefeituras Municipais e nas redes sociais (Facebook).

Neste veículo disponibilizaram-se, para CONSULTA, os links contendo os seguintes documentos: SÍNTESE DO PROJETO e ESTUDO AMBIENTAL dos Projetos, os quais estarão disponíveis por trinta (30) dias a partir da data de realização da respectiva Consulta Pública Presencial:

Disponibilizou-se também um link que remete ao e-mail da OUVIDORIA do DER e da SEIL, bem como o número de telefone 0800-410111, como garantia da permanência do processo de participação da população nos processos, no período pós Consultas Presenciais, por meio dos quais a população poderá recorrer para dirimir dúvidas, críticas e ou sugestões.

2.2 Realização das Consultas Públicas Presenciais

As Consultas Públicas Presenciais ocorreram no período de 29 de junho a 13 de julho de 2017, sendo realizadas nos municípios onde os empreendimentos integrantes da amostra representativa do Programa BID I – Integração.

Para sua realização, o Estado contou com a colaboração das Prefeituras e dos escritórios Regionais do DER, tanto na etapa de divulgação do evento, entregas nominais de convites quanto para a operacionalização do evento.

Nos municípios de Irati e Mato Rico, as Prefeituras disponibilizaram ônibus para o transporte dos afetados tendo em vista o seu número elevado bem como a larga distância para o local do evento.

O horário escolhido buscou privilegiar a participação de todos e, em caso de ocorrer em horário comercial, houve o comprometimento das Prefeituras de que o horário definido não comprometeria o quórum.

PROGRAMA BID
CRONOGRAMA DE CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS

OBRAS	LOCAL	DATA	HORÁRIO
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	29/06/2017 (quinta-feira)	19h00
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	CEL. DOMINGOS SOARES	30/06/2017 (sexta-feira)	19h00
Pavimentação: São Mateus do Sul -Irati	IRATI	11/07/2017 (terça-feira)	19h00
Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	MATO RICO	04/07/2017 (terça-feira)	15h00
Pavimentação: Acesso ao Contorno Norte de Castro/PR	CASTRO	05/07/2017 (quarta-feira)	17h00
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	COLOMBO	06/07/2017 (quinta-feira)	19h00
Consulta Geral Apresentação do Programa BID	CURITIBA	13/07/2017 (quinta-feira)	14h30

2.2.1 Estrutura local para os eventos

Os locais utilizados para a realização dos eventos foram sugeridos pelos atores locais (Prefeituras Municipais e Regionais do DER), os quais se encarregaram da logística e apoio operacional.

No *hall* de entrada dos auditórios foram montadas as recepções do evento contendo a mesa de preenchimento da lista de presença e um espaço para café e água. O acesso aos auditórios foi liberado somente após o preenchimento da lista de presença, para melhor controle dos participantes.

Foram utilizados sistemas de som e projeção em telão ao fundo do palco para a realização das apresentações.

2.2.2 Consultas Públicas Presenciais

Compareceram aos eventos representantes das Prefeituras, das Câmaras de Vereadores dos municípios envolvidos diretamente com o empreendimento e de municípios vizinhos, representantes do Ministério Público, de ONGS, de associações e cooperativas, de escolas, hospitais, comerciantes, afetados das áreas afetadas pelos empreendimentos, representantes de instituições públicas,

privadas e para públicas e afetados de áreas a serem afetadas, além de vários outros interessados da região.

O quadro abaixo apresenta o horário de início e término, bem como o número de participantes em cada uma das Consultas Públicas.

PROGRAMA BID						
CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS						
OBRAS	HORÁRIO	Nº TOTAL DE FAMÍLIAS AFETADAS	Nº TOTAL DE CONVIDADOS	REPRESENTATIVIDADE DE DE CONVIDADOS (%)	Nº TOTAL DE PARTICIPANTES (AFETADOS OU HERDEIROS OU REPRESENTANTES)	REPRESENTATIVIDADE DE COMPARECIMENTO (%)
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	Início: 19h05 Término: 20h45H	25	27	108	29	93
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	Início: 19h15 Término: 20h30	38	34	89	19	179
Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	Início: 19h20 Término:21h15	74	36	49	44	82
Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	Início: 15h30 Término: 17h45	190	128	67	102	125
Implantação do Contorno Norte de Castro/PR	Início: 17h00 Término:18h35	6	6	100	13	46
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	Início: 19h10 Término: 20h35	25	24	96	18	133

Consulta	Horário	Número de entidades convidadas	Número de pessoas participantes
Consulta Pública Geral em Curitiba	Início: 19h10 Término: 20h35	25	75

Em todas as Consultas Públicas seguiu-se um mesmo ROTEIRO no qual inicialmente o cerimonial apresentava os objetivos e a programação do evento, dando ênfase aos canais de participação pós consulta presencial.

Na sequência ocorreu uma apresentação das principais diretrizes do PROGRAMA BID I – INTEGRAÇÃO. Esta apresentação era realizada por membros da equipe de Coordenação do Programa BID, pela SEIL ou pelo DER.

Logo após o(a) Engenheiro(a) - Gerente responsável (Fiscal do Projeto), pelo DER, apresentou os aspectos técnicos mais relevantes do empreendimento (apresentações em anexo).

E, finalmente, houve a apresentação realizada por técnicos das equipes da Diretoria Técnica e da Procuradoria Jurídica do DER, sobre os procedimentos de desapropriação a serem adotados por esta instituição ao longo do processo de desapropriação.

O quadro abaixo apresenta os respectivos palestrantes responsáveis pelas apresentações nas Consultas Públicas Presenciais

PROGRAMA BID I - INTEGRAÇÃO			
APRESENTAÇÕES - CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS			
OBRAS	**LOCAL**	**RESPONSÁVEL**	
		Diretrizes do Programa BID	**Projeto de Engenharia (DER)**
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	Marechal Cândido Rondon	**G. L.** (Coordenador Técnico do DER)	**G.L.** (Coordenador Técnico do DER)
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	Coronel Domingos Soares	**J. V.** (Coordenadora de Planejamento da SEIL)	**P. R. M.** (Gerente de Operações da Sup. Regional Oeste do DER)
Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	Irati	**Glauco Lobo** (Coordenador Técnico do DER)	**Eleandro Campos Pereira** (Engenheiro – Fiscal do Projeto)

Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	Mato Rico	**J.V.** (Coordenadora de Planejamento da SEIL)	**E. C. P.** (Engenheiro – Fiscal do Projeto)
Pavimentação do Acesso ao Contorno de Castro (PR-090)	Castro	**G. L.** (Coordenador Técnico do DER)	**E. C. P.** (Engenheiro – Fiscal do Projeto)
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	Colombo	**G. L.** (Coordenador Técnico do DER)	**J. K.** (Engenheiro – Coordenador do Projeto)

E, finalmente, partiu-se para a etapa final de debates onde ocorreu a participação efetiva da comunidade.

Esta participação foi oportunizada por meio da disponibilidade de FICHAS DE PERGUNTAS por meio da qual o participante inscrevia-se para a manifestação verbal ou escrita. Esclarecemos aqui muitos afetados preferiram fazer as perguntas em particular aos técnicos do DER. Em todas as consultas os técnicos mantiveram-se no local até que todas as perguntas fossem esclarecidas.

O quadro abaixo apresenta os resultados das manifestações formais da plateia, estando as mesmas anexadas a este Relatório.

PROGRAMA BID		
DEBATES - CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS		
OBRAS	**LOCAL**	**Nº DE PERGUNTAS**
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	Marechal Cândido Rondon	9
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	Coronel Domingos Soares	1
Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	Irati	8

Pavimentação: Pitanga - Mato Rico PR-239	Mato Rico	4
Pavimentação do Acesso ao Contorno de Castro (PR-090)	Castro	5
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	Colombo	2

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização das Consultas Públicas oportunizou o primeiro contato com os que serão diretamente afetados pelos projetos a serem executados.

Oportunizaram a atualização das listas e tabelas de desapropriações, tendo em vista que muitas delas foram originárias de projetos de engenharia elaborados há algum tempo atrás.

Permitiram uma primeira aproximação com estes atores e, certamente, os contatos pré-estabelecidos com os afetados facilitarão o cumprimento das próximas etapas do processo.

A despeito do número baixo de intervenções e questionamentos formalizados via ficha de perguntas, registraram-se inúmeros contatos diretos com os afetados, nos bastidores, os quais resultaram em trocas de contatos e distribuição de cartões de visita, o que garantirá uma maior confiabilidade e estreitamento das relações de confiança nos futuros processos indenizatórios a serem realizados no âmbito do Programa BID.

	Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL **Departamento de Estradas de Rodagem- DER** **Banco Interamericano de Desenvolvimento**

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Nome da Reunião:	**CONSULTA PÚBLICA – Proprietários: Pavimentação Pitanga – Mato Rico PR-239**

1. Dados da Reunião

Data	Hora inicial	Hora final	Local
04/05/2017	15h30	17h45	Centro Poliesportivo (Av. das Araucárias, s/n, Centro)

2. Participantes

Vide lista de presença anexa.

3. Pauta

Item	Descrição
1	CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL - Este evento realizado no âmbito do Programa BID I – Integração que trata da realização de Consulta Pública Presencial para a discussão e publicidade do empreendimento rodoviário "**Pavimentação Pitanga – Mato Rico PR-239"**, obra integrante do referido Programa de financiamento externo.

4. Relato da reunião

Josil Voidela Baptista: Coordenadora de Planejamento da SEIL apresentou os objetivos da Reunião, destacando que o evento atendia a uma política do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Expôs que o principal objetivo era o de abrir um canal de comunicação com os proprietários a serem desapropriados para dirimir dúvidas e esclarecer acerca dos procedimentos a serem adotados pelo DER/Pr nos processos de indenização futuros. Esclareceu sobre a programação da Reunião, alertando que havia a disponibilidade de participação por meio de inscrição junto às atendentes, utilizando-se de fichas para manifestação escrita ou verbal. Alertou sobre a importância de assinatura das listas de presença. Enfatizou que todas as contribuições seriam respondidas pelo contato indicado na ficha de perguntas, a despeito da disponibilidade de tempo.
Apresentou o link da SEIL e do DER no qual seria possível a comunicação com a comunidade pós Consulta Presencial, alertando que o material de consulta (Síntese do Projeto e Estudo Ambiental) estarão disponíveis por trinta dias para consulta pública e apresentou também o link da OUVIDORIA do DER e o telefone 0800-410111 como alternativa àqueles que não possuem acesso à internet. Comentou sobre a disponibilidade de cópias físicas dos Projetos no Escritório Regional do DER e sobre a colocação de uma urna neste local para que o usuário possa proceder em caso de desejar se manifestar anonimamente.

Apresentou as diretrizes do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística - BID I – Integração. Destacou um cronograma apresentando as datas mais relevantes para a efetivação do Programa, ressaltando que há uma estimativa de Assinatura do Contrato de

Financiamento para o mês de setembro de 2017. Apresentou os quadros com as componentes de categorias de inversão na qual destaca a concentração do Programa (89%) em Obras Rodoviárias mas argumenta que há importantes componentes de fortalecimento institucional e de estudos e ações multimodais a serem executadas no Programa. Revelou os valores globais do Programa, o qual totaliza US$ 435 milhões, sendo US$ 235 milhões oriundos de financiamento e US$ 200 milhões de recursos de contrapartidas do Estado. Destaca, por meio de mapa, as obras a serem executadas pelo Programa, destacando a sua abrangência. Destaca que o Contorno de Mal Cândido Rondon integra um rol de outras seis obras selecionadas como amostra representativa do Programa e finalmente enfatiza que o prazo de execução do programa é de no máximo cinco anos, podendo ser executado em menor tempo. Reforçou os meios de comunicação permanentes dos usuários com o DER seja por meio da Ouvidoria, via 0800 ou diretamente no Escritório Regional do DER da região.

Eleandro Pereira: Engenheiro Fiscal do Projeto apresentou os aspectos técnicos mais relevantes do empreendimento. Destacou a sua localização, objetivos e principais características técnicas do empreendimento. Demonstrou por meio de imagens as intervenções a serem executadas e ressaltou os principais benefícios do empreendimento: redução considerável do tempo de viagem, melhoria do acesso aos serviços de saúde e educação, redução da poeira e adores no perímetro urbano dentre outros. Alertou, ainda a população quanto às possíveis interferências durante a execução da obra: vibração dos equipamentos, poeira e ruídos, desvio de tráfego e outros.

Janice Soares – Engenheira da Diretoria Técnica do DER: apresentou os procedimentos de desapropriação de imóveis utilizados pelo DER-PR. Iniciou ressaltando sobre os objetivos da reunião quais sejam: atender à política do BID para desapropriação, apresentar de forma sucinta os procedimentos utilizados para tal e as possíveis medidas compensatórias. Destacou que o público-alvo da reunião foram os proprietários atingidos pelo Projeto bem como os proprietários indiretos ocupantes dentre os quais mencionou os posseiros, funcionários residentes, inquilinos ou comodatários. Ressaltou que a política do BID estabelece que todos os atingidos pelo empreendimento deverão ter conhecimento prévio destes mecanismos de desapropriação.
Na sequência explicou os conceitos de Decreto de Utilidade pública (DUP) e de Desapropriação, bem como esclareceu sobre quais são as modalidades de desapropriação a serem praticadas no processo indenizatório. De forma esquemática apresentou o fluxograma de atividades a serem desenvolvidas no processo de desapropriação os quais incluem o projeto de desapropriação e o levantamento socioeconômico da família desapropriada. Enunciou as etapas correspondentes à fase de realização do projeto de desapropriação e ilustrou explicando sobre a planta e memorial descritivo ressaltando que as mesmas serão apresentadas e elaboradas para cada imóvel desapropriado.

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Nome da Reunião:	**CONSULTA PÚBLICA – Proprietários: Pavimentação Pitanga – Mato Rico PR-239**

Detalhou sobre as etapas que constam da etapa de realização do cálculo de valores de negociação, alertando que o DER constitui uma Comissão Técnica Jurídica de Avaliação a qual cabe, dentre outras funções, a realização do cálculo dos valores de indenização, a partir de normas da ABNT, bem como cabe a apresentação e negociação dos laudos de negociação junto aos proprietários. Discorreu sobre as modalidades de processos de desapropriação, alertando que estas podem ser via processo administrativo, onde há concordância entre as partes, via doação ou via processo judicial (sem concordância).
Mencionou alguns exemplos de medidas compensatórias, as quais podem envolver melhorias no acesso à propriedade, relocação ou execução de cercas, auxílio para recolocação na nova residência (em caso de esta ser a única residência) e outras.
Detalhou as etapas que compõem o processo de desapropriação, ressaltando que o Plano de Reassentamento incluirá a construção de uma Linha de Base Social para avaliar os impactos socioeconômicos do empreendimento, sejam os positivos, negativos e os riscos associados. Alertou sobre a necessidade de aplicação de um questionário para estabelecer o perfil das partes interessadas, e para tanto avisou aos participantes de que todos serão visitados por pesquisadores do Estado ou de empresas contratadas para tal, pedindo a colaboração de todos nesse processo. Informou sobre o número de desapropriados neste empreendimento e apresentou um croqui do empreendimento destacando as áreas de desapropriação. Descreveu as políticas do BID aplicadas aos projetos de desapropriação e detalhou os itens constantes da Matriz de Compensações (preliminar) a serem utilizadas em cada modalidade de desapropriação de imóveis (rurais, urbanos, residenciais, comerciais, etc.) destacando que as mesmas podem ser alteradas a partir de novos entendimentos com o BID, tendo em vista que estas estão em fase de aprovação.

DEBATES: Foram inscritas cinco perguntas verbais. Foram estas as intervenções:
1. **EVILÁSIO ALVES TAVARES** (proprietário): Qual será a metragem a ser desapropriada (faixa de domínio)? 20m para cada lado do eixo da rodovia (Eleandro);
2. **EVILÁSIO ALVES TAVARES** (proprietário): Como será padronizada a metragem a ser desapropriada a título de pagamento (avaliação)? A avaliação será feita individualmente conforme o uso da área (Janice/Eleandro). Será feita também utilizando a valoração de mercado através da comissão nomeada, observando as características intrínsecas da propriedade (Fernanda);
3. **ELIO IAGA** (proprietário): Este questionário foi apresentado nas propriedades? Sim, foi apresentado/aplicado pela empresa consultora contratada;
4. **VALDECIR RUFFATO** (proprietário): Gostaria de ter certeza de que as obras da PR-239 irão acontecer realmente? Estamos trabalhando para isto, a realização da obra nunca esteve tão próxima de acontecer. É importante destacar também que durante os programas BID anteriores nenhuma obra deixou de ser executada (Janice);
5. **FLORINDO SEGURO** (proprietário): Gostaria de esclarecer como ficaria com relação a existência de um condomínio com escrituras individuais das unidades, porém

existe apenas uma matrícula da propriedade (lote)? Se a condição do Condomínio estiver legalizada, cada parte integrante negociará a indenização individualmente.

Às 17h45, perguntou-se se algum dos presentes tinha mais alguma manifestação e, não havendo mais dúvidas a Senhora Josil Voidela Baptista agradeceu, em nome do Governo do Estado do Paraná, a presença e participação de todos, declarando encerrada a sessão de Consulta Pública Presencial em Mato Rico.

5. Responsável pela Ata

Josil Voidela

CONCLUSÃO DA CONSULTA PÚBLICAS AOS AFETADOS

Na consulta pública para os afetados realizada em Mato Rico foram entregues 128 convites nominais aos 190 afetados cadastrados, representando 67% dos afetados. Os demais afetados não foram localizados para a entrega dos convites. 102 pessoas compareceram à consulta, entre afetados e representantes de afetados. A consulta formal iniciou-se as 15 horas 30 minutos e foi finalizada às 17 horas e 45 minutos.

As principais dúvidas estavam relacionadas com a delimitação da faixa de domínio, procedimentos de desapropriação, métodos de avaliação dos imóveis, tratamento de imóveis não subdivididos e questionários socioeconômicos.

Os afetados manifestaram grande satisfação e apoio a implantação do projeto tendo em vista a precariedade do atual acesso que limita o desenvolvimento econômico e social do município.

Vários participantes procuraram os técnicos do DER após o encerramento formal da consulta pública para sanar dúvidas particulares. A equipe do DER ficou no local do evento até atender todos os participantes e sanar todas as dúvidas.

Não houve solicitações de adequação de projeto, com exceção da solicitação de previsão de dispositivos de transposição de animais (passa-gado). O proprietário manifestou interesse em doar a área sua área atingida ao Estado com a condição da execução do passa-gado. Foi novamente esclarecido que haverá uma comissão de avaliação que entrará em contato com todos os afetados para apresentar o laudo individual de avaliação e negociar as condicionantes e as possíveis compensações. Houve grande manifestação de apoio e disposição de facilitar a liberação da faixa de domínio para execução das obras, por parte dos afetados.

Os afetados manifestaram satisfação com as respostas da equipe técnica do DER.

Ofício Circular **Curitiba, 23 de junho de 2017**

Assunto: Pavimentação Pitanga – Mato Rico

Senhor Proprietário: _____

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **REUNIÃO PÚBLICA PRESENCIAL** para breve apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DA PR-239, NO TRECHO ENTRE PITANGA E MATO RICO** e dos **PROCEDIMENTOS DE DESAPROPRIAÇÃO** a serem utilizados pelo DER, quando da execução da referida obra.

DATA: 04 de julho de 2017.
HORÁRIO: 15 horas.
LOCAL: Centro Poliesportivo.
ENDEREÇO: Av. das Araucárias s/n Centro - Mato Rico.

O referido projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link:

http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553.

Cópias impressas destes documentos podem ser consultadas na Superintendência Regional Campos Gerais, DER/PR – Endereço: BR-376, km 493 + 700 m - Av. Presidente Kennedy - CEP 84046-000 – Ponta Grossa - PR.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8165, com Glauco Lobo ou Janice Soares.

Atenciosamente,

Glauco Tavares Luiz Lobo
Coordenador Geral do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística – BID

PROGRAMA ESTRATÉGICO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

BR-L1434

PROGRAMA BID I - Integração

Datas Relevantes

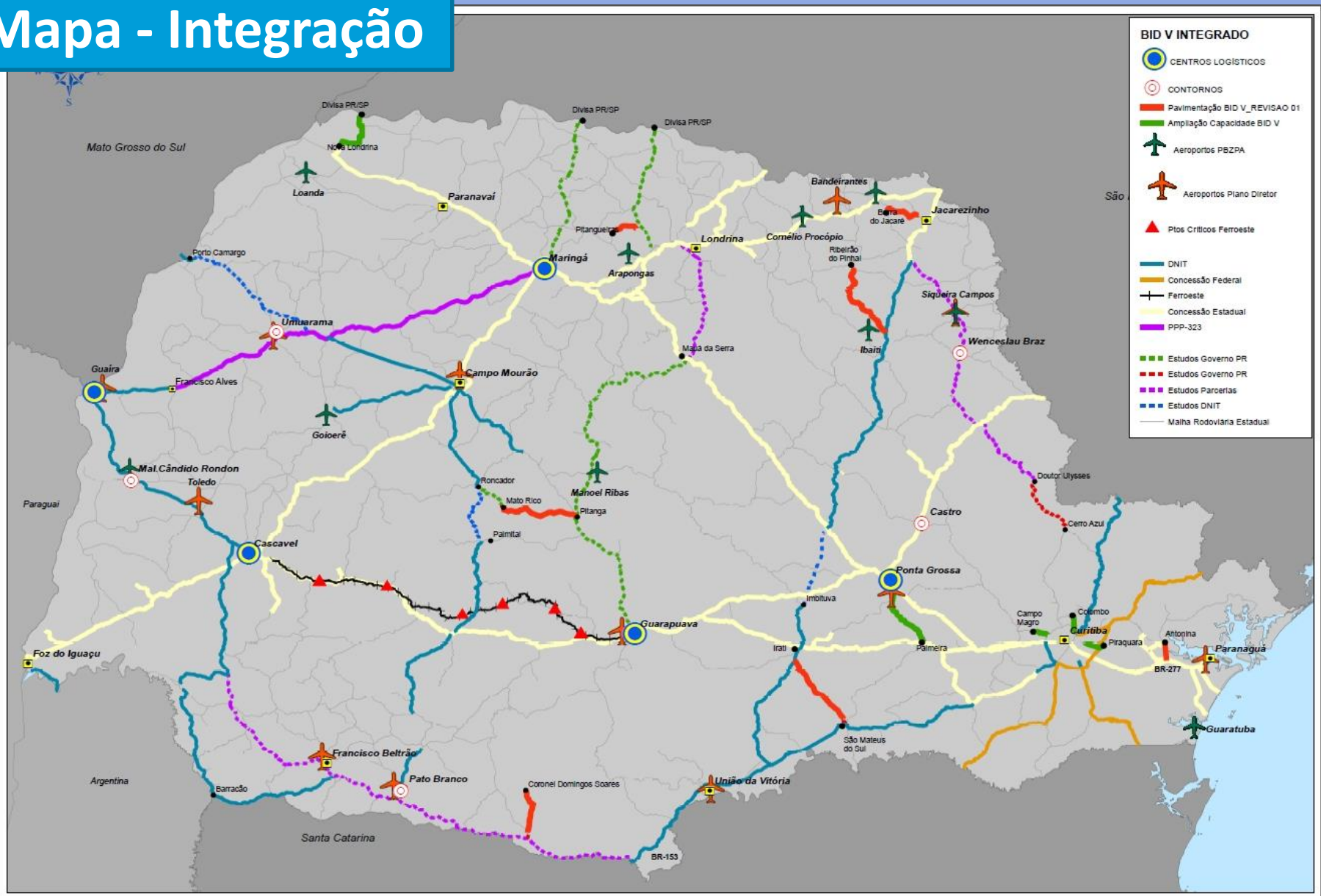
08/11/2016 – Aprovação COFIEX (Governo Federal)

07/03/2017 – Aprovação Perfil Programa (Diretório BID)

08 a 10/02/2017 – Missão de Identificação
03 a 07/04/2017 – Missão de Orientação
15 a 19/05/2017 – Missão de Análise

Estimativas:
Final de Agosto/2017 – Aprovação Minuta Diretório BID
Final de Setembro/2017 – Assinatura Contrato Empréstimo

Mapa - Integração



AMOSTRA REPRESENTATIVA

RODOVIA	OBRAS CONSTRUÇÃO	EXT. (km)
CONTORNO	Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	6,00
CONTORNO	Pavimentação: Contorno de Castro (Lote 2)	2,65
PR-239	Pavimentação: Pitanga – Mato Rico	43,15
PR-912	Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	27,02
PR-364	Pavimentação: São Mateus do Sul -Irati	47,71
PR-417	Amp. Cap.: Curitiba - Colombo (Lote 1)	3,86
		130,39

Preparação do Programa -> SEIL/DER

Execução do Programa -> DER

Valor Global -> U$ 435 Milhões

Valor Empréstimo -> U$ 235 Milhões

Prazo de Execução -> 5 anos

CANAIS DE COMUNICAÇÃO PERMANENTES

Ouvidoria

www.der.pr.gov.br ⇨ Fale Conosco

0800-41 0111

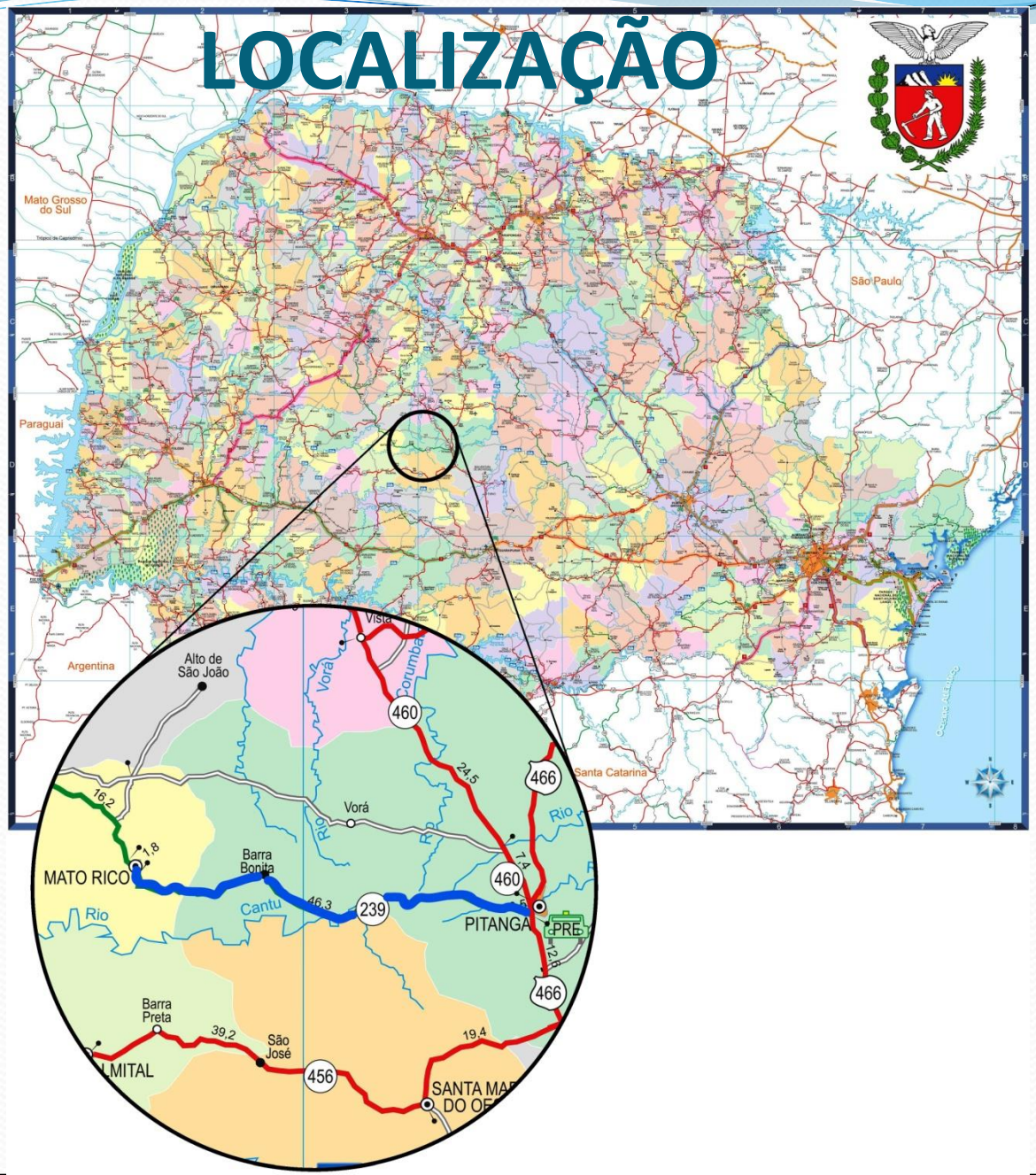
Superintendência Regional Campos Gerais

BR-376, km 493 + 700 m

Fone: (42) 3219-1800

PR-239
PAVIMENTAÇÃO
PITANGA – MATO RICO

LOCALIZAÇÃO



TRECHO

INÍCIO: PITANGA/PR – ENTR. PRC-466

FINAL: MATO RICO/PR

EXTENSÃO: 43,15 km

ABRANGÊNCIA

O segmento em questão localiza-se na Região Centro-Oeste do Estado do Paraná ligando os municípios de Pitanga e Mato Rico, passando por Barra Bonita, distrito de Pitanga.

OBJETIVOS DO EMPREENDIMENTO

Proporcionar a ligação em rodovia pavimentada do município de Mato Rico, garantindo uma integração mais rápida, confortável e segura com as demais regiões do Estado.

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

- Elaboração do Projeto: TECON – Técnica e Consultoria Ltda.;
- Período: 21/01/2013 – 360 dias;
- Extensão: 43,15 km;
- Interseções: duas interseções em nível;
- Classe da Rodovia: III
- Velocidade diretriz: 60 km/h;
- Largura das faixas de rolamento: 3,50m;
- Largura dos acostamentos: 1,30m;
- Largura da faixa de domínio: 40m exceto trechos urbanizados

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

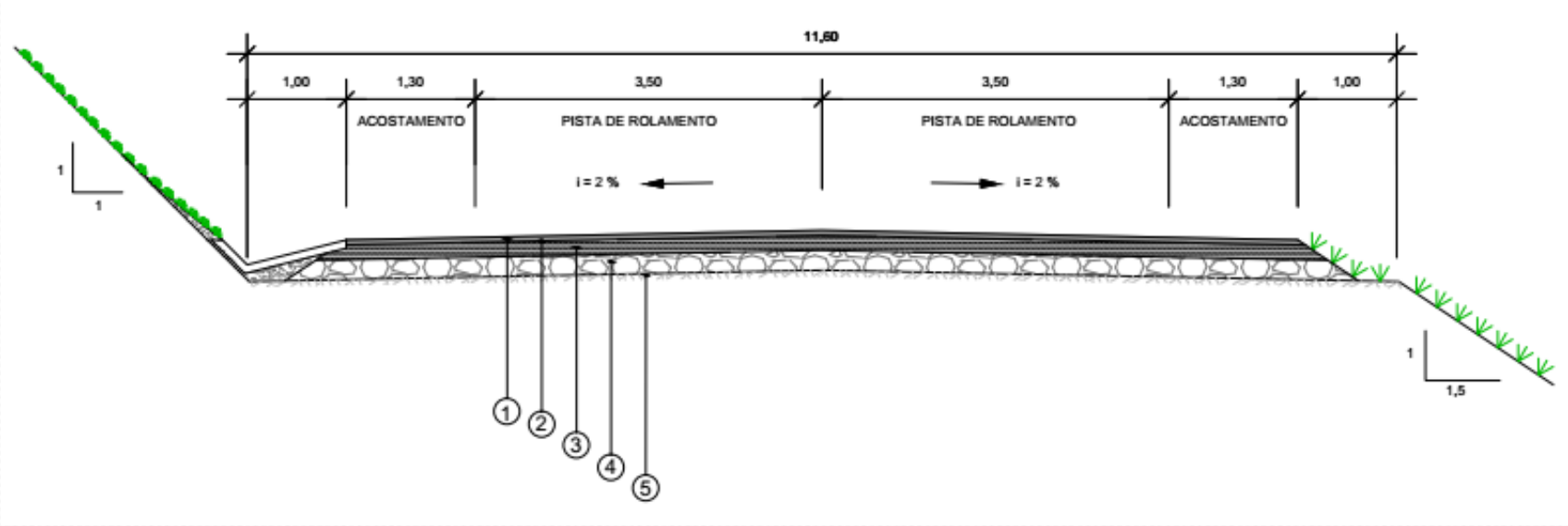
- Aproveitamento da estrada existente, com correções geométricas das concordâncias horizontais e verticais;
- Concordância com a Avenida Central em pista dupla existente em Mato Rico;
- Pavimento Flexível (CBUQ).
- Sustentabilidade: Corte em Rocha entre as Estacas 1.302 e 1.332, fornecendo material britado para execução de base e sub-base de toda a rodovia.

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

- 3ª Faixa: 8 segmentos, totalizando **14.840km** de ext.

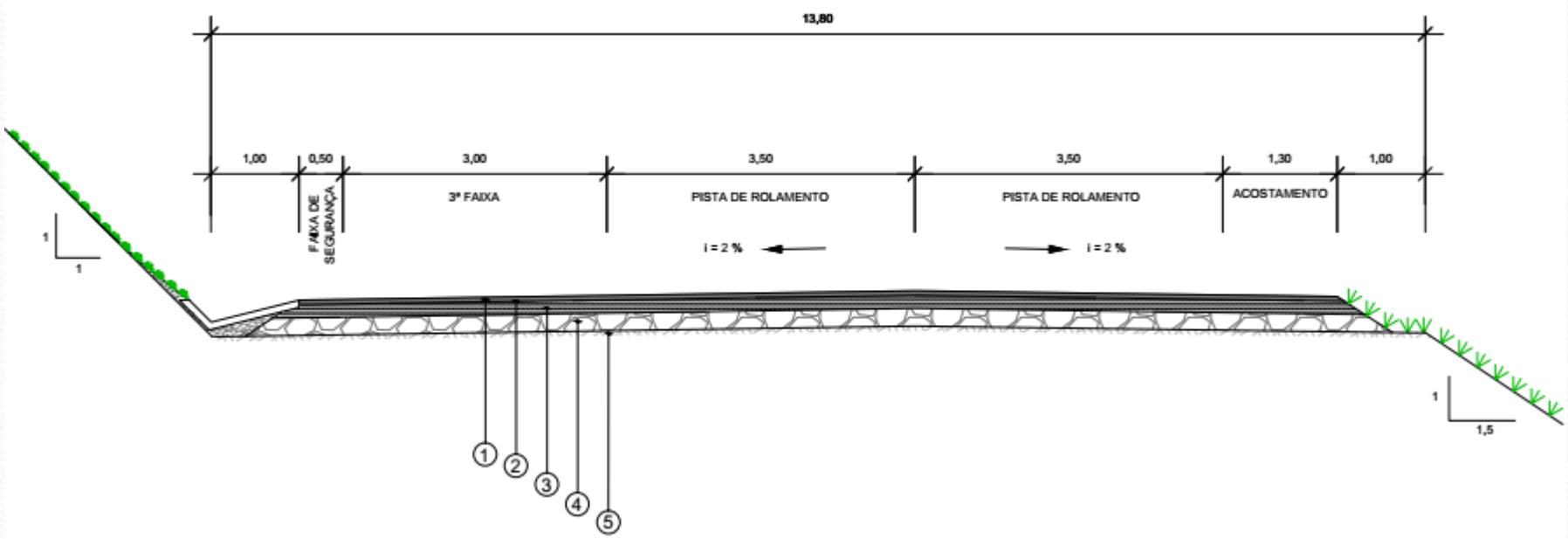
SEGMENTO	ESTACA INICIAL	ESTACA FINAL	LADO	EXTENSÃO (m)
1	511	623	D	2.240,00
2	911	969	E	1.160,00
3	1060	1125	D	1.300,00
4	1247	1327	D	1.600,00
5	1308	1377	E	1.380,00
6	1764	1865	D	2.020,00
7	1850	1927	E	1.540,00
8	1975	2155	E	3.600,00
TOTAL				**14.840,00**

SEÇÃO TÍPICA PREDOMINANTE



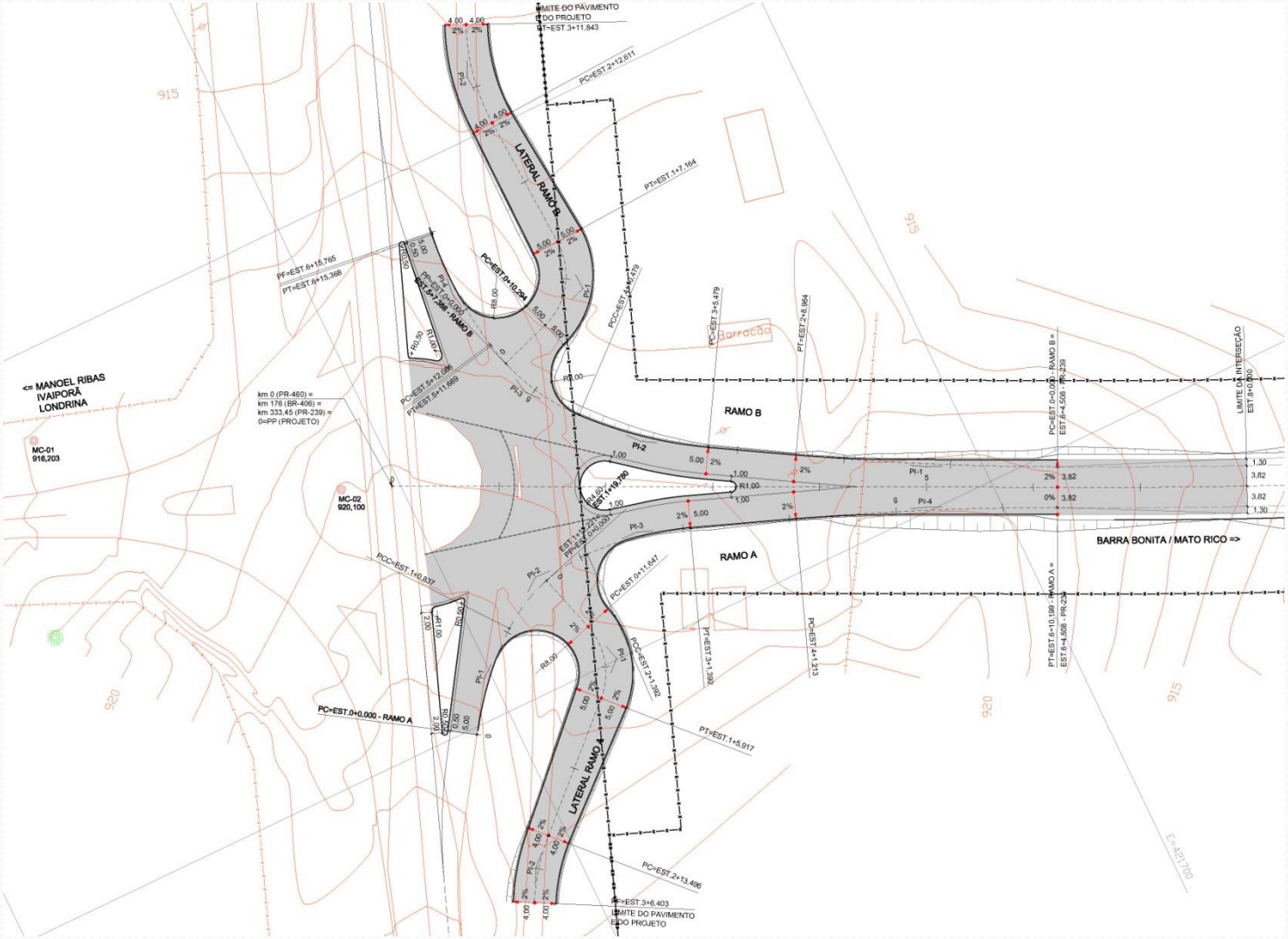
LEGENDA	MATERIAL	ESPECIFICAÇÃO
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - FAIXA "C" (e=0,05)	DER/PR ES-P 21/05
2	IMPRIMAÇÃO	DER/PR ES-P 17/05
3	BRITA GRADUADA SIMPLES (e=0,15)	DER/PR ES-P 05/05
4	BRITA CORRIDA (e=0,20)	DER/PR ES-P 06/05
5	REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO	DER/PR ES-P 01/05

SEÇÃO TÍPICA PREDOMINANTE – 3ª Faixa

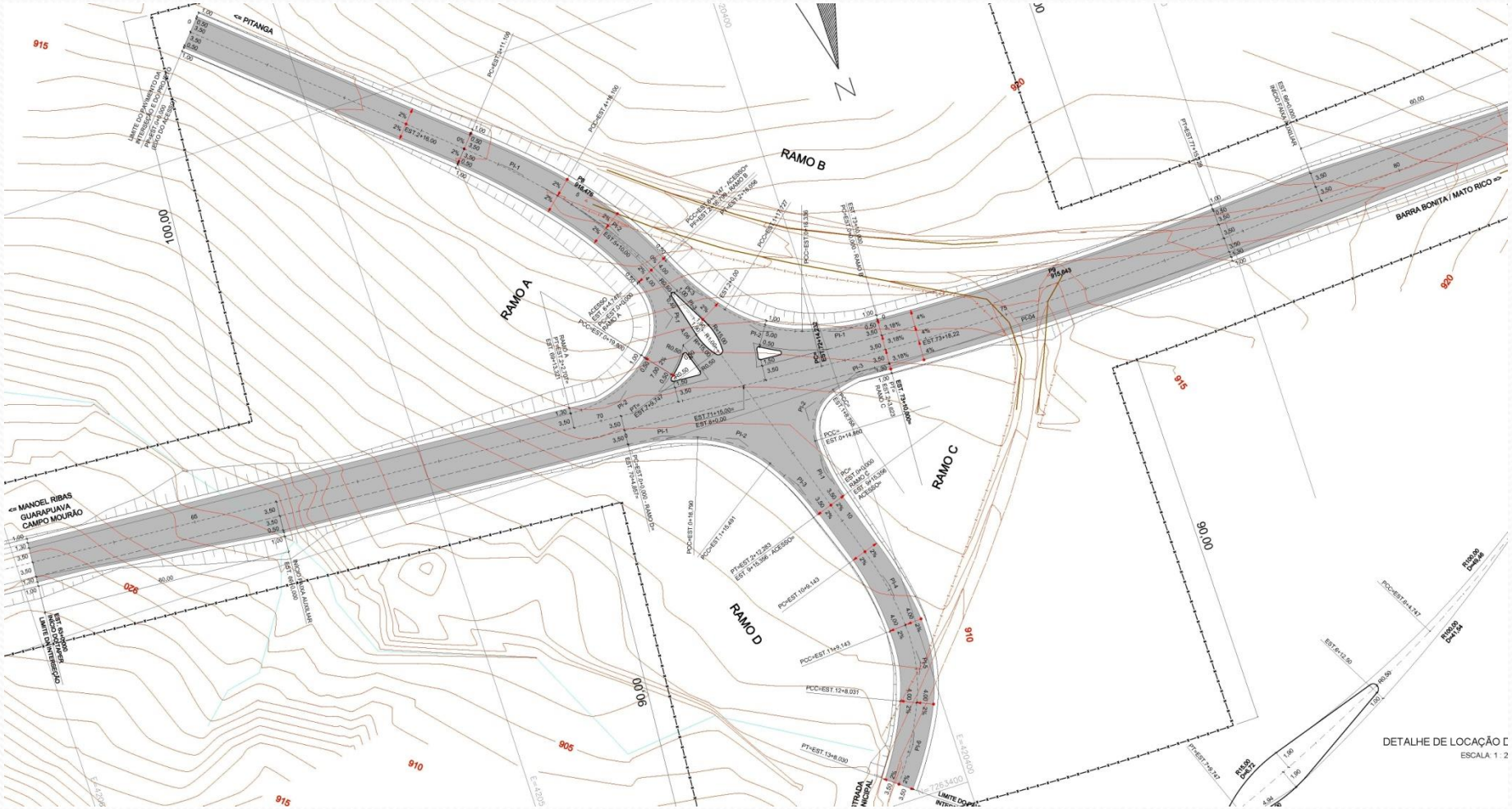


LEGENDA	MATERIAL	ESPECIFICAÇÃO
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - FAIXA "C" (e=0,05)	DER/PR ES-P 21/05
2	IMPRIMAÇÃO	DER/PR ES-P 17/05
3	BRITA GRADUADA SIMPLES (e=0,15)	DER/PR ES-P 05/05
4	BRITA CORRIDA (e=0,20)	DER/PR ES-P 06/05
5	REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO	DER/PR ES-P 01/05

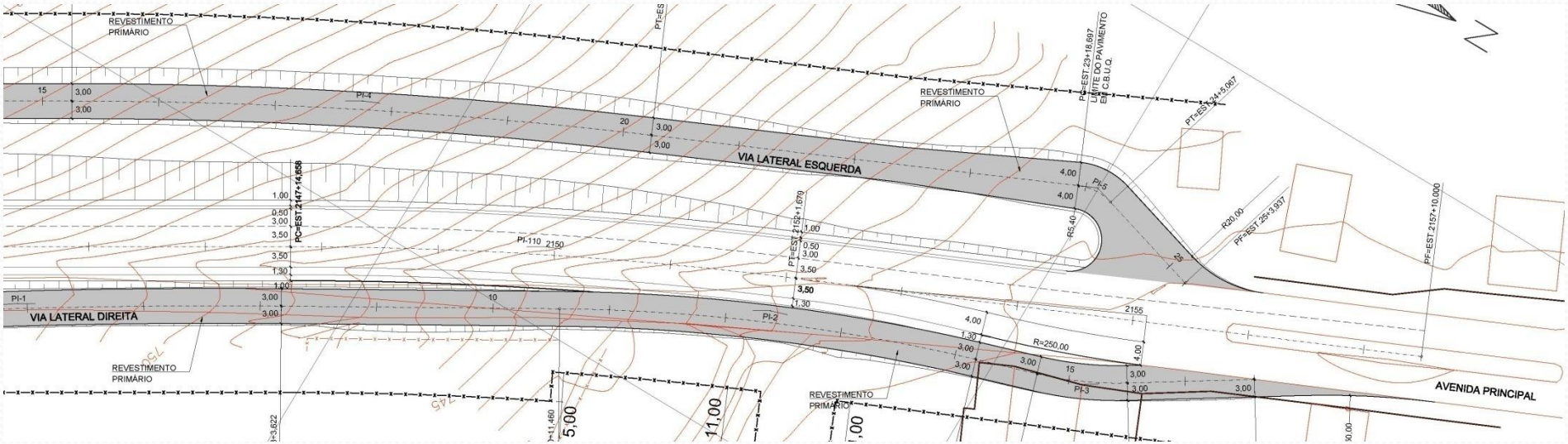
INTERSEÇÃO COM A PRC-466 - PITANGA



INTERSEÇÃO ACESSO PITANGA – ESTRADA EXISTENTE



CONCORDÂNCIA COM A AVENIDA EXISTENTE EM MATO RICO



- Concordância da Avenida em Pista Dupla, com a chegada em 3ª Faixa da Rodovia Implantada.

INTERFERÊNCIAS DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA

- Vibração dos equipamentos;
- Poeira e ruído gerados pela execução da obra;
- Contingenciamento do tráfego;
- Seccionamento de propriedades atingidas;
- Desvio do tráfego para execução da pavimentação.

BENEFÍCIOS DO EMPREENDIMENTO

- Criação de empregos e fomento do comércio e serviços locais;
- Redução considerável do tempo de viagem;
- Aumento do conforto aos usuários da via;
- Redução do custo operacional dos veículos;
- Indução ao desenvolvimento econômico dos municípios;
- Facilidade de escoamento da produção;
- Melhoria no acesso aos serviços de saúde e educação;

CUSTO DA OBRA

RESUMO DO ORÇAMENTO

CANTEIRO DE OBRAS (A)		
ÍTEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**TOTAL**
-	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO (1,5%)	1.208.909,98
	TOTAL (A)	**1.208.909,98**

SERVIÇOS (B)		
ÍTEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**TOTAL**
1.0	TERRAPLENAGEM	30.032.002,51
2.0	PAVIMENTAÇÃO	26.807.192,16
3.0	DRENAGEM E OAC	26.617.993,51
4.0	GALERIAS CELULARES	5.888.613,86
5.0	SINALIZAÇÃO	7.819.948,90
6.0	OBRAS COMPLEMENTARES	9.392.983,84
7.0	FORNECIMENTO DE MATERIAL BETUMINOSO	11.648.558,77
8.0	MELHORIAS AMBIENTAIS	2.683.704,90
	TOTAL (B)	**120.890.998,45**
	TOTAL (A) + (B)	**122.099.908,43**
	TOTAL POR km	**2.829.661,84**

DATA BASE: Setembro/2015 com desoneração (CPRB=4,50%) - REFERENCIAL DE CUSTOS DO DER/PR

Departamento de Estradas de Rodagem

PR-239- PITANGA- MATO RICO

Desapropriação de Imóveis

Desapropriação de Imóveis

Objetivo desta reunião é de apresentar:

- Procedimentos utilizados na Desapropriação de imóveis pelo DER;
- Políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para desapropriação;
- Possiveis medidas compensatórias aos eventuais impactos negativos.

Desapropriação de Imóveis

Público Alvo:

- Proprietários atingidos pelo projeto;

- Proprietários indiretos ou ocupantes (Posseiros, Funcionários Inquilinos ou Comodatários);

"A política do BID estabelece que todos os atingidos pelo empreendimento, sendo proprietários ou ocupantes deverão ter conhecimento dos procedimentos de desapropriação e medidas compensatórias".

INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO PR-239- PITANGA – MATO RICO

- Foram identificadas 218 propriedades atingidas pelo projeto;
- O Projeto ainda não está finalizado portanto é possível que esse número seja alterado;
- Quanto as propriedades atingidas no Distrito de Barra Bonita, está em estudo alternativa para diminuir o número de propriedades atingidas;
- **A previsão de início do processo de desapropriação é janeiro de 2018, enquanto as obras estão previstas para iniciarem em abril de 2018.**

Desapropriação de Imóveis

O que é Decreto de Utilidade Pública (DUP):

- É o ato legal que viabiliza o Estado a efetuar as Desapropriações.

O que é Desapropriação?

- Procedimento onde há transferência para o Estado de propriedade privada ou pública, necessários a implantação ou ampliação do Sistema Rodoviário do Estado, mediante o pagamento de justa indenização ou doação espontânea.

Modalidades de desapropriação

- Com pagamento de Indenização (amigável, judicial e doação);
- Com tratamento de Sócio Vulneráveis.

Fluxograma das Atividades

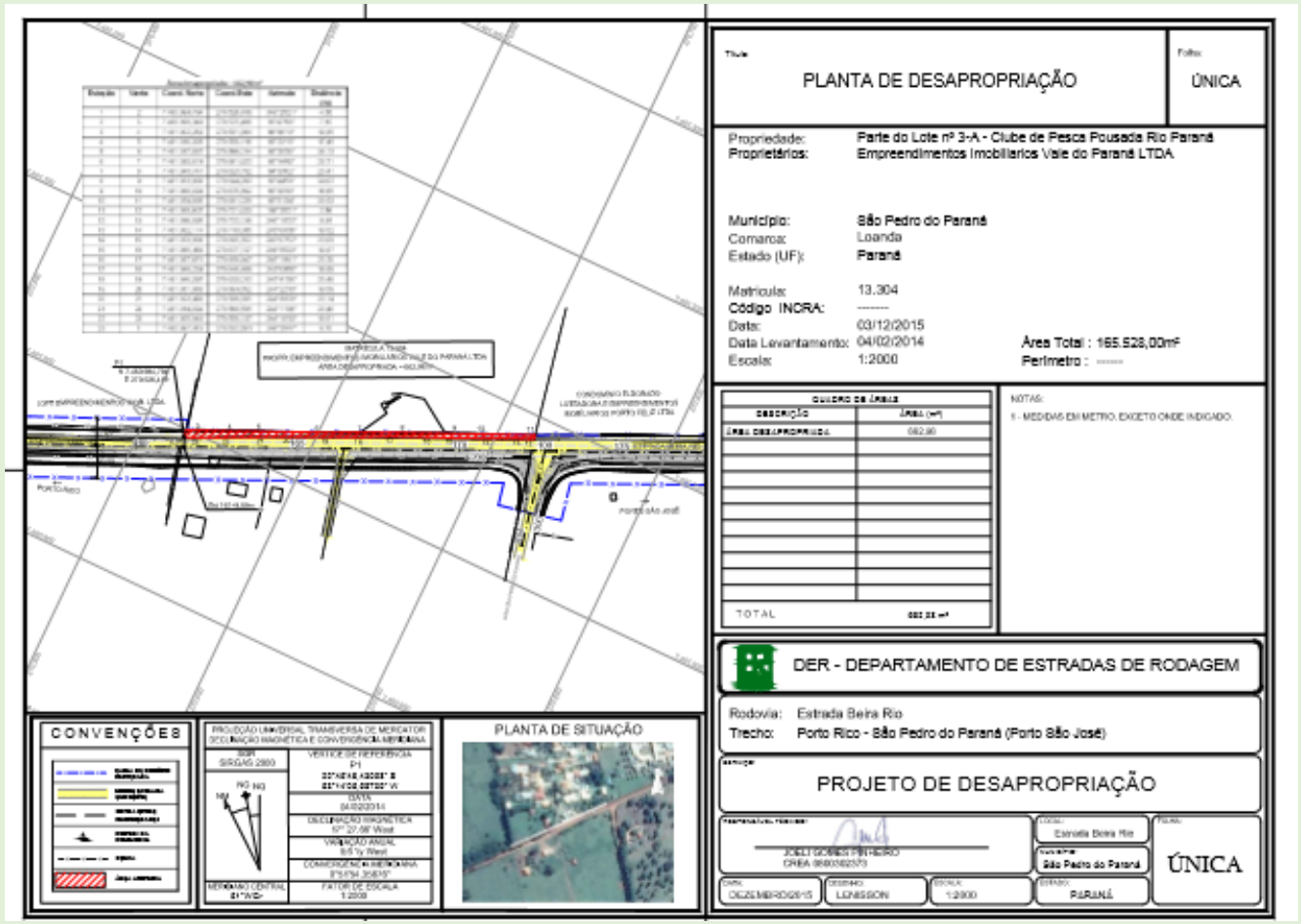
Realização do Projeto de Desapropriação (Empresa Contratada)

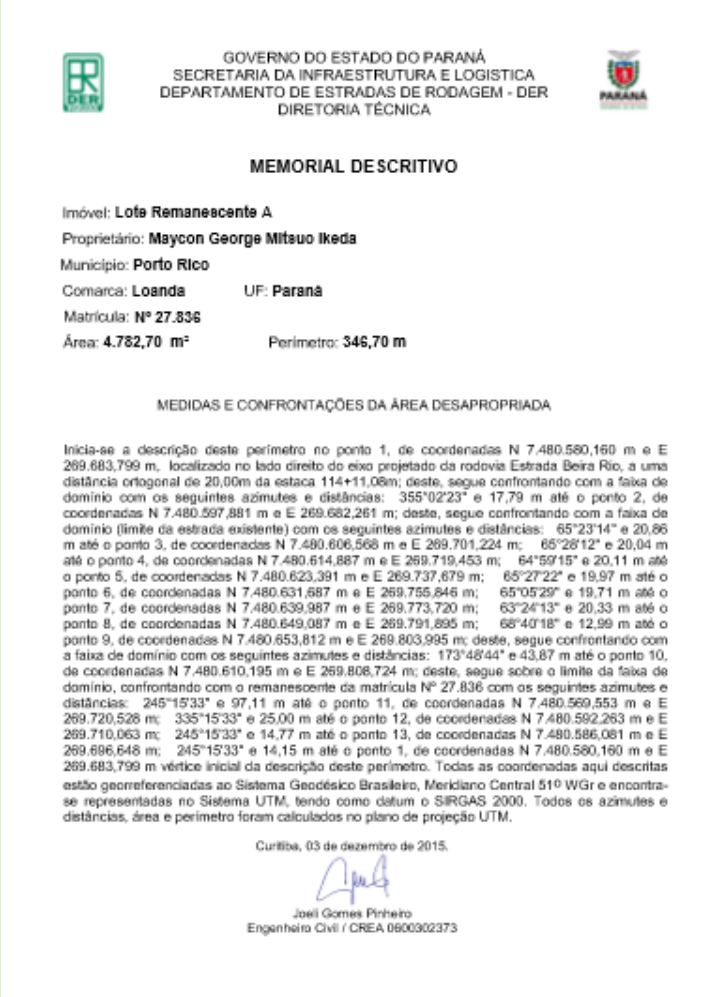
- Identificação das áreas a serem desapropriadas em função do projeto geométrico;
- Levantamento topográfico cadastral da área a ser desapropriada e das Construções e Benfeitorias existentes na área de interesse;
- Cadastramento dos proprietários, solicitação de documentos pessoais e da propriedade;
- Cadastro físico das benfeitorias e coberturas vegetais atingidas;
- Emissão de peças técnicas.

“ Cabe ao DER Fiscalizar e Aprovar as Peças Técnicas”

Desapropriação de Imóveis

Exemplo de planta e memorial descritivo





GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E LOGISTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER
DIRETORIA TÉCNICA

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: **Lote Remanescente A**
Proprietário: **Maycon George Mitsuo Ikeda**
Município: **Porto Rico**
Comarca: **Loanda** UF: **Paraná**
Matrícula: **Nº 27.836**
Área: **4.782,70 m²** Perímetro: **346,70 m**

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA ÁREA DESAPROPRIADA

Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto 1, de coordenadas N 7.480.580,160 m e E 269.683,799 m, localizado no lado direito do eixo projetado da rodovia Estrada Beira Rio, a uma distância ortogonal de 20,00m da estaca 114+11,08m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio com os seguintes azimutes e distâncias: 355°02'23" e 17,79 m até o ponto 2, de coordenadas N 7.480.597,881 m e E 269.682,261 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio (limite da estrada existente) com os seguintes azimutes e distâncias: 65°23'14" e 20,86 m até o ponto 3, de coordenadas N 7.480.606,568 m e E 269.701,224 m; 65°28'12" e 20,04 m até o ponto 4, de coordenadas N 7.480.614,887 m e E 269.719,453 m; 64°59'15" e 20,11 m até o ponto 5, de coordenadas N 7.480.623,391 m e E 269.737,679 m; 65°27'22" e 19,97 m até o ponto 6, de coordenadas N 7.480.631,687 m e E 269.755,846 m; 65°05'29" e 19,71 m até o ponto 7, de coordenadas N 7.480.639,987 m e E 269.773,720 m; 63°24'13" e 20,33 m até o ponto 8, de coordenadas N 7.480.649,087 m e E 269.791,895 m; 68°40'18" e 12,99 m até o ponto 9, de coordenadas N 7.480.653,812 m e E 269.803,995 m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio com os seguintes azimutes e distâncias: 173°48'44" e 43,87 m até o ponto 10, de coordenadas N 7.480.610,195 m e E 269.808,724 m; deste, segue sobre o limite da faixa de domínio, confrontando com o remanescente da matrícula Nº 27.836 com os seguintes azimutes e distâncias: 245°15'33" e 97,11 m até o ponto 11, de coordenadas N 7.480.569,553 m e E 269.720,528 m; 335°15'33" e 25,00 m até o ponto 12, de coordenadas N 7.480.592,263 m e E 269.710,063 m; 245°15'33" e 14,77 m até o ponto 13, de coordenadas N 7.480.586,081 m e E 269.696,648 m; 245°15'33" e 14,15 m até o ponto 1, de coordenadas N 7.480.580,160 m e E 269.683,799 m vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51º WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Curitiba, 03 de dezembro de 2015.

Joeli Gomes Pinheiro
Engenheiro Civil / CREA 0600302373

Desapropriação de Imóveis

Cálculo de valores da indenização e negociação (DER)

- Designação da Comissão Técnica/Jurídica de Avaliação, pelo Diretor Geral do DER;
- Detalhamento das informações cadastrais;
- Realização do cálculo dos valores de indenização, seguindo as Normas da ABNT;
- Apresentação dos Laudos de Avaliação aos Proprietários e Negociação;
- Apresentação das medidas compensatórias.

Obs.: Cada propriedade será avaliada individualmente.

Instrução dos processos de Desapropriação

Processo Administrativo (Concordância)

- Peças técnicas
- Laudo de Avaliação
- Termo de concordância assinado pelo proprietário
- Homologação junto ao Conselho
- Escrituração, pagamento e Registro

Processo de Doação

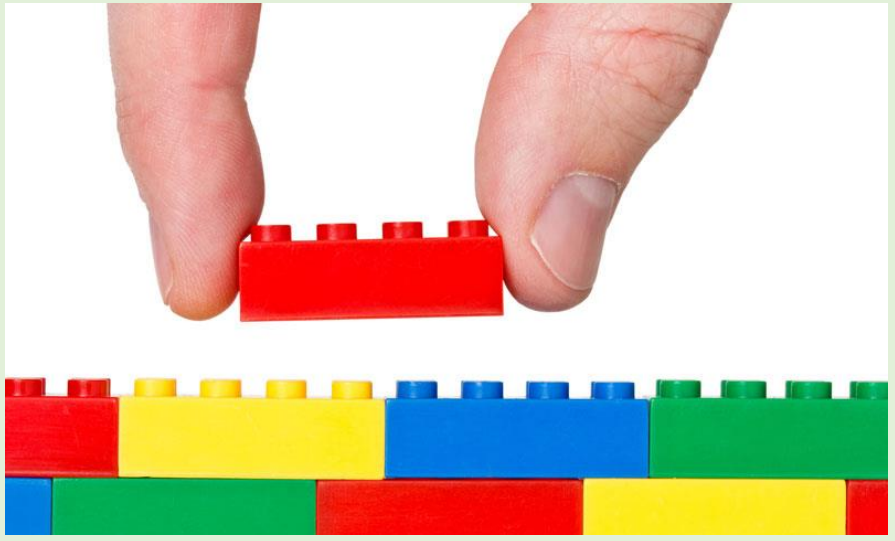
- Peças técnicas
- Temo de Doação assinado pelo proprietário (com ou sem condicionantes)
- Escrituração e Registro

Processo Judicial (Não Concordância)

- Peças técnicas
- Laudo de Avaliação DER
- Não concordância pelo proprietário
- Encaminhamento do processo á Procuradoria Geral do Estado
- Depósito em Juízo

Levantamento Socioeconômico (Empresa Contratada ou DER)

- Preenchimento do questionário socioeconômico com os proprietários e ocupantes;
- Análise dos dados e preparação do plano de desapropriação(DER);
- Construção da Linha de Base Social para a compreensão dos impactos socioeconômicos decorrentes do empreendimento.



Construção de Linha de Base Social (DER)

- Estabelecimento de um perfil das partes interessadas e identificação de grupos vulneráveis que demandem ações específicas (relacionamento e engajamento);

- Definição dos impactos e dos riscos, implementação de medidas de gestão para garantir maximização dos impactos positivos e minimização dos impactos negativos e dos riscos decorrentes do Projeto;

- Acompanhamento do histórico de relacionamento com as partes interessadas ao longo de todas as etapas do projeto.

Matriz de Compensação

- A matriz de compensação representa as compensações que poderão ser ofertadas aos grupos classificados pelo perfil socioeconômico.
- As categorias de afetados são distribuidas de acordo com a localização, sendo rural ou urbano. Quanto ao perfil dos afetados podem ser proprietários, posseiros, arrendatários ou inquilinos. Também são considerados os percentuais de atingimento das propriedades, se total ou parcial e se vulnerável ou não vulnerável.

Matriz de Compensação

- Com a caracterização do perfil dos afetados são definidas quais políticas de atendimento serão propostas para cada grupo.

Para todas as categorais de propriedades, quando cabíveis			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Proprietários, posseiros, arrendatários e inquilinos	Total/ Parcial	Todas	Melhorias no acesso a propriedade, Relocação ou execução de cercas, Execução de muros de contenção evitando maiores desapropriações e preservando benfeitorias, Execução de terraplenagem na área remanescente da propriedade para auxílio na relocação das benfeitorias atingidas.

Matriz de Compensação

Imóveis Rurais			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Proprietários,	Total	Subsistência	Indenização da terra, benfeitorias e culturas, Auxilio Mudança Aconselhamento imobiliário, Inscrição em programas sociais quando for o caso Monitoramento das condições socioeconômicas
Proprietários,	Total	Comercial	Indenização da terra, benfeitorias e culturas, Auxilio Mudança

Matriz de Compensação

Imóveis Rurais			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Posseiro	Total	Subsistência	Indenização das benfeitorias e culturas, Auxilio regularização no Registro de imóveis quando o mesmo já estiver escriturado Auxilio Mudança Aconselhamento imobiliário, Inscrição em programas sociais quando for o caso Monitoramento das condições socioeconômicas
Posseiro	Total	Comercial	Indenização, benfeitorias e culturas, Auxilio regularização no Registro de imóveis quando o mesmo já estiver escriturado Auxilio Mudança

Página 1

Matriz de Compensação

Imóveis Urbano Uso Residencial			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Proprietários	Total	Residência	Indenização do lote e construções,
Proprietários - Vulneráveis	Total	Única Residência	Indenização do lote e construções, Reassentamento, Auxilio mudança, compra do novo imóvel assistida, Inscrição em programas sociais quando for o caso, Monitoramento das condições socioeconômicas,

Matriz de Compensação

Imóveis Urbano Uso Residencial			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Posseiro	Total	Residência	Indenização pelo custo de reposição da área afetada do imóvel Auxilio regularização no Registro de imóveis quando o mesmo já estiver escriturado Auxilio reconstrução
Posseiro- Vulnerável	Total	Residência	Indenização pelo custo de reposição da área afetada do imóvel Auxilio regularização no Registro de imóveis quando o mesmo já estiver escriturado Auxilio Mudança Aconselhamento imobiliário, Inscrição em programas sociais quando for o caso Monitoramento das condições socioeconômicas

Matriz de Compensação

Imóveis Urbanos de uso Comercial ou Misto			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Proprietário	Total	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização do lote e Contruções, Indenização do lucro cessante,
Proprietário	Parcial	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização da área e Contruções Atingidas, Indenização do lucro cessante,
Categoria	**Atingimento**	**Utilização**	**Política de Atendimento**
Proprietário- Vulnerável	Total	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização do lote e Contruções, Indenização do lucro cessante, Reassentamento se necessário , Auxilio mudança, compra do novo imóvel assistida, Inscrição em programas sociais quando for o caso, Monitoramento das condições socioeconômicas,

Matriz de Compensação

Imóveis Urbanos de uso Comercial ou Misto			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Proprietário	Total	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização do lote e Contruções, Indenização do lucro cessante,
Proprietário	Parcial	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização da área e Contruções Atingidas, Indenização do lucro cessante,
Categoria	**Atingimento**	**Utilização**	**Política de Atendimento**
Proprietário- Vulnerável	Total	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização do lote e Contruções, Indenização do lucro cessante, Reassentamento se necessário , Auxilio mudança, compra do novo imóvel assistida, Inscrição em programas sociais quando for o caso, Monitoramento das condições socioeconômicas,

Matriz de Compensação

Imóveis Urbanos de uso Comercial ou Misto			
Categoria	Atingimento	Utilização	Política de Atendimento
Posseiro	Parcial	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização pelo custo de reposição da área afetada do imóvel, Indenização do lucro Cessante, Auxilio regularização no Registro de imóveis quando o mesmo já estiver escriturado, Auxilio reconstrução,
Posseiro - Vulnerável	Parcial	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização pelo custo de reposição da área afetada do imóvel, Indenização do lucro Cessante, Auxilio regularização no Registro de imóveis quando o mesmo já estiver escriturado, Auxilio reconstrução, Inscrição em programas sociais quando for o caso, Monitoramento das condições socioeconômicas,
Inquilinos/Cedidos	Total ou Parcial	Comercial/ Prestação de Serviços ou Misto	Indenização do lucro cessante, Ressarcimento do valor de aluguel por 3 meses, Ajuda Mudança, Inscrição em programa social quando for o caso,

LISTA DE PRESENÇA CONSULTA PÚBLICA COM OS PROPRIETÁRIOS ATENGIDOS PELO PROJETO DE PITANGA - MATO RICO				
DATA: 04 DE JULHO DE 2017		HORÁRIO: 15h00		
NOME DO PROPRIETÁRIO	NOME LEGÍVEL DO PARTICIPANTE	RELAÇÃO COM O PROPRIETÁRIO	RG	ASSINATURA
Amilton Monteiro			[redacted]	
Everaldo Guimarães Padilha				
José Carlos da Silva Gonçalves				
Marcia Regina de Carvalho				
Vanderlei Monteiro				
Acir				
Acir Mendes da Silva				
Adão Sokoloski	Orlando Sokoloski	filho		
Ademir Vicente Schroeder				
Adriano Bednartchuk	Adriano Bednartchuk	Proprietário		
Adriano Bispo de Oliveira - Faz. Presidente				
Agenor Cirino				
Airton Falenski	Airton Falenski	Proprietário		Airton Falenski
Airton Gonçalves Pereira				
Alberto Emilio Geibel	Lourivaldo Geibel	Proprietário		Lourivaldo Geibel
Alcebiades Batista				
Alceu Dalsanto				
Amadeu Cordeiro de Souza, Romildo Cordeiro de Souza Primo, Marlene Aparecida Cordeiro Padilha, Amilton Cordeiro de Souza, Teresa Cordeiro de Souza, João Maria Cordeiro de Souza, Isabel Cordeiro de Souza e Antoninho Cordeiro de Souza				
Amadeu Santiago do Espirito Santo				
Amilcar Cordeiro Texeira	Amilcar Cordeiro Teixeira	Proprietário		
Angenor Renauer				
Anibal da Costa e Nivaldo Antunes da Costa	Anibal da Costa	Proprietário		não alfabetizado
Anselmo Luis Sfaciote - Faz. Esplanada				
Antenor Pinto Velozo				
Antenor Rodrigues				
Antonio Bueno e Antenor Renauer	Nilson J. Bueno	Filho		Nilson

LISTA DE PRESENÇA CONSULTA PÚBLICA COM OS PROPRIETÁRIOS ATENGIDOS PELO PROJETO DE PITANGA - MATO RICO				
DATA: 04 DE JULHO DE 2017			HORÁRIO: 15h00	
NOME DO PROPRIETÁRIO	NOME LEGÍVEL DO PARTICIPANTE	RELAÇÃO COM O PROPRIETÁRIO	RG	ASSINATURA
Antonio Chalico			[redacted]	
Antonio Lara dos Santos	Antonio Lara dos Santos			Antonio
Antonio Marcon	Antonio Marcon			Antonio Marcon
Antonio Marcos Vaz				
Antonio Ramos	Antonio Ramos	Proprietario		Antonio Ramos
Aparecida da Graça Vaz				
Aparecido Vicente				
Aquiles Alves Ferreira e Daniel Ferreira Carvalho				
Ari Ferreira				
Ari Renauer				
Atanazio Repula e Marta Terezinha Repula				
Aurora de Fatima Zagulski				
Avelino Kulkamp e Nelson Kuehlkamp	Elton Avelino Kulkamp	Filho		Elton A Kulkamp
Azelio Scheliga e Eduardo Cheliga				
Azilio Machado				
Belarmino Santiago do espirito Santo				
Braz Santana Ferreira				
Carlos Augusto Budack	Carlos Augusto Budack	Proprietário		Carlos A Budack
Carlos Cedorak, Natalia Cedorak Sobrinha, Deonizio Cedorak, Olga Cedorak, Ana Lucia Cedorak, Veronika Cedorak, Cecilia, Pedro Cedorak, Antonio Cedorak e Julia Cedorak Forekevoz				
Carlos Renato Marcondes Pereira				
Carmem Gomes Gonçalves				
Cassiano Antunes da Costa	x José Antunes da costa	Filho		José Antunes da costa
Claudio Cirino e Valdirene Cirino				
Claudio Gonçalves				
Colégio Estadual Zélio Dziubate				
Darcilio Cordeiro				
Dejaime Cardoso Pereira	Dejaime Cardoso Pereira	Proprietario		

LISTA DE PRESENÇA CONSULTA PÚBLICA COM OS PROPRIETÁRIOS ATENGIDOS PELO PROJETO DE PITANGA - MATO RICO				
DATA: 04 DE JULHO DE 2017		HORÁRIO: 15h00		
NOME DO PROPRIETÁRIO	NOME LEGÍVEL DO PARTICIPANTE	RELAÇÃO COM O PROPRIETÁRIO	RG	ASSINATURA
Dejanil Renauer Crespin	Dejanil R crespin		[redacted]	Dejanil R crespin
Dimarilde Furquim Pereira	Dimarilde Furquim Pereira	Proprietaria		Dimarilde Furquim
Dinis Crensiglova	Dinis Crensiglova			Dinis Crensiglova
Edson Aluizio Vieira Cleve				
Eleandro Marcon	Eleandro marcon	Proprietario		
Elena Ribeiro				
Eloi Zagulski e Lidia Zagulski Stadler	Eloi Zagulski	Proprietario		Eloi Zagulski
Elsa Vidal				
Elso José Zuconelli				
Emilia Bosch de Abreu	Emilia Boschen de Abreu	esposa		
Eroslau Tkaczuk	Eroslau Tkaczuk	Proprietario		
Estefano Lodinski				
Estela Onicko				
Evair Cano				
Evaldo Repula				
Evilásio Alves Tavares	Evilásio Alves Tavares	Proprietario		
Ezequiel da Silva Brito				
Eziquiel Ferreira de Paula				
Felix Oniczko	Felix Oniczko	Proprietário		Felix Oniczko
Fernanda Dante MIRANDA	Fernanda Dante Miranda	Proprietária		
Florindo Seguro	Florindo S. Sobicko	Proprietário		Florindo S. Sobicko
Franciele Santos				
Geraldo Zatesko				
Gilmar Bednarchuk				
Gilmar Ferneda				
Helio Iagla		Proprietário		
Helio Zagulski				
Igreja Assembléia de Deus				
Igreja Católica				
Ilda Mareiniak				
Israel Ferro e Tereza Ferro Becher				
Ivo Alves da Silva				
Jaime Kraiczy	Izabel C. M. Kraiczy	esposa		Izabel C. M. Kraiczy
Jair Claudino				

LISTA DE PRESENÇA CONSULTA PÚBLICA COM OS PROPRIETÁRIOS ATENGIDOS PELO PROJETO DE PITANGA - MATO RICO				
DATA: 04 DE JULHO DE 2017			HORÁRIO: 15h00	
NOME DO PROPRIETÁRIO	NOME LEGÍVEL DO PARTICIPANTE	RELAÇÃO COM O PROPRIETÁRIO	RG	ASSINATURA
Jéssica Silveira			[redacted]	
Joana Fragoso Gregzigonski				
João Antunes da Costa e Pedro Lopes				
João Aparecido Mendes				
João Cosme				
João Costa Rosa				
João dos Santos				
João Iagla				
João Krokos Deron	João Krokos Deron			
João Luiz Dante	João Luiz Dante	Proprietario		
João Maria de Lara e Espólio de Dinarte Ponciano de Lara	João Maria de Lara	Proprietario		João Maria de Lara
João Maria dos Santos				
João Maria Jungles				
João Maycon Chiguera				
João Nogueira				
João Pilz, Valdir Pilz e Beato Cropolato				
João Rubens Gaissler Wolff				
Jonas Crensiglova				
Josafat Cedorak				
Josafat Korchak	Josafat Korchak	Proprietario		Josafat Korchak
José Alves Machado				
José Batista	José Batista	Proprietario		José Batista
José Becher	Gislaine Becher	filha		Gislaine Becher
José Boroski	José Boroski	Proprietario		José Boroski
José Candido				
José Carlos da Silva Gonçalves				
José Claudio Pereira				
José Correia				
José Daniel Gomes e outros				
José dos Santos				
José Goronzi e José Buczak	José Buczak	Proprietario		José Buczak
José Medeiros	José Medeiros	Proprietario		José Medeiros
José Oniczko				

LISTA DE PRESENÇA CONSULTA PÚBLICA COM OS PROPRIETÁRIOS ATENGIDOS PELO PROJETO DE PITANGA - MATO RICO				
DATA: 04 DE JULHO DE 2017		HORÁRIO: 15h00		
NOME DO PROPRIETÁRIO	**NOME LEGÍVEL DO PARTICIPANTE**	**RELAÇÃO COM O PROPRIETÁRIO**	**RG**	**ASSINATURA**
José Stipp, Leonardo Ferreira, Eletrosul Centrais Eletricas S/A e Artemis	Vilson José martins	neto	[redacted]	Vilson José Martins
José Vanderlei de Moura			[redacted]	
Josefa Francoso	Jozefa dos santos		[redacted]	Jozefa dos santos
Josmar Bosch			[redacted]	
Juarez Estachiv e Jaime Kraiczy	Juarez Estalle		[redacted]	Juarez Estalle
Juliano Dante	Fernanda Dante Miranda	Irmã	[redacted]	Fernanda
Julio Klentigova			[redacted]	
Lidio Butik, Paulo Butik e Juliana Butik	Lidio Butik	Proprietário	[redacted]	Lidio Butik
Luana Setni	Luana Setni	filha	[redacted]	Luana Setni
Lucelia Zagulski			[redacted]	
Luis Arnaldo Buchmann			[redacted]	
Luis Bednarchuk	Luis Bednarchuk	Proprietário	[redacted]	Luis Bednarchuk
Luis Madureira			[redacted]	
Luiz Carlos Ortiz			[redacted]	
Luiz Rodrigues			[redacted]	
Maisa Caldas da Silva Gnoato			[redacted]	
Manoel Batista da Silva			[redacted]	
Marcio Antonio Fontini - Rancho Pirangu			[redacted]	
Maria Aparecida Duarte			[redacted]	
Maria do Carmo dos Santos	Maria do Carmo dos Santos	Proprietaria	[redacted]	Maria do carmo dos santos
Maria Elizio dos Santos			[redacted]	
Maria Otacilia de Rezende			[redacted]	
Mario Sokoloski	Mario Sokoloski	Proprietario	[redacted]	Mario Sokoloski
Mariza Stipp Floriano e João Maycon Chiguera			[redacted]	
Marlene Hori			[redacted]	
Maurilio Zagulski	Maurilio Sogulski	Proprietário	[redacted]	Maurilio Sogulski
Miguel Buczak	Miguel Buczak	Proprietario	[redacted]	Miguel Buczak
Miguel Lenartovicz			[redacted]	
Miroslau Zatesko			[redacted]	
Moises Martins da Silva			[redacted]	
Nelson Schimiloski			[redacted]	
Nerli Ramos	Nerli Ramos	Proprietaria	[redacted]	Nerli Ramos Teixeira

LISTA DE PRESENÇA CONSULTA PÚBLICA COM OS PROPRIETÁRIOS ATENGIDOS PELO PROJETO DE PITANGA - MATO RICO				
DATA: 04 DE JULHO DE 2017			HORÁRIO: 15h00	
NOME DO PROPRIETÁRIO	**NOME LEGÍVEL DO PARTICIPANTE**	**RELAÇÃO COM O PROPRIETÁRIO**	**RG**	**ASSINATURA**
Nery Renauer			[redacted]	
Neudes Iagla	Neudes Iagla	Proprietário		
Nicolau Schavaren				
Nildo Luzia Floriano e Ivai Engenharia de Obras S/A				
Nilso Geraldo Freitas				
Nivaldo Antunes da Costa				
Odacir Correia				
Olga ~~Silva Batista~~ Luiz Batista	Onaulson Batista	Proprietario		
Orlei Monteiro				
Osvaldo Miranda				
Osvaldo Soltoski				
Ozair Guimarães Padilha				
Paulino de Lucca - Faz. Araguaia				
Paulo Cesar Torres e outros				
Pedro da Luz				
Pedro Sergio da Luz Veiber				
Pedro Vitorino da Rocha				
Petrobras				
Prefeitura Municipal de Pitanga				
Prefeitura Municipal de Pitanga - Cemitério				
Prefeitura Municipal de Pitanga - Posto de Saúde				
Reinaldo Butik	Reinaldo Butik	proprietário		Reinaldo Butik
Renata Maria do Nascimento				
Renato Luiz Michalak				
Roberto Zocante				
Rosa Clara Senz				
Rosalina Kulkamp Bereza, Benicio Kilhkamp e Bertolino Kuehlkamp				
Roselene Loback Ferman de Asunção				
Samuel Zagulski	Samuel Zagulski	Proprietário		Samuel Zagulski
Sebastiana				
Sebastiana Gonçalves da Costa				

LISTA DE PRESENÇA CONSULTA PÚBLICA COM OS PROPRIETÁRIOS ATENGIDOS PELO PROJETO DE PITANGA - MATO RICO				
DATA: 04 DE JULHO DE 2017			HORÁRIO: 15h00	
NOME DO PROPRIETÁRIO	NOME LEGÍVEL DO PARTICIPANTE	RELAÇÃO COM O PROPRIETÁRIO	RG	ASSINATURA
Sebastião dos Santos			[redacted]	
Sebastião Monteiro	Jaqueline Monteiro	Proprietario		Jaqueline Monteiro
Sebastião Soares Marcondes	Sebastião Soares Marcondes	Proprietario		Sebastião Soares Marcondes
Sebastião Torres				
Silmar Cardoso dos Santos	Silmar Cardoso dos Santos	Proprietario		[illegible]
Theoalmo Arlindo Bornholdt				
Theodózio Bugdanovicz				
Tomaz Polniak				
Valcilio Swivenar				
Valdeci Bosch				
Valdemar Seguro				
Valdir Boschen				
Valdomiro Falenski				
Valfrido de Castro e José Alves Machado	Valfrido de Castro	Proprietario		Valfrido de Castro
Valter Bochen	Valter Bochen	Proprietário		Valter Bochen
Varcilio Zatesko				
Vicente Desibate				
Vicente Oniczko	Vicente Oniczko	Proprietario		[illegible]
Vicente Scheliga				
Vilarino Catelli				
Vilmar Stippa	[illegible]	Sitio		[illegible]
Vilson José Martins	Vilson José Martins	Proprietario		Vilson José Martins
Vitor Stipp e José de Lara				
Walmor Stipp	Walmor Stipp	Proprietario		Walmor Stipp

LISTA DE PRESENÇA CONSULTA PÚBLICA COM OS PROPRIETÁRIOS ATENGIDOS PELO PROJETO DE PITANGA - MATO RICO

DATA: 04 DE JULHO DE 2017 **HORÁRIO: 15h00**

NOME DO PROPRIETÁRIO	NOME LEGÍVEL DO PARTICIPANTE	RELAÇÃO COM O PROPRIETÁRIO	RG	ASSINATURA
Jeovaz Estochiv	Helena M. d. Estochiv		[redacted]	Helena M. d. Estochiv
BELARMINO SANTHIAGO	BELARMINO SANTHIAGO	FILHO		
ELOINA VAS RENAUER	LEONIDES RENAUER	FILHO		
VALDECIR RUFATTO	VALDECIR RUFATTO			
VALDECIR RUFATTO	CARLOS EDUARDO SEDOT	FILHO		Carlos Eduardo Sedot
AMELIA DE FATIMA POLNIAK	ALZIRO CANDIDO MACHADO	9.838970.9		
JOÃO COSTA ROSA	JUSTINO GONCALVES	GENRO		Justino Gonçalves
ACIR MENDES DA SILVA	MARILDA MENDES DA SILVA	IRMÃO		
ACIR MENDES DA SILVA	ERCICIA MENDES DA SILVA	MÃE		
ACIR MENDES DA SILVA	CELI MENDES DA SILVA	IRMAN		
JOZIR BEREZA	JOZIR BEREZA			
ANTONIO DOS SANTOS	ROSA DOS SANTOS	ESPOSA		
MARIA DO CARMO	CLEUNI DOS SANTOS	FILHA		
LUIZ CARLOS ORILE	ACIR BALDUINO COLACO	CAZEIRO		
VANDERLEI SOBIESKI	MARILZA POLNIAK MICHAKI	ESPOSA		
CLAUDECIR GONCALVES	JOSIMARA MARTINES DOS SANTOS	ESPOSA		
EMILIA BUSLMEY	IDAVINO P DE ARREU	ESPOSO		
MARCILIO CORDEIRO	JOSE CORREIRO	FILHO		
JOEL BRAS COSTA	IRACEMA DA LUZ COSTA ROSA	ESPOSA		
PEDRO DA LUZ	CLAUDETE AP. SILVEIRA DA LUZ	ESPOSA		
JOEL BRAS COSTA ROSA		PROPIETARIO		
JOÃO CARLOS NOGUEIRA	PAULO H DA SILVA NOGUEIRA	FILHO		
ACIR JUNGLES	ANDREI JUNGLES	FILHO		
SEBASTIÃO MONTEIRO	OFLEI MONTEIRO	FILHO		
MAGLI CARDOSO SOARES	ELAIR VIDAL DOS SANTOS	ESPOSO		
HOLANDA DELGADO		PROPIETARIO		
MARLENE HUREN	VALDIR KLUESKI	FILHO		Valdir Klueski
AVELINO KUCAMP	MARCOS JOSE CEDORAK	CONDOMINIO		
JOSE GORONZI		PROPIETARIO		
AVELINO KUCAMP	MARCO JOSE CIMINO CUSTODIO	AMIGO		
TOMAZ POLNIAK	IVO DE SOUZA	FILHO		
SEBASTIÃO DOS SANTOS	ANDERSON DOS SANTOS	FILHO		
JOSE MENEIROS	MARIA DE JESUS MENEIROS	FILHA		
LUCIANO ANTUES	JOSE ADÃO PIRSEN	GENRO		

LISTA DE PRESENÇA CONSULTA PÚBLICA COM OS PROPRIETÁRIOS ATENGIDOS PELO PROJETO DE PITANGA - MATO RICO

DATA: 04 DE JULHO DE 2017 **HORÁRIO: 15h00**

NOME DO PROPRIETÁRIO	NOME LEGÍVEL DO PARTICIPANTE	RELAÇÃO COM O PROPRIETÁRIO	RG	ASSINATURA
35 ELMA MARINAK	EDUARDO EUCAMIE	ESPOSO	[redacted]	
36 DINIS CRENSIGLOVA	ANA FLAVIA CRENSIGLOVA	FILHA	[redacted]	
37 ESTAFANE COPINSKI	FLAVIO COPINSKI	FILHO	[redacted]	
38 ORLANDO JUSTINO	CRISTIANE SCINSKAS	INQUILINA	[redacted]	
39 HELIO ZAQUIKI	ANGELO ZAQUIKI	12.333.723-3	[redacted]	
40 HELIO IAGLA	HECOM IAGLA	FILHO	[redacted]	
41 ANTONIO F BUENO	NILSON F BUENO	FILHO	[redacted]	

LISTA DE PRESENÇA CONSULTA PÚBLICA COM OS PROPRIETÁRIOS ATENGIDOS PELO PROJETO DE PITANGA - MATO RICO

DATA: 04 DE JULHO DE 2017 **HORÁRIO: 15h00**

	NOME DO PROPRIETÁRIO	NOME LEGÍVEL DO PARTICIPANTE	RELAÇÃO COM O PROPRIETÁRIO	RG	ASSINATURA
1	Antenor Pinto Veloso	Antenor Pinto Veloso	Proprietario	[redacted]	Antenor Pinto Veloso
2	Rosana marcon	Rosana marcon	Esposa		Rosana Marcon
14	Lodomiro prohnin	Lodomiro Prohnin	Proprietario		Lodomiro Prohnin
15	Joaquim de Jesus Rosa	Joaquim de Jesus Rosa	Proprietario		
16	Claudecir Gonçalves	Claudecir Gonçalves	Proprietario		
17	Adriano A. Flora da Silva	Jleanice	Proprietaria		Jleanice C.C.
18	Odair martins	Odair martins	Proprietario		
12	JORGE PITTNER	JORGE PITTNER	VELEADOR		
3	Andri Luiz de Oliveira	Andri Luiz de Oliveira	Vendedor		Andri Luiz de Oliveira
		Sidnei Paulista	Chefe gabinete		Sidnei Paulista

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO- DER/PR	Numero Cadastro

1) IDENTIFICAÇÃO DO CADASTRADOR

Nome completo:	Data entrevista

2) EMPREENDIMENTO

Rodovia	Trecho

Subtrecho

3) IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

Nome da Propriedade	
Endereço Completo	Município / UF

Localização	Matrícula / CRI	Condição do imóvel
( ) Urbano		**( ) Próprio ( ) Alugado ( ) Cedido**
( ) Rural		**( ) Outros:**

Forma de acesso à propriedade (Especificar):

4) IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO

Nome do proprietário	Telefone
Endereço Completo	Município / UF

5) IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome	Telefone
Endereço Completo	Município / UF

Qual o vínculo do entrevistado com o imóvel?

( ) Proprietário ( ) Trabalha / Reside ( ) Somente trabalha

( ) Não é proprietário ( ) Somente reside ( ) Familiar do proprietário

( ) Outro. Especificar

6) IMPACTOS DO EMPREENDIMENTO SOBRE A PROPRIEDADE

( ) Desapropriação de parte da propriedade. Quantos % (estimativa)? _____	( ) A propriedade continuará vizinha à rodovia (após a pavimentação / demais melhorias.
( ) Seccionamento da propriedade.	( ) Os acessos à propriedade serão alterados durante as obras.
( ) Desapropriação total da propriedade.	( ) Os acessos à propriedade serão alterados devido ao projeto.
( ) Deslocamento de benfeitorias.	( ) Sem informação preliminar.
( ) Deslocamento de edificações.	

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO- DER/PR **Aplicação para uso predominante ou exclusivamente Residencial e/ou Misto**	Numero Cadastro

6) IMPACTOS DO EMPREENDIMENTO SOBRE A RESIDENCIA

( ) A única residencia da família será desapropriada

( ) A residencia principal da família será desapropriada

( ) A residencia secundária da família será desapropriada

( ) A família mora em residência alugada que será desapropriada.

( ) A família mora em residência do empregador que será desapropriada.

7) USOS DA PROPRIEDADE

7.a) Quais são os usos da propriedade:

( ) Predominantemente ou exclusivamente moradia e/ou uso misto
( ) Predominantemente ou exclusivamente agricultura para autossustento
( ) Predominantemente ou exclusivamente agricultura comercial Área cultivave( )ha
( ) Predominantemente ou exclusivamente serviço/comercio para autossustent nº Funcionários
( ) Predominantemente ou exclusivamente manufatureira / artesanal individual ou coletiva nº Funcionários
( ) Predominantemente ou exclusivamente comercio ou atividade industrial de carater lucrativo /empresarial com estabelescimento de vinculos empregatícios **nº Funcionários**
( ) Outros usos. Especificar.

7.b) Na propriedade existem edificações:

( ) Sim. Quantas? _____ ( ) Não.

Quais tipos?

7.c) A(s) edificações (ões) pesquisada (s) encontra-se:

( ) Às margens de córrego / rio em situação de risco.

( ) Ao lado de lixões / aterros sanitários / valas de esgoto.

( ) Com rachaduras e/ou risco de desabamento.

( ) Em boas condições de conservação.

( ) Outros. Especificar_____

8. QUESTÕES E PROBLEMAS DA PROPRIEDADE

8.a) Quais as principais dificuldades enfrentadas atualmente na propriedade?

( ) A propriedade não enfrenta dificuldades ou problemas.

( ) Baixa produtividade.

( ) Problemas com segurança. Especificar. _____

( ) Outros. Especificar_____

9. USO DA VIA (PREENCHER SOMENTE EM CASO DE VIA JÁ EXISTENTE). Pode ser marcada mais que uma alternativa

9.a) Quais os usos da via _____ (completar de acordo com o projeto) feitos pela propriedade?

( ) Acesso à propriedade. ( ) Escoamento de produção.

( ) Acesso à área urbana e outras localidades de referência.

( ) Outros usos. Quais? _____

( ) A propriedade não utiliza a via em questão. Por quê?

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO- DER/PR **Aplicação para uso predominante ou exclusivamente Residencial e/ou Misto**	**Numero Cadastro**

9.b) Quais as suas percepções em relação à via atual?

( ) Problemas de manutenção. Especificar. _____

( ) Problemas com segurança. Especificar. _____

( ) Elevado fluxo de veículos. Especificar o tipo (passeio, carga, etc). _____

( ) Boas condições de circulação.

( ) Pouca ou nenhuma ocorrência de acidentes envolvendo veículos e/ou pedestres.

( ) Outras. Especificar.

10 HABITAÇÃO - MORADIA

a) Qual o tamanho da edificação em m^2? _____ _____

b) Qual o tempo de habitação na residência pesquisada? _____

c) Qual o material que predomina na construção das paredes externas?

( ) Alvenaria ( ) Madeira ( ) Pré-moldado

Cobertura: _____ Piso: _____

d) Quantos cômodos possui o imóvel? _____ Possui banheiro? _____

e) Energia elétrica: _____ Água encanada: _____

f) Telefonia _____ Internet: _____

Fotografia externa / interna / faxada: _____

Possibilidade da remoção / relocação em imóvel próprio ou cedido: _____

a) O responsável / arrimo de família ou algum membro está registrado no Cadastro Único (CadÚnico) e/ou recebe benefícios de Programas Oficiais de Transferência de Renda (Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa

( ) Não.

( ) Sim. Qual(is)? _____

BREVE DESCRIÇÃO DA PARTE INTERESSADA	IMPACTOS E RISCOS ASSOCIADOS	HISTÓRICO DE RELACIONAMENTO	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE VULNERABILIDADE	AUTORIDADE	POSICIONAMENTO
Sessão de Uso	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Baixo	Médio	Não	Favorável
Proprietario	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Baixo	Médio	Não	Favorável
Proprietario	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo					Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado

Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável

Contrato de compra e venda area Urbana	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Transtorno temporário de deslocamento d) Aumento da competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhoria no escoamento de produção g) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Contrato de compra e venda na area urbana de Barra Bonita	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida	Desconhecido	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Transtorno temporário de deslocamento d) Aumento da competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhoria no escoamento de produção g) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Baixo	Baixo	Não	Favorável	Favorável
Não Encontrado/Não existe moradia						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Posseiro	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo					Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Proprietario	Não se Aplica	Início de relacionamento em 01/02/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia PR 239 Pitanga - Mato Rico.	Alto	Baixo	Sim	Favorável
Proprietario - Borracharia	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida	Desconhecido	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Existe 2 moradias na area urbana de Barra Bonita	Não se Aplica					Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável

Proprietario - Uso esporadico	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Proprietário Uso Comercial						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável

Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Não informado						Favorável
Magueira Gado - Proprietario	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Baixo	Baixo	Não	Favorável
Proprietário - Marcenaria	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido		Baixo		Favorável
Proprietario	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Baixo	Baixo	Não	
Portal de Acesso a Propriedade	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	desconhecido	Baixo		Não	Favorável
Proprietario	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Baixo			Favorável